

Análise morfológica de alguns espaços públicos:
Cidade do Porto 1910 -1974

Helena Cristina Neto Henriques

Orientador: Professor Catedrático Manuel Fernandes de Sá

Dissertação de Mestrado
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Setembro de 2012

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5
1. Introdução	6
1.1 Tema	6
1.2 Objecto e Objectivo	7
1.3 Metodologia	12
2. Discussão da grelha de análise	14
3. Análise dos casos de estudo	17
3.1 Avenida Marechal Gomes da Costa + Praça do Império (1922-1931)	18
3.2 Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis (1933-1951)	26
3.3 Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral (1939-1942)	33
3.4 Praça D. João I (1950)	41
3.5 Bairro de Ramalde 1ª fase (1952-1960)	49
3.6 Praça de Francisco Sá Carneiro (1952) + Alameda Eça de Queirós (1972)	57
4. Cotejo dos exemplos	65
5. Conclusões	73
Referências bibliográficas	78
Referências das imagens	81

Resumo

O presente trabalho teve como objectivo o estudo e compreensão da forma de espaços públicos construídos de novo na cidade do Porto entre 1910 e 1974. Para esse efeito foram seleccionadas as seguintes unidades de análise reconhecíveis e de qualidade: a Av. Marechal Gomes da Costa; o Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis; o Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral; a Praça D. João I; a 1ª fase do Bairro de Ramalde; o conjunto formado pela Praça Francisco Sá Carneiro e a Alameda Eça de Queirós. Pretendeu-se descodificar a forma física destes espaços públicos, identificar quais os elementos que os compõem, quais as suas coerências e ordens, o que constrói a sua identidade e o que substancia a sua percepção – com a ambição de apreender métodos e normas de intervenção ainda válidas para a cidade contemporânea.

A estratégia para a construção de uma interpretação destes espaços públicos assentou: na (re)visita e observação da sua configuração actual; na investigação do processo histórico da sua formação; no estudo das suas formas através do desenho. A análise gráfica teve como base uma grelha sistematizada que, segundo três modos de observação (Tecido Urbano, Unidade em Estudo e Síntese), pretendeu facilitar a confrontação/ comparação entre os exemplos e o entendimento das suas lições urbanas.

O estudo destes casos, agora “antigos na cidade” e integrados em tecidos consolidados, permitiu observar que a evolução da sua sedimentação urbana, tal como a afirmação e expressão da sua identidade derivam e convivem com uma sintaxe exacta - gestos compositivos que impõe formas regulares, alinhamentos geométricos e sistemas axiais. Destaca-se o rigor geométrico dos traçados como base fundamental para o entendimento e clara legibilidade destes exemplos. O reconhecimento da sua forma e a percepção da continuidade dos seus elementos físicos e simbólicos na estrutura geral da cidade são as características que determinam a sua imagem e intemporalidade, tal como o que potencia a sua fruição. O rigor dos traçados não significou uma menor adaptabilidade a novas práticas espaciais, mas constitui-se como um importante instrumento de desenho urbano face à multiplicidade e alterabilidade da cidade contemporânea.

Abstract

The main goal of the present work was to study and analyse the form of public spaces built in Oporto city between 1910 and 1974. Therefore, the following quality and noticeable case studies were selected: Marechal Gomes da Costa Avenue; the axis between the Rodrigues de Freitas and Carolina Michaelis schools; the social neighborhood of Costa Cabral; the D. João I square; the 1st phase of the Ramalde housing complex; the set formed by the Francisco Sá Carneiro square and the Eça de Queirós Alameda. It was intended to decode the physical shape of those public spaces to identify their root elements, their order and coherence, their main identity and the elements in which relies their perception – with the ambition to apprehend methods and intervention standards that are still valid to the contemporary city.

The strategy for building an interpretation of those public spaces relied on: a (re)visit and observation of their current configuration; research of their historical materialization; the study of their forms through the drawing. The graphical analysis was based on a systematized grill that, according to three observation modes (Urban fabric, Study Unit and Synthesis), aimed to facilitate the confrontation / comparison between the studied examples and the understanding of their urban lessons.

The study of those cases, now “old within the city” and integrated into consolidated areas, allowed to observe that the evolution of its urban sedimentation, such as well as the assertion of their identity and expression, derive and coexist with an exact syntax - compositional gestures that enforce regular shapes, geometric alignments and axial systems. It's highlighted the geometric accuracy of the layouts as the fundamental basis for understanding and for the clear legibility of those examples. The recognition of their shape and the perception of their physical and symbolic continuity in the overall structure of the city, are the characteristics that determine their image and timelessness, and also what enhances their delightment. The accuracy of these urban layouts did not mean a lower adaptability to new spatial practices, but establishes an important instrument for urban design given the multiplicity and changeability of the contemporary city.

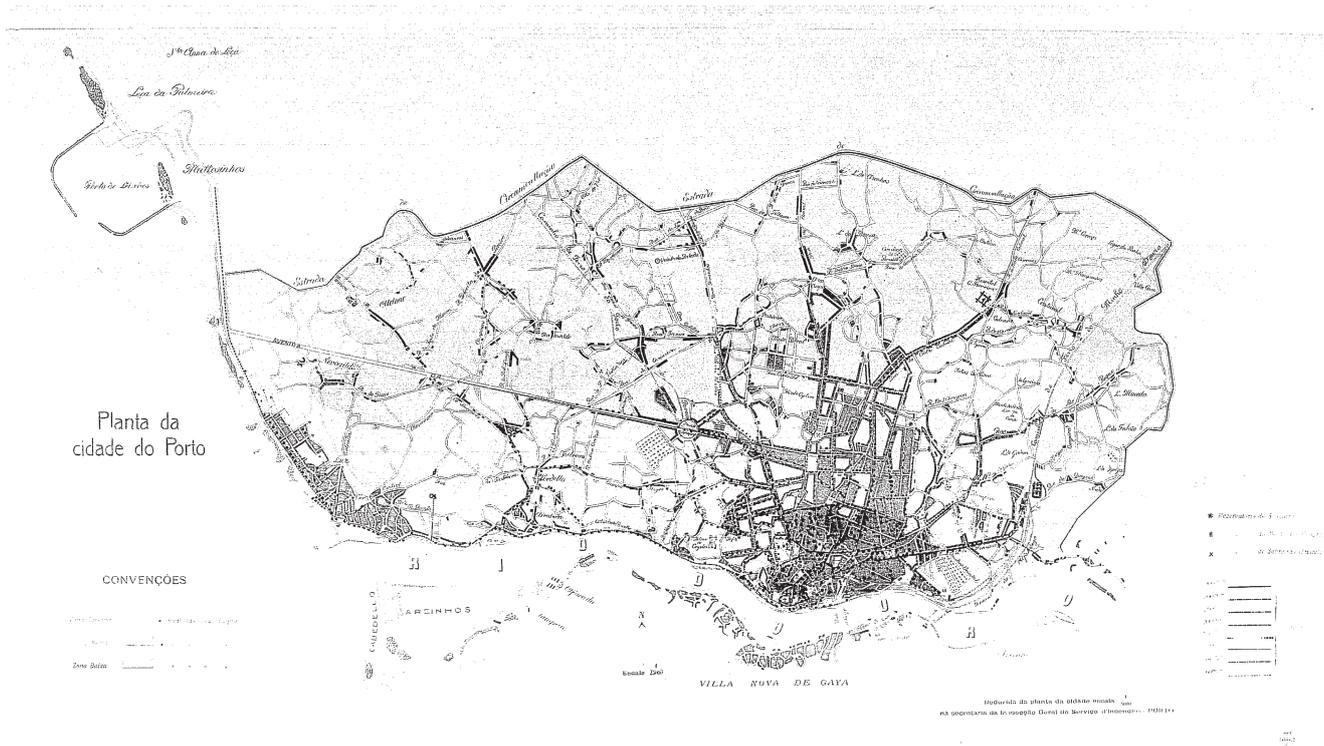
Agradecimentos

Ao Professor Manuel Fernandes de Sá, pela atenção e interesse com que orientou a dissertação.

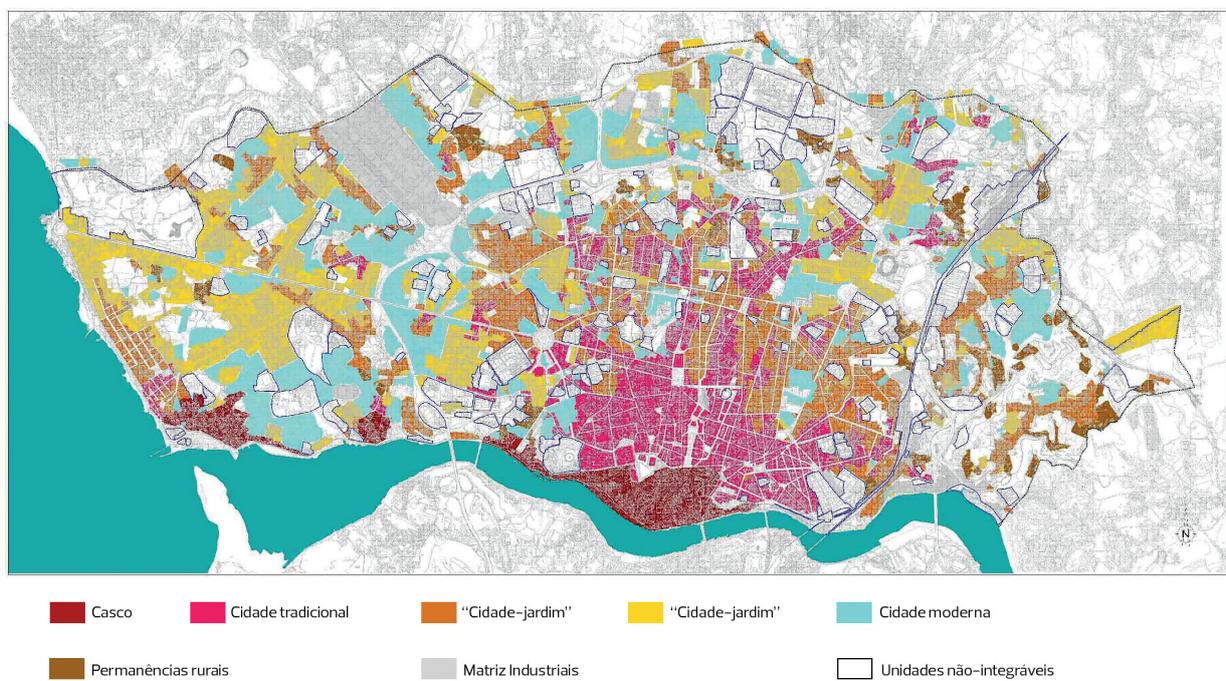
A João Ferreira, pelo cuidado e disponibilidade com que acompanhou o desenvolvimento do trabalho de investigação, pela constante partilha de informação e aconselhamento, fornecendo um contributo indispensável na discussão dos temas e exemplos analisados.

Ao André, pelo auxílio, partilha e compreensão, neste e em outros projectos.

À minha família e aos meus amigos, pelo apoio sempre presente.



1. Mapa da cidade do Porto (1917) - Abastecimento de Águas



2. Mapa da cidade do Porto (2002) - Tecidos Urbanos

1. Introdução

1.1 Tema

Este trabalho propõe-se estudar o espaço público construído de novo na cidade do Porto entre 1910 e 1974.

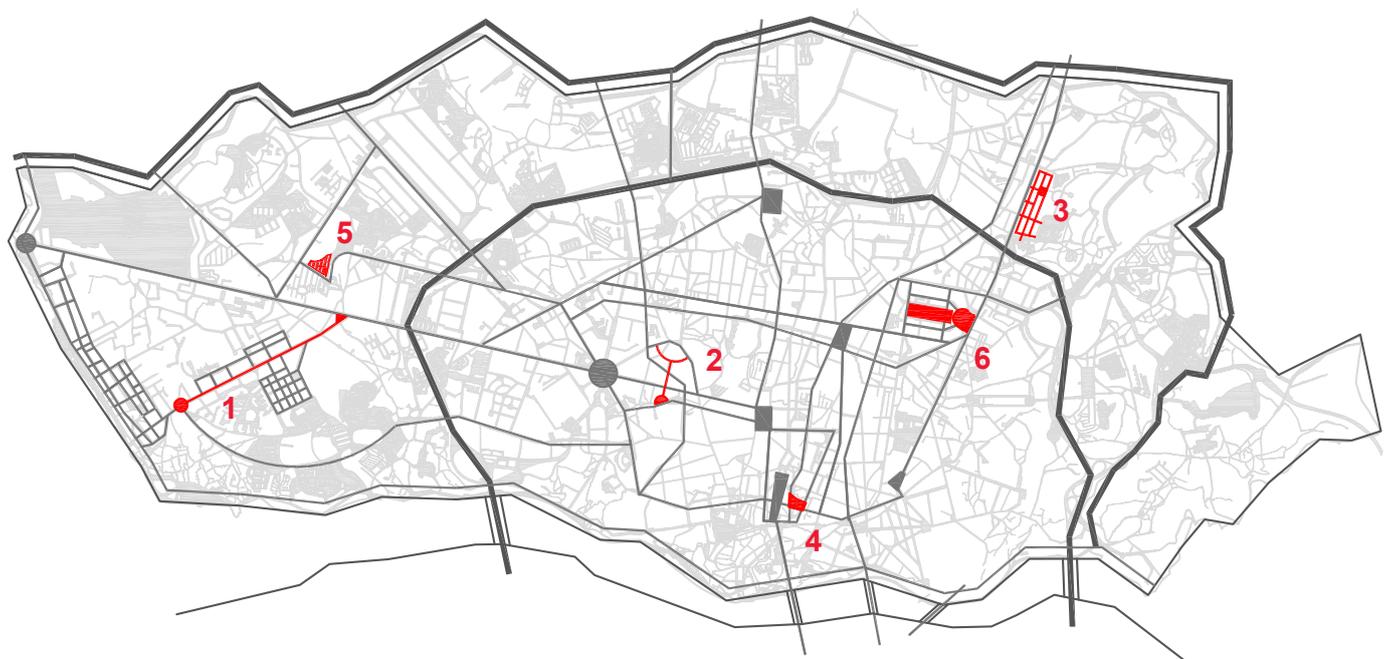
A partir da análise morfológica de alguns espaços públicos procurar-se-á perceber o processo mais amplo de formação e crescimento da cidade. Uma reflexão sobre a forma urbana que a Cidade do Porto adquiriu na transição da monarquia para a 1ª República e ao longo dos 50 anos do Estado Novo, observando os possíveis vínculos entre as operações urbanas efectuadas e o sistema político e económico vigente.

A leitura da forma e escala dos casos de estudo, bem como o entendimento das condições socioculturais e económicas das suas épocas de construção servirão de mote para o aprofundamento do tema da evolução do desenho do espaço público ao longo do século XX. A selecção de uma amostra para o estudo do espaço público da cidade do Porto faz-se com o desejo último de compreender e identificar os mecanismos que ao longo do período em análise estiveram subjacentes à forma de pensar, desenhar e “fazer espaço”¹.

Na impossibilidade de uma análise exaustiva de todos os espaços públicos construídos de novo na Cidade do Porto ao longo deste período, os casos escolhidos são fragmentos de cidade. Devem por isso ser encarados como exemplos que permitem uma abordagem particular ao tema.

A escolha dos diferentes casos pretende retratar a construção, crescimento e transformação do espaço público da cidade ao longo das diferentes décadas do

¹ «Las palabras de los arquitectos parecen sacar del quicio a la gente. Hablamos de “hacer” un espacio y otros señalan que no hemos hecho en absoluto un espacio, sino que ya estaba allí. Lo que hemos hecho o intentado hacer, cuando delimitamos una parte del espacio del continuum de todo el espacio, es identificarlo como un “dominio” que responde a las dimensiones perceptivas de sus habitantes.» Charles Moore; *Dimensiones de la arquitectura. Espacio, forma y escala*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili, S.A.; 1978; (1ªed. 1976); p. 17.



1. Av. Marechal Gomes da Costa 2. Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis
3. Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral 4. Praça D. João I 5. Bairro de Ramalde 1ª fase
6. Praça de Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós

3. Mapa da cidade do Porto - Esquema de licalização dos casos de estudo

período em estudo.² O entendimento de Espaço Público não é, em abstracto, o vazio ou o espaço sobranete entre as construções mas sim a representação material de uma necessidade, uma rede composta pelo encadear de formas construídas com contornos e percepções que se alteram com o tempo e com o uso³.

São escolhidos sobretudo espaços “reconhecíveis”, ou seja espaços públicos “qualificados”, que pela sua caracterização se distinguem entre os demais edificados contemporaneamente, não pela excepcionalidade ou ruptura mas pela sua clara legibilidade e identidade dentro do processo de configuração urbana do Porto. Um conjunto de espaços públicos que se poderiam classificar como Património urbano da cidade - formas que lhe acrescentam valor material e simbólico, que a enaltecem.

1.2 Objecto e Objectivos

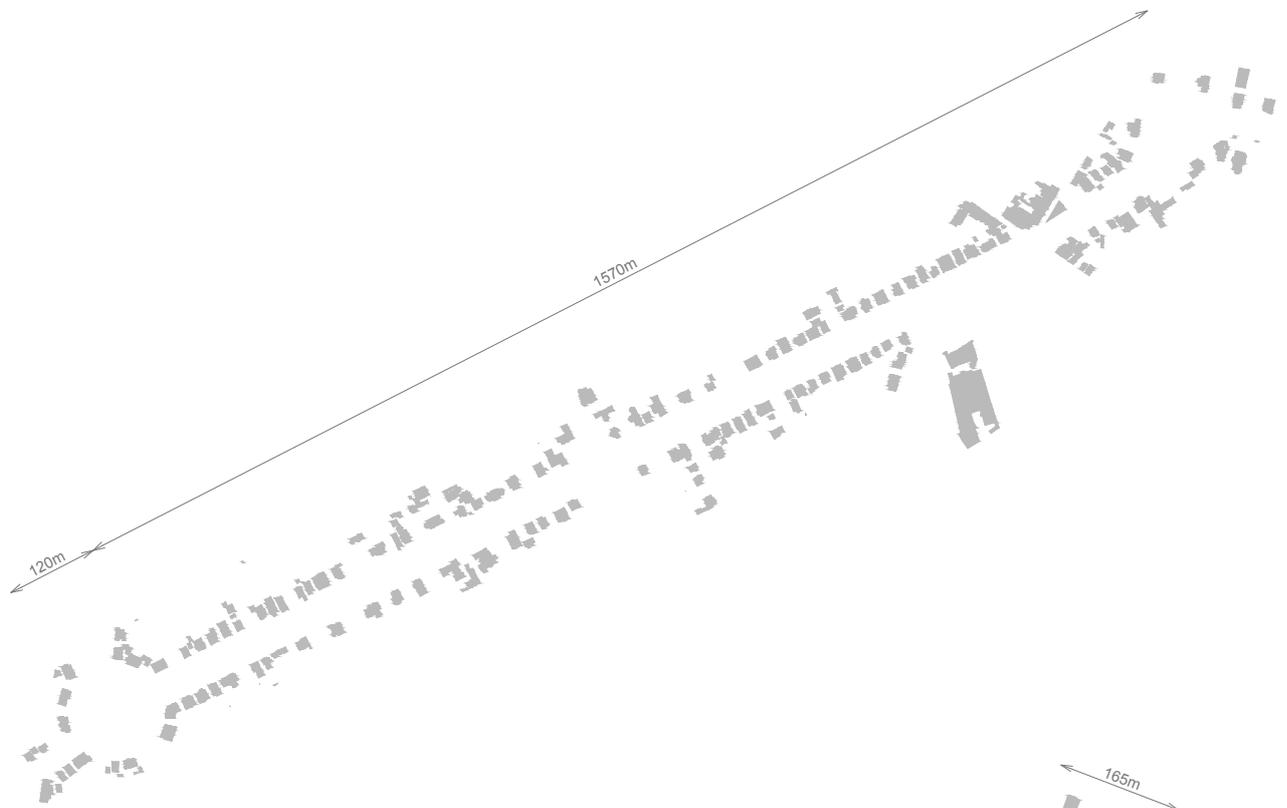
O limite cronológico do estudo refere-se ao ano de 1974. Tal facto permite-nos o distanciamento histórico necessário para uma análise mais assertiva dos espaços, observando e reflectindo sobre o desenvolvimento e as alterações de que foram alvo, tendo como ponto de partida a sua configuração actual.

Pretende-se a integração do tempo como factor interveniente no processo de construção da cidade, evitando efectuar uma análise da forma urbana cristalizada que busca as regras de coerência internas dos espaços esquecendo o seu decurso temporal. – “*Toda la cuestión está en medir el tiempo con el espacio.*”⁴

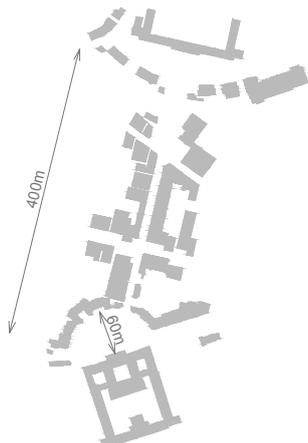
² «Saisir la ville à partir de sa croissance, comme un organisation qui s'est développée dans le temps, permet assez facilement d'en construire une image globale, plus réfléchie et moins lacunaire que celle que nous donne l'appréhension direct du paysage.» Philippe Panerai (et al), Analyse Urbaine, Marseille, Éditions Parenthèses; 2005; (1^aed. 1999) ; p. 75.

³ «L'idée essentielle qui sous-tend notre approche est que l'espace publique, s'il n'est pas seulement une notion abstraite ni le vide qui sépare des édifices, prend des contours sensibles spécifiques, qui relèvent à la fois des données de l'environnement et de l'espace, des dimensions perceptives et des modalités d'usage.» Grégoire Chelkoff, Formes, formants et formalités : catégories d'analyse de l'environnement urbain, in L'espace urbain en méthodes, Marseille ; Editions Parenthèses, 2001; p.101;

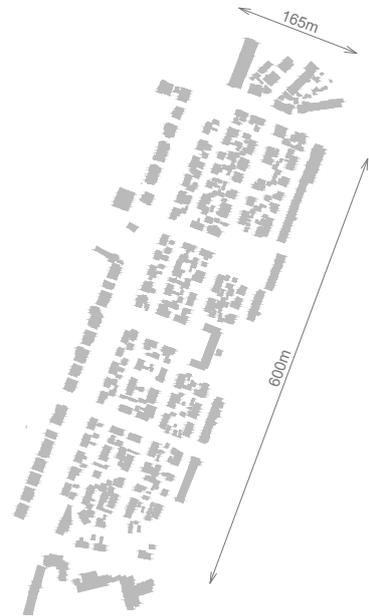
⁴ «Cuando se habla de morfología urbana – tipo edificatorio – esto es lo que ocurre. El proceso temporal queda muerto, petrificado; la dialéctica entre detalles y conjunto se reduce a lo invariante repetitivo, el tiempo ya ha dejado de existir. Parece como si la forma urbana fuese dato arqueológico para examinar desde arriba, y poder describir así sus reglas de coherencia. Pero el tiempo – el tiempo interno del proceso de construcción urbana . queda fuera.» Manuel de Solá-Morales, Las formas del crecimiento, in Las formas del crecimiento urbano, Barcelona, Ediciones UPC; 1997 (texto publicado originalmente em Lotus Internacional, 51, 1986; Spazio, tempo e città)



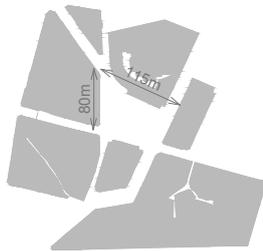
Avenida Marechal Gomes da Costa + Praça do Império (1922-1931)



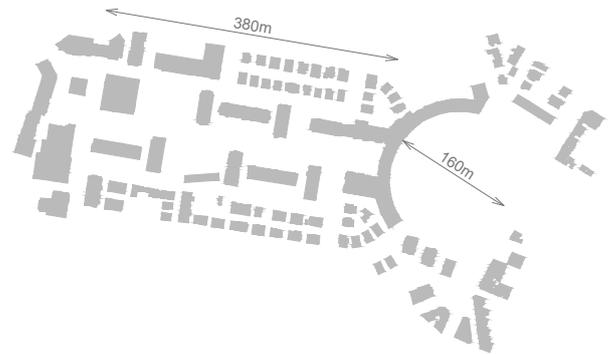
Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis (1933-1951)



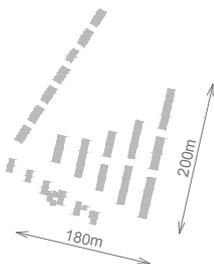
Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral (1939-1942)



Praça D. João I (1950)



Praça de Francisco Sá Carneiro (1952) + Alameda Eça de Queirós (1972)



Bairro de Ramalde 1ª fase (1952-1960)

4. Esquemas das 6 unidades de análise à escala 1/10000, representando a massa edificada.

Procurando unidades de análise diversificadas na tipologia, tamanho e sistema compositivo dentro das décadas em estudo, seleccionamos 2 grupos de espaços públicos.

No primeiro grupo, composto por formas urbanas onde o espaço público é o elemento fundador da intervenção - foram escolhidos quatro exemplos:

1. Avenida Marechal Gomes da Costa + Praça do Império (1922-1931)
2. Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis (1933-1951)
3. Praça D. João I (1950)
4. Praça de Francisco Sá Carneiro (1952) e Alameda Eça de Queirós (1972)

No segundo grupo, composto por casos em que o espaço público é o “resultado” de uma operação residencial - abrangendo indistintamente a esfera urbana e edificada - seleccionamos dois exemplos de intervenção pública:

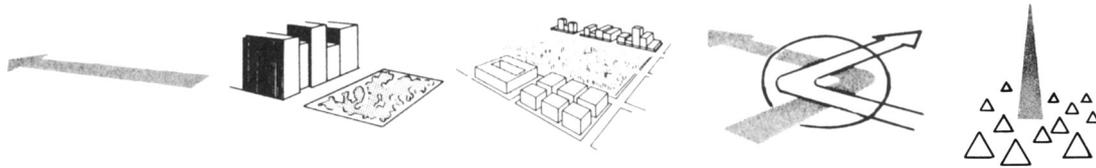
5. Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral (1939-1942)
6. Bairro de Ramalde (1952-1960)

A escolha dos casos de estudo é, sem dúvida, indissociável da minha própria memória e vivência da cidade. A importância ou classificação que se possa fazer de um espaço depende de cada um de nós, todos somos actores neste processo.⁵

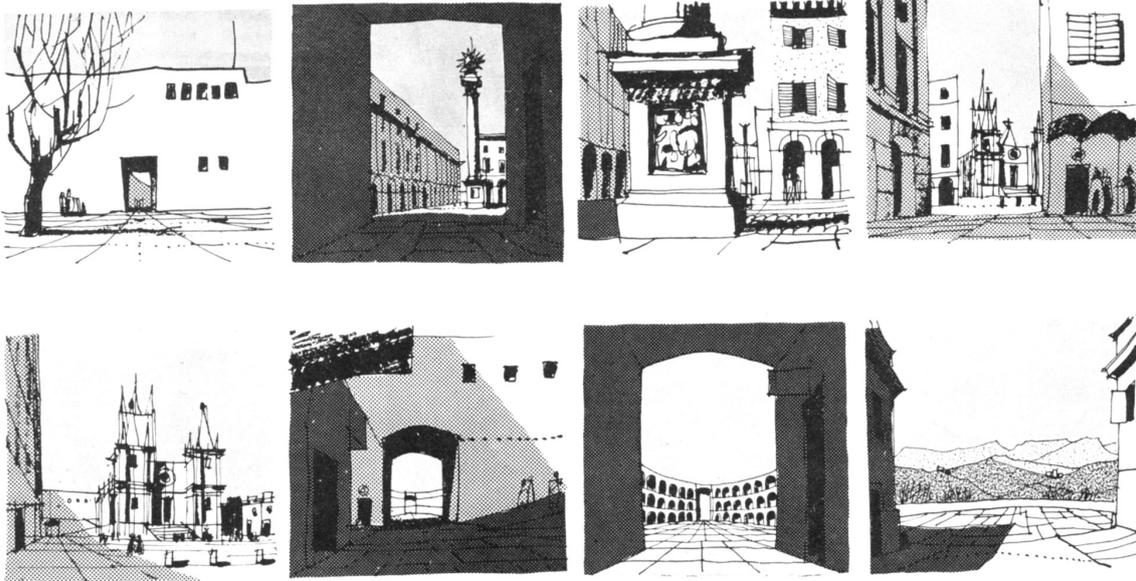
No entanto todos os espaços escolhidos apresentam fortes características identitárias, um reconhecimento que deriva da clareza da sua definição e da coerência interna dos seus sistemas compositivos.

Pretendem-se aferir quais os factores que estruturam estes espaços, o que os rege e organiza. A sua notoriedade estará associada à localização de um edifício notável (monumento histórico ou equipamento), à significativa presença de elementos naturais, à sua forte hierarquização, à complexidade ou simplicidade do

⁵ «Comme pour les centres, l'importance que l'on accorde à tel ou tel espace public dépend de chacun. En ville l'habitant, le visiteur ou le touriste est aussi un acteur.» Philippe Panerai (et al), *Analyse Urbaine*, Marseille, Éditions Parenthèses; 2005; (1^{re}ed. 1999); p. 156.



5. Kevin Lynch (1960) - Vias, Limites, Bairros, Cruzamentos e Pontos Marcantes



6. Gordon Cullen (1961) - Visão Serial

seu traçado geométrico, ao marcado encerramento dos seus limites ou à abertura sobre a paisagem?

O estudo do primeiro grupo de casos, 4 espaços públicos de matriz tradicional, possibilitará a observação das manipulações formais e de escala que os distinguem e lhes conferem um carácter “reconhecível”. Quais as características que contribuem para a legibilidade destes espaços urbanos e para a sua inclusão numa leitura global da estrutura urbana da cidade. Tentar-se-ão perceber quais os seus mecanismos de representatividade e compreensibilidade, o que os torna mais confortáveis e memoráveis em relação a outros da mesma época. Neste sentido, para uma análise perceptiva das unidades em estudo contribuem: os estudos desenvolvidos por Kevin Lynch de um sistema de leitura da paisagem urbana, “The image of the city”, publicado em 1960⁶; e os estudos de Gordon Cullen onde a definição da paisagem urbana é construída pela percepção da delimitação e contraste entre os espaços/ lugares, “Townscape” que publica em 1961⁷.

O estudo da Avenida Marechal Gomes da Costa permitirá o desenvolvimento do tema do “traçado viário”, a abertura de novos arruamentos entendida como estruturadora do desenvolvimento de novos sectores urbanos da cidade.

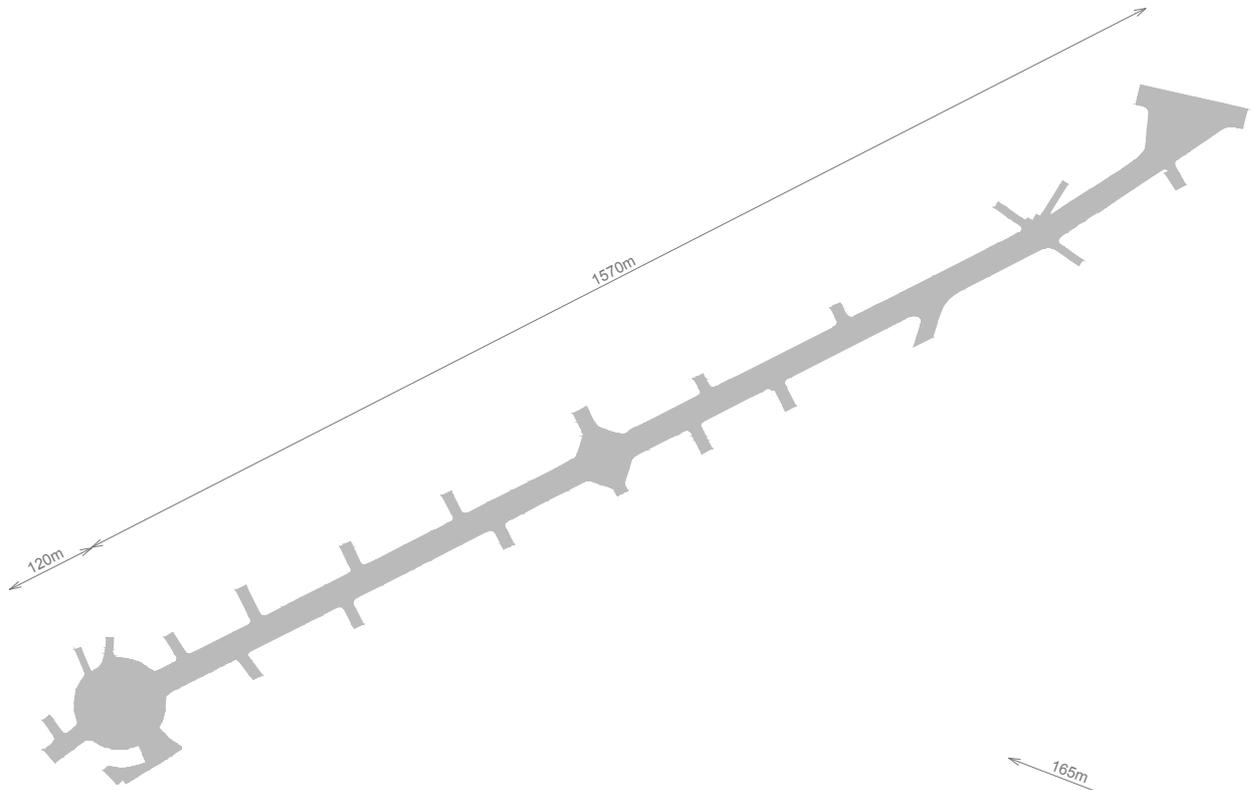
O estudo de espaços públicos configurados em função da edificação de novos equipamentos, caso do eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis, levantará a discussão dos princípios necessários para a criação de uma simbologia e referenciação colectivas.

Explorando a percepção de espaço urbano colectivo, e o binómio público/ privado, a análise da Praça Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós e da Praça D. João I possibilitará o entendimento do papel dos espaços públicos como formadores do carácter urbano e da vida colectiva dos edifícios e lugares - “urbanizar o privado”⁸. Tal como permitirá a identificação dos elementos do

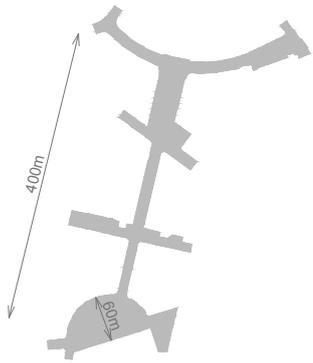
⁶ A partir de entrevistas realizadas em três cidades norte-americanas, Jersey, Boston e Los Angeles, Lynch destaca cinco elementos que contribuem para a localização e orientação no espaço urbano: caminhos, limites, bairros, nós e marcos.

⁷ Cullen destaca como três pontos fundamentais para a construção e leitura de identidade de um lugar: a visão serial, o local e o conteúdo – os dois primeiros pontos estreitamente relacionados com a visão humana ao longo de um percurso ou num determinado posicionamento no espaço, e o último com as características físicas que individualizam os vários espaços da cidade.

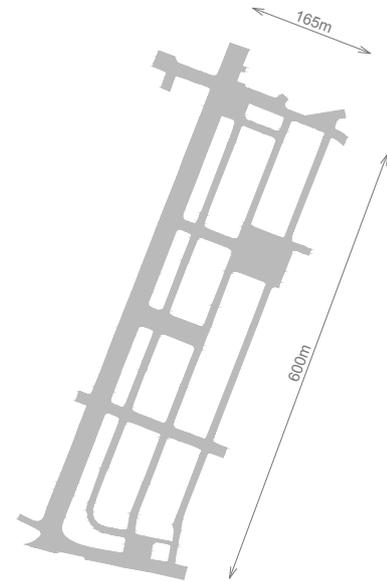
⁸ «Sin duda, la importancia del espacio público es independiente de si este es más o menos extenso, cuantitativamente dominante simbólico; al contrario, es el resultado de referir entre sí los espacios



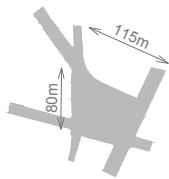
Avenida Marechal Gomes da Costa + Praça do Império (1922-1931)



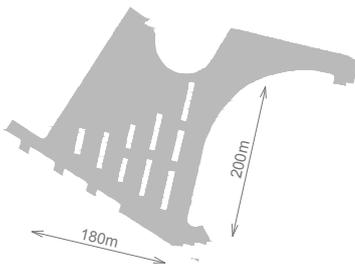
Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis (1933-1951)



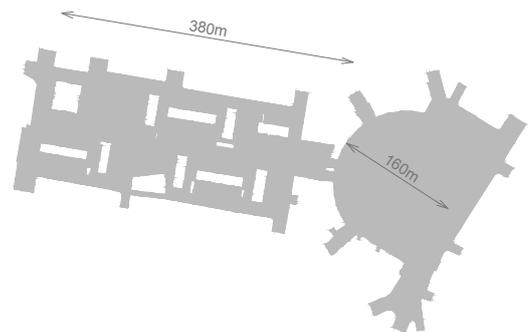
Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral (1939-1942)



Praça D. João I (1950)



Bairro de Ramalde 1ª fase (1952-1960)



Praça de Francisco Sá Carneiro (1952) + Alameda Eça de Queirós (1972)

7. Esquemas das 6 unidades de análise à escala 1/10000, representando o espaço público.

edificado privado que qualificam o espaço público, elementos colectivos onde se dilui o limite público-privado, com especial atenção dada ao piso térreo e às entradas dos edifícios.

A observação do segundo grupo de casos enunciará os *Bairros Residenciais*⁹ como os principais causadores do crescimento urbano e do aparecimento de novas escalas na cidade ao longo do séc. XX. Operações onde o espaço público não seria, talvez, a preocupação primordial, surgindo como o resultado da edificação de novos complexos habitacionais. Onde a casa se assume como matéria estruturadora. Trazendo porventura à discussão a ruptura metodológica no processo de desenho da cidade, entre a escala da arquitectura dos edifícios e dos planos urbanos.

Com o estudo destes bairros poder-se-ão considerar quais os elementos em “falta” para a construção de uma identidade e significação dos seus espaços públicos, ou pelo contrário verificar que os mesmos elementos de desenho urbano estão presentes em todos os grupos de análise, sendo questões de hierarquia e escala que distinguem as suas percepções.

Com a análise de dois exemplos de matriz modernista (Bairro de Ramalde (1ª fase) e a Alameda Eça de Queirós) tentaremos perceber as consequências dos princípios do Movimento Moderno aplicados ao desenho urbano. Com a abolição do desenho dos edifícios associados à rua e a perda de leitura de tecido urbano tradicional, quais são os elementos de definição e referência destes espaços públicos? *Qual a boa relação entre ruas e casas? Quais as consequências da alienação viária como traçado edificatório?*¹⁰

privados haciendo también de ellos patrimonio colectivo. Dar un carácter urbano, publico, a los edificios y lugares que, sin el, serian solo privados: es decir, convertirlo en parte de lo público.» Manuel de Solá-Morales, *Espacios Públicos/ Espacios Colectivos*, in *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009; p. 201 (texto publicado originalmente em *La Vanguardia*, Barcelona, 12 de Maio de 1992).

⁹ «Objeto de proyecto urbano para la gran ciudad son, ya en la década de 1920, tres o cuatro cuestiones principales. Una de ellas, quizá la más importante, fue el proyecto de “barrios residenciales”. Tomando la vivienda como material urbano por excelencia, el barrio se convirtió en protagonista del crecimiento urbano en la nueva escala (...)» Manuel de Solá-Morales, *Otra tradición Moderna*, in *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009; p. 201 (texto publicado originalmente em UR Urbanismo Revista 5, Barcelona 1987).

¹⁰ «El anatema corbusierano contra la calle-corredor no ha muerto. Cincuenta años después de aquel exabrupto, los arquitectos seguimos preguntándonos cuál será la buena relación entre calles e casas, desamparados de la identidad alienada que desde el renacimiento nos había servido cómodamente.»

O trabalho a desenvolver visa adquirir informação comparativa entre as características físicas destes 6 *lugares*. Identificando similitudes e distanciamentos na interpretação do conceito de espaço público subjacente às suas diferentes épocas de construção e reconhecendo quais os princípios essenciais que definem a sua *composição/ não-composição*. Pretende-se com o estudo da “*matéria urbana*” destes espaços públicos, a partir da sua “*morfologia e tectónica*”, capturar e confrontar as características e diferenças que expressam a sua “*energia qualitativa*”.

«(...) *en la materia urbana, en la superficie de la ciudad experimentada en su materialidad concreta, en sus sensaciones físicas y sus sugerencias, están el origen y la forma de cualquier urbanidad. Es la materia urbana la que nos transmite, tanto en sus puntos más sensibles como en sus zonas más neutrales, la energía cualitativa que acumula el carácter colectivo sobre ciertos espacios, cargándolos de significación compleja y de referencias culturales, y haciendo de ellos materia semántica, construcción de memoria intersubjetiva, social.*

Es la materia de la epidermis urbana la que nos enseña sus características y sus diferencias, su peso, forma, textura y formato. Su morfología e su tectónica. Pero hay que mirarlas con insistencia, con suficiente atención para que nos revelen, como ya explicaba Jacques Derrida, sus respuestas escondidas, sus cavernas.»¹¹

Com o estudo da *matéria urbana* destes casos pretende-se a interpretação do seu ambiente físico e significado visual, tal como a aferição das características físicas que possibilitam o bom uso e proveito dos espaços – a sua fruição.¹²

Em conclusão, pretende-se descodificar a forma física destes espaços públicos, identificar quais os elementos que os compõem, quais as coerências e ordens na relação interna dos seus elementos, o que constrói a sua Identidade e substancia a sua percepção e qual a sua narrativa. Com a ambição de apreender métodos e normas de intervenção ainda válidas para a cidade contemporânea. Perceber quais as relações entre o ambiente físico destes espaços públicos da cidade e as

Manuel de Solá-Morales, *Otra tradición Moderna*, in *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009; p. 209 (texto publicado originalmente em UR Urbanismo Revista 5, Barcelona 1987).

¹¹ Manuel de Solá-Morales, *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009; p. 24

¹² «... *la juste usage et le bon plaisir...* » Daniel Pinson, Colóquio Internacional Espaço e Sociedade, FAUP, 14 de Março de 2012.

suas significações e como se poderão regular outros espaços problemáticos e descaracterizados.¹³

Face à multiplicidade e alterabilidade das práticas sociais humanas contemporâneas, como desenhar espaços públicos que as enquadrem e potenciem? Deve o espaço público da cidade contemporânea ser definido de forma genérica, guardando lugar à incerteza da sua apropriação e desenvolvimento futuros – estruturas neutras e deixadas em aberto ou espaços residuais, onde o domínio público se pode expressar de forma mais livre? Ou, pelo contrário, deve permanecer como um factor constante desenhado a partir do vocabulário tradicional existente? Lugares estáveis e reconhecíveis que se reinventam continuamente, que sobrevivem às sucessivas alterações de uso e das práticas das sociedades sem perderem a sua identidade e lógica própria.

1.3 Metodologia

A definição de um campo de estudo estendido no tempo leva à tentativa de compreensão e inserção de cada espaço no seu contexto histórico e cultural. Perceber a *circunstância* - momento da história da cidade e do urbanismo – em que estes espaços surgem, bem como a *circunstância*¹⁴ que criam. Muito embora tenhamos presente que a sua localização física e cultural não é totalmente determinista. “... *en un lieu donné et pour une époque précise, plusieurs solutions sont possibles, l'histoire du projet s'inscrit dans cette ouverture.*”¹⁵

A estratégia para a construção de uma interpretação pessoal destes espaços públicos assenta:

¹³ «Sobretudo nós, enquanto arquitectos, devemos perguntar-nos: é verdadeiramente importante o significado visual da cidade? De que modo pode tal significado visual ser regulado? Que conexão existe, se existe, entre os fins que a comunidade se propõe e a forma da cidade e do território?» Vittorio Gregotti, *Território da Arquitectura*, Editora Perspectiva, 2ª edição, 1994; (1ªed. 1972); p.73.

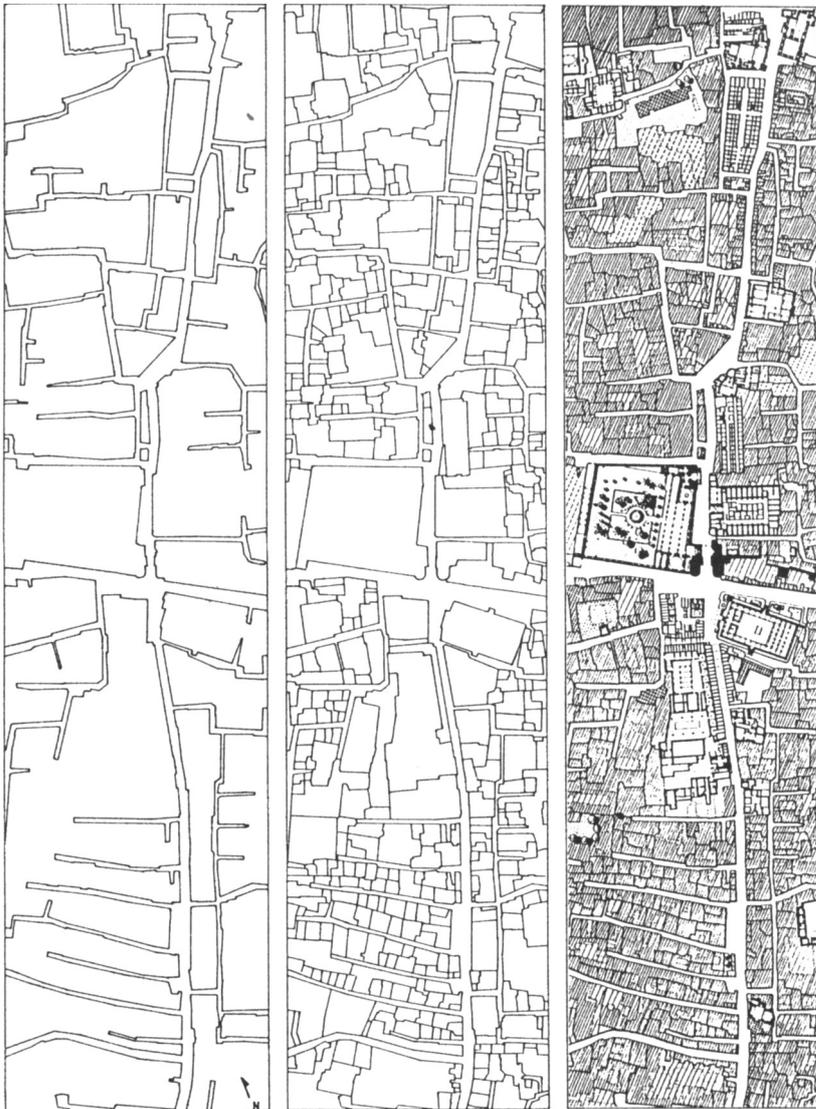
¹⁴ (de) «(...) tudo o que o homem realiza para organizar o seu espaço, resultam dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a importância de que as formas se revestem na vida dos homens e em segundo lugar, e como consequência, a responsabilidade que assume cada homem ao organizar o espaço que o cerca. E tal responsabilidade surge exactamente pelo facto de o homem saber que a organização do espaço, tendo de satisfazer e atender à circunstância, não é por esta “fatalmente determinada” – e daí a possível intervenção activa do organizador – e de saber ainda que uma vez organizado o espaço constitui igualmente circunstância. Estes dois aspectos liberdade de escolha de formas, ainda que satisfazendo a determinada circunstância, e a consciência da importância do espaço organizado, devem estar na base da actividade do organizador do espaço.» Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*; Porto; FAUP Publicações; 4ª edição; 1999; (1ª ed. 1962); p.24.

¹⁵ Philippe Panerai (et al), *Analyse Urbaine*, Marseille, Editions Parenthèses; 2005; (1ªed. 1999) ; p. 132.

- Numa primeira fase pela (re) visita e observação da sua configuração actual, da sua envolvente e das suas apropriações, aportando um conhecimento empírico e uma acepção experienciada das questões levantadas.
- Posteriormente para o enriquecimento do trabalho de campo, impõe-se a investigação do processo histórico da sua formação e a tentativa de compreensão da lógica e condicionalismos subjacentes à sua implantação. Um trabalho de pesquisa de arquivo que terá como base a leitura de textos descritivos e escritos críticos, publicados na época de realização dos espaços, a análise dos desenhos iniciais da sua composição, dos planos que os antecederam, bem como os documentos de posteriores intervenções.
- O estudo da forma dos espaços a diferentes escalas será apoiado no desenho como meio de entendimento e de explanação seguindo uma grelha de análise sistematizada.
- O estudo da escala dos espaços, entendida como uma comparação entre duas ou mais coisas¹⁶, levará à relação dos espaços entre as suas partes, com outros espaços públicos e com os seus utilizadores. Este último aspecto – a escala humana – pretende relacionar o desenho e o dimensionamento dos espaços com os sentidos humanos.¹⁷
- A leitura da discussão da forma urbana e dos seus significados, contemporânea dos casos de estudo (1910-1974) torna-se essencial para a formação de novas relações entre os espaços em análise e outros modelos urbanos internacionais.
- A leitura e discussão de sistemas e teorias de análise do espaço público já desenvolvidos possibilitará um conhecimento elementar sustentado que avise o olhar para a apreciação dos casos em estudo.

¹⁶ Gerald Allen; *Dimensiones de la arquitectura. Espacio, forma y escala*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili, S.A.; 1978; (1ªed. 1976)

¹⁷ Jan Gehl; *La humanización del Espacio Urbano. La vida social entre los edificios*; Barcelona; Editorial Reverté; 2006; (1ª ed. 1970);



8. Vias, Cadastro e Edificado do centro antigo do Cairo

2. Discussão da grelha de Análise

A definição de uma grelha que identifique os diferentes elementos que compõem cada unidade de análise parece-nos indispensável à construção de uma discussão sólida suportada pela comparação e confrontação dos exemplos.

Uma estrutura comum que permita uma abordagem sistematizada do trabalho de campo, que hierarquize a análise desenhada e a identificação e representação dos diferentes elementos morfológicos que compõe cada uma das unidades em estudo.

Para a aferição desta grelha de análise contribuíram os estudos: sobre a análise da forma urbana - “Analyse Urbaine” de Philippe Panerai (et al.), “Elements of architecture, from form to place” de Pierre von Meiss, “Las formas del crecimiento urbano” de Manuel de Solá Morales, “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade” de Ressano Garcia Lamas; sobre a relação entre a configuração espacial e uso do espaço urbano – “La humanización del Espacio Urbano” de Jan Gehl; sobre a análise e reconhecimento da paisagem urbana – “Paisagem Urbana” de Gordon Cullen, “Design of cities “ de Edmund Bacon, “The image of the city” de Kevin Lynch, “Great streets” de Allan Jacobs.

Deste modo, estabelecemos uma grelha de análise que descodifica e interpreta os espaços em 3 modos de observação, com escalas de representação distintas, isolando os seguintes parâmetros:

1. Tecido urbano – análise desenhada da escala intermédia da rede de relações com os espaços contíguos à unidade em estudo.

1.1. Vias – representação do traçado das vias, análise da sua hierarquia, geometria e percepção da sua lógica de desenvolvimento e permanência.

1.2. Parcelas – identificação das unidades de solo privado, relação de subordinação às vias e leitura das suas geometrias, dimensões e direccionalidades. A divisão parcelar como um registo histórico da evolução do tecido urbano.

1.3. Edificado – leitura do tecido urbano em função das suas construções, representação da massa construída e das unidades que a constroem.

2. Unidade em estudo – análise desenhada da escala particular da unidade em estudo por si só.

2.1. Funções – representação da divisão funcional do espaço público e das funções presentes no edificado privado.

2.2. Elementos naturais – representação da vegetação (alinhamentos de árvores, massas arbóreas e manchas verdes), assinalando a sua disposição e densidade, bem como a participação que têm na imagem e delimitação dos espaços.

2.3. Topografia – apreensão do relevo presente nos lugares em estudo, e representação dos seus momentos mais significativos relacionando-os com a análise do tecido urbano (edificado e vias).

2.4. Edifícios – representação das volumetrias dos edifícios e confrontação com a análise da divisão parcelar do tecido urbano.

2.5. Geometria - identificação do gesto regulador último que cristaliza a configuração dos espaços (figuras geométricas, eixos, centros, simetria, alinhamentos, deformações, justaposição, paralelismo).

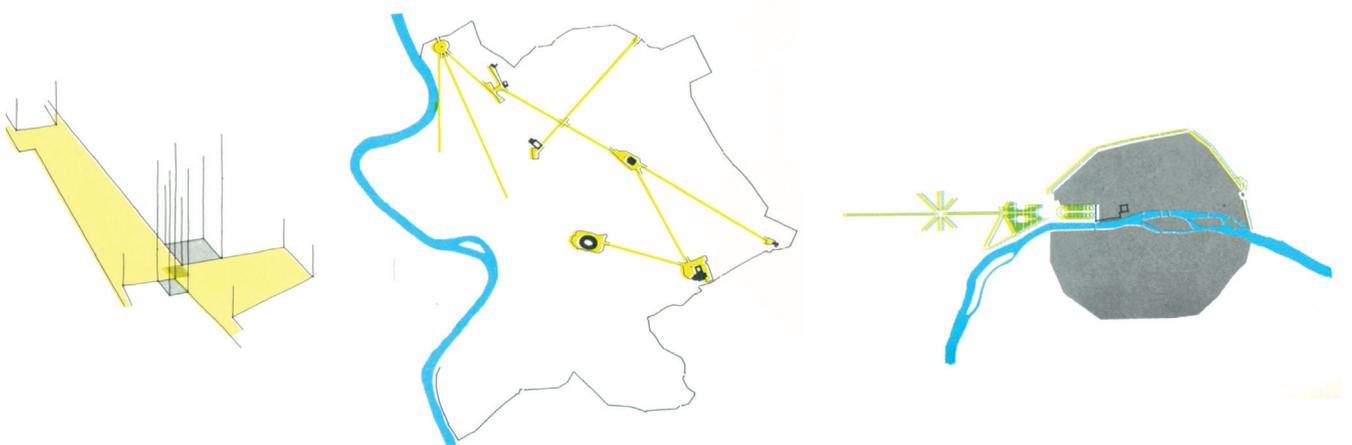
2.6. Dimensões e Escala – representação das dimensões físicas dos espaços e da sua relação com a escala humana. Estudo do perfil tipo dos espaços, relacionando a altura das fachadas dos edifícios com a largura das unidades de análise.

3. Síntese – ensaio de síntese e interpretação das duas escalas anteriormente analisadas (tecido urbano e unidade em estudo).

3.1 - Contextualização – indagação do intuito primordial da construção dos espaços e do seu desenvolvimento temporal.

3.2 - Legibilidade urbana – reflexão sobre a clareza e compreensibilidade da inserção das unidades em estudo no tecido urbano, e sua referenciação na cena urbana.

3.3 – Estrutura espacial - ponderação dos principais elementos que estruturam a *composição* ou *não-composição* dos espaços – método de formação dos espaços



9. E. Bacon (1967) - Tipos de crescimento urbano, por acreção, por tensão e por extensão

3.4 – Leitura espacial – leitura sensitiva do espaço, dos seus limites e transições, texturas, vistas, distancias, grandezas e monumentalidade.

3.5 - Actividades - reflexão entre o domínio público e privado, as suas gradações e permeabilidade, relação dos usos e utilizadores com o espaço, percursos e práticas do espaço - a escala humana.

3.6 – Conclusões - discussão entre a ordem formal estabelecida e os seus ritmos, relação entre unidade e diversidade da composição.

Esta grelha de análise dos casos de estudo tem (sobretudo nos dois primeiros níveis de observação) como base a representação gráfica - desenhada e pictórica. Por meio de sequências visuais, esquemas descritivos, reconstituições dos processos de formação e ensaios de síntese interpretativa, pretende-se registar e identificar a matéria que constitui e estabelece os modelos em estudo.

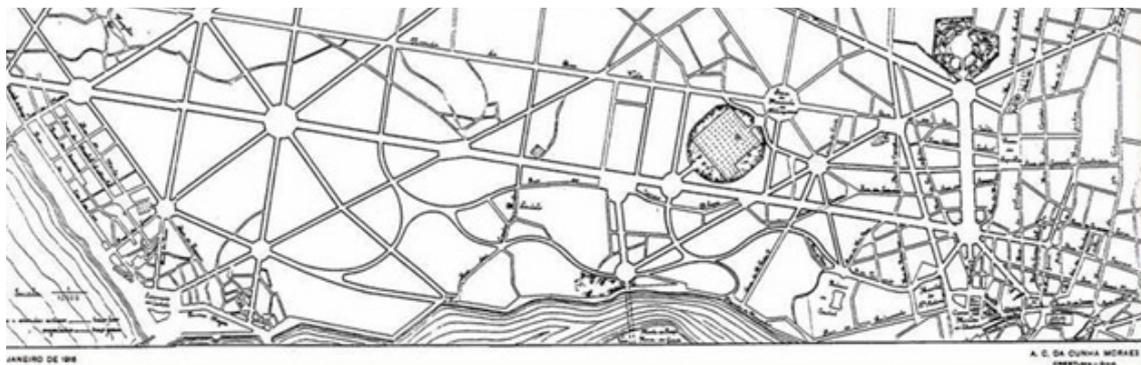
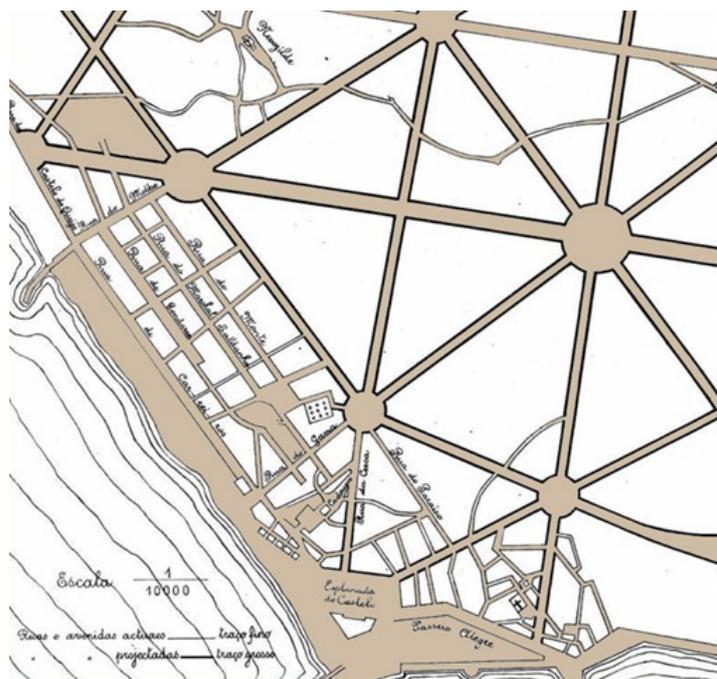
A opção por uma investigação onde através do desenho e da imagem se tentam compreender os princípios compositivos que estruturam estes espaços públicos, tem como referência estudos como os de Gordon Cullen, Edmund Bacon e Allan Jacobs.

O estabelecimento de um código gráfico sistematizado para o registo da análise e interpretação propostas, pretende facilitar: a confrontação entre os seus princípios urbanos; a leitura dos elementos que os distinguem ou aproximam; a comparação das suas escalas; a visualização e compreensão das lições urbanas que encerram.

Muito embora a amostra seleccionada para o desenvolvimento do estudo seja exígua quando comparada com outros trabalhos de referência, que compilam um número mais significativo de formas urbanas a uma mesma escala ou segundo um mesmo método de representação ¹⁸, cremos que as situações urbanas apresentadas figuram exemplos diversificados com características próprias variadas que podem constituir um conjunto representativo dos diferentes modelos urbanos que permaneceram e surgiram ao longo do século XX.

¹⁸Estudos de natureza enciclopédica que recolhem e ilustram alargados conjuntos de situações ou tipos urbanos como são exemplos os estudos desenvolvidos por Robert Auzelle "Documents d'Architecture a la même échelle" e "Encyclopédie d'Urbanisme", "To scale" de Eric J. Jenkins, "A Praça em Portugal" de Carlos Dias Coelho a partir de um estudo realizado na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

3. Análise dos casos de estudo



10. A.C.Cunha Moraes – Os Melhoramentos da Cidade do Porto – Porto Typographia Pereira, 1916

3.1 Avenida Marechal Gomes da Costa e Praça do Império

Contextualização

A unidade de análise em estudo é composta por dois espaços urbanos de tipologia distinta: a Avenida Marechal Gomes da Costa e a Praça do Império. A praça em forma de rotunda remata o extremo sul desta longa via rectilínea.

A abertura desta avenida, projectada inicialmente em 1906, é realizada entre 1922 a 1931. O projecto é da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto, tendo sido objecto de numerosas variantes e estudos ao nível das pendentes, do perfil transversal e da divisão dos lotes.¹⁹

Numa época em que não existia um planeamento conjunto do desenvolvimento da cidade, a abertura desta nova artéria na zona ocidental segue o desígnio de expansão e crescimento da malha urbana em direcção ao mar. Cunha Morais, no seu estudo *“Os Melhoramentos da Cidade do Porto”* de 1916, refere esta tendência de evolução da cidade²⁰, encetada pelo prolongamento da Av. da Boavista, e desenha um sistema de novas avenidas localizadas a sul deste eixo. Este traçado pretendia criar uma franca ligação da cidade ao núcleo da Foz, a partir do estabelecimento de uma malha regular de novas vias perpendiculares e diagonais que se intersectavam em rotundas. Deste “plano”, de Cunha Morais, de carácter monumental e talvez desajustado das condições do terreno (como o próprio refere, face à falta de informação topográfica) sobressaem: a chamada de atenção que faz sobre a urgência de se construir um acesso rápido à Foz, por meio de uma avenida rectilínea, comprida e larga, e o apontamento que alude à construção de um remate para a Rua do Gama

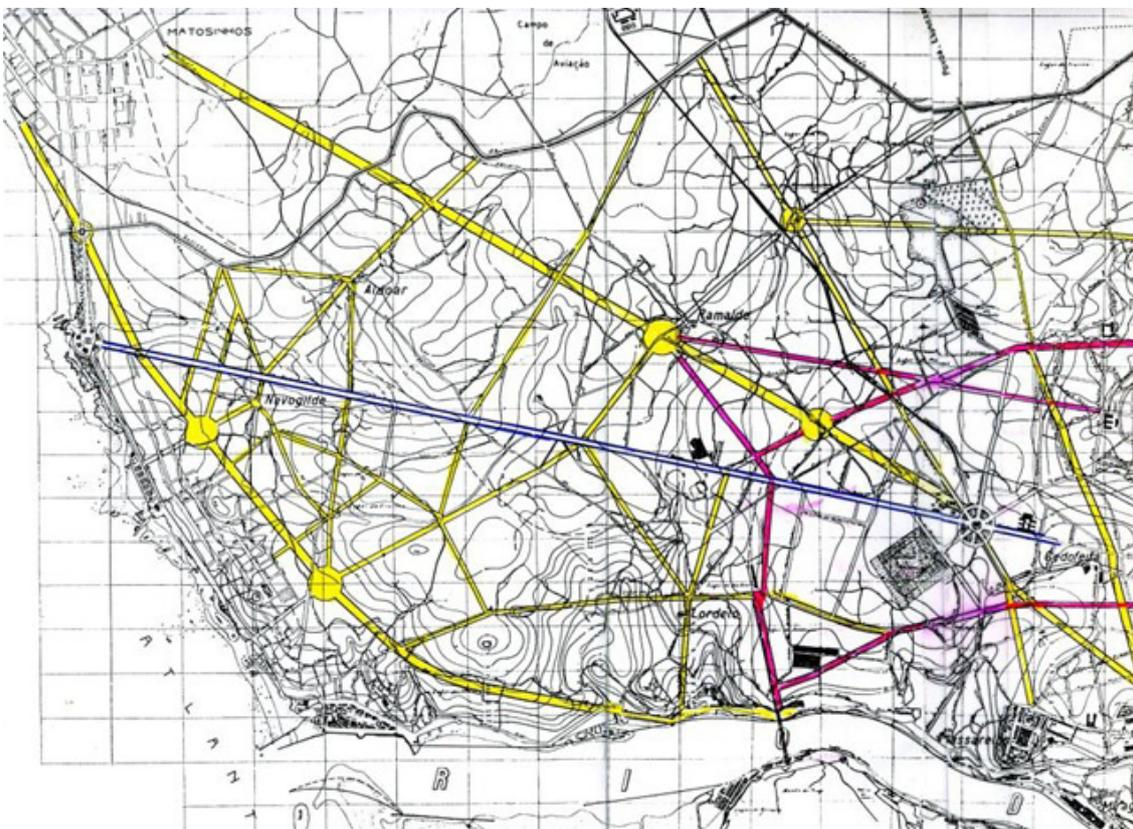
A Avenida seria então aberta ligando a Avenida da Boavista à Rua do Gama (hoje Rua de Diu), iniciando a construção, em terrenos agrícolas, deste novo sistema urbano que tardaria muitos anos em consolidar-se. Tal como aconteceu em outras

¹⁹ A Prova Final para Licenciatura em Arquitectura apresentada à FAUP em 2003 da autoria de Catarina Guerreiro Borba, *“Avenida Marechal Gomes da Costa, Porto e a Arquitectura do Anos 30”*, expõe todas as variantes de projecto da avenida bem como as deliberações resultantes das sessões camararias em que eram apresentadas.

²⁰ “ (...) A nossa cidade, como outras em idênticas condições, tende a caminhar alargando-se, no sentido do ocidente para onde, sem estorvo, é atraída para o mar; visto ser sem dúvida, nessa direcção que encontra campo mais aberto e próprio para a sua expansão.” A.C. da Cunha Morais, *“Os Melhoramentos da Cidade do Porto”*, Porto Typographia Pereira, 1916.



11. Ezequiel de Campos - Avenida Marechal Gomes da Costa (a amarelo o projectado e a azul o realizado)



12. Ezequiel de Campos - Esquema de rede viária que integre os nucleos perifericos -

zonas da cidade (Av. dos Combatentes, Foz, Campo Alegre e Costa Cabral), “ (...) a câmara propôs a construção de casas de habitação de renda livre. Estabeleceu com os proprietários o acordo de realizar os arruamentos em troca da cedência de lotes, compensadores das mais-valias que estes adquiriam para o restante terreno. Depois, o Município vendeu estes lotes em hasta pública, perfazendo os custos das obras de realização das vias.”²¹ No caso desta avenida, tal como na Av. dos Combatentes, foram constituídas Sociedades Particulares de exploração “ (...) em face da passividade e impotência por parte das autoridades municipais perante a especulação individual.”²²

A comercialização dos lotes tem início em 1931 e rapidamente é iniciada a sua edificação, ao longo dessa década foram aprovados 46 projectos para a construção de habitações unifamiliares²³.

Legibilidade urbana

A abertura desta nova via em conjunto com a fundação da Av. Antunes Guimarães, na mesma década, e com o anterior prolongamento da Av. da Boavista até ao mar (década de 1900) estabelece um sistema de novas linhas de acessibilidade numa área periférica e ainda rural da cidade. Estes novos arruamentos, afastados das principais “linhas axiais de trânsito entre o centro do Porto” assumem-se, tal como recomenda Ezequiel de Campos no seu “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”, em 1932, como eixos de acesso e de implementação de novas áreas habitacionais que expandem a urbanização da cidade para poente.²⁴

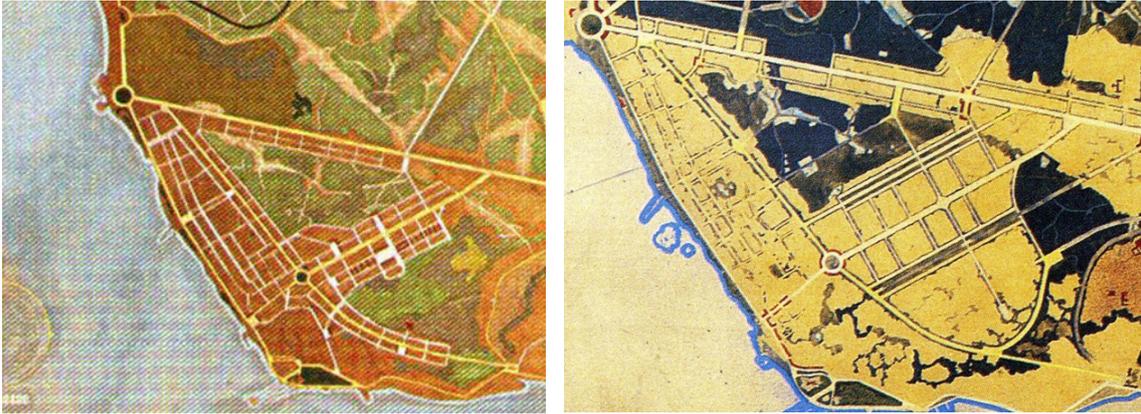
A expansão e densificação da malha urbana associada a este novo eixo viário são suportadas pelo forte crescimento da rede de transportes públicos e pela

²¹ Mário João Mesquita, *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP, 2000.

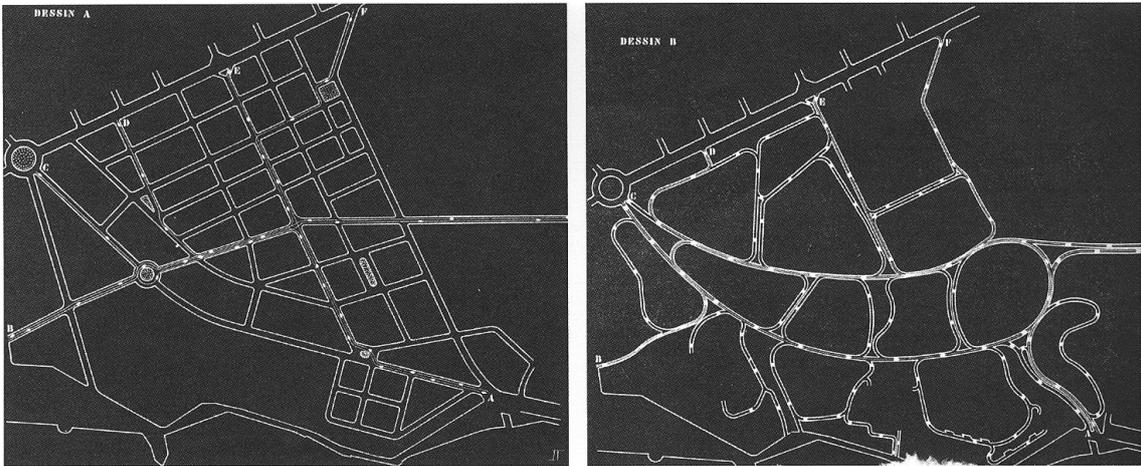
²² Miguel Rezende, *“A evolução territorial da Cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais”*. Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1952

²³ Catarina Guerreiro Borba, *“Avenida Marechal Gomes da Costa, Porto e a Arquitectura do Anos 30”*, Prova Final para Licenciatura em Arquitectura apresentada à FAUP, 2003.

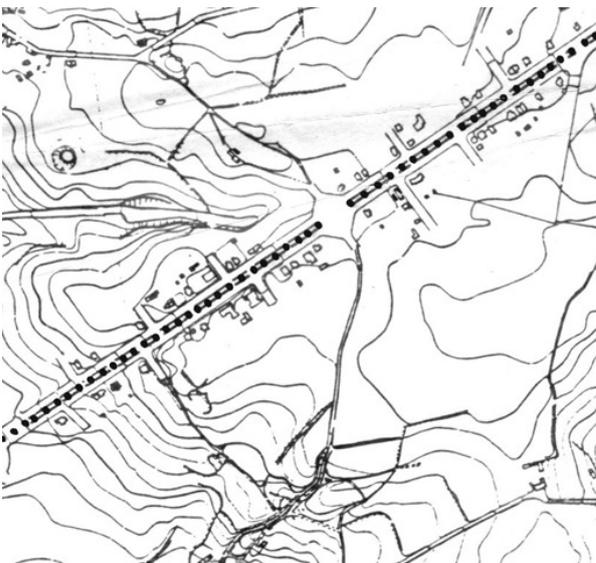
²⁴ “ (...) a Avenida da Boavista, mais a sua derivação Avenida Marechal Gomes da Costa, não são, nem podem vir a ser as linhas axiais de trânsito entre os centros primários do Porto que são e deve continuar a ser a Praça dos Aliados com as ruas principais de comércio em torno, o porto de Leixões e o porto do Douro. Então aquelas avenidas devem continuar a ser de acesso das actuais áreas de residência que são a Foz e toda a fita urbanizada desde a Praça Mouzinho de Albuquerque até ao Poente do Pinheiro Manso, na direcção do Castelo do Queijo.” Ezequiel de Campos, *“Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”*, Porto, 1932.



13. Estudos para o Plano Regulador de Giovanni Muzio 1941- Zona Poente da Cidade - Variantes A e B



14. Comparação entre os dois sistemas de circulação previstos para a área de Nevogilde (Zona Sul da avenida) - Plano Regulador de 1952, de Antão de Almeida Garrett e Plano Director de 1962, de Robert Auzelle



15. Planta de 1948 - Zona central da Avenida (cruzamento com a Rua João de Barros e Rua António Galvão)



16. Levantamento fotográfico aéreo 1954 - Zona Norte da avenida (encontro com a Av. da Boavista, Quinta de Serralves e Bairro de Casas Económicas)

construção de iniciativa pública do Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa (1950), tal como associado à Av. Antunes Guimarães surge o Bairro de Casas Económicas de Ramalde em 1939, e mais tarde (1952-60) a Unidade Residencial de Ramalde.

No entanto, e apesar do investimento público de construção de habitação, esta zona residencial assumir-se-á ocupada por uma burguesa abastada, tornando-se numa das áreas mais nobres da cidade.

A abertura desta avenida, no decorrer dos anos 20, faz-se sem um plano integrado na rede geral de acessibilidades da cidade. Miguel Rezende, em 1952, refere “(...) o caso das Avenidas Gomes da Costa e Combatentes, que hoje se reconhece, apesar da relativa importância do seu traçado não correspondem a qualquer ideia de planeamento de conjunto (...) constituem casos típicos de urbanização desarticulada, sem possibilidade de integração no esquema fundamental da rede de comunicações.”²⁵ No entanto, parece-nos, actualmente, tal como à época da sua fundação, que a Av. Marechal Gomes da Costa cumpre o seu propósito inicial, de relacionar, de forma eficaz e integrada, o antigo núcleo da Foz com o novo sistema de acessibilidade e centralidade que a Avenida e Rotunda da Boavista estabeleciam na cidade no início do séc. XX.

O sistema urbano principiado pela implantação deste eixo tardará em consolidar-se. Muito embora os lotes fronteiros à avenida tenham sido rapidamente edificados, os terrenos contíguos permanecem rurais, deixando a axialidade da avenida isolada e dispersa, até à década de 1950, época em que se principia a ocupação e estruturação das suas franjas laterais, num lento processo que se prolonga até aos nossos dias. Este sistema axial, despoletado pela avenida, será objecto de estudo nos vários planos urbanísticos da cidade.

Ezequiel de Campos, em 1932, faz notar que “ (...) a dispersão completa das áreas de residência acompanhou o caos individualista da Cidade” e lembra “ (...) a necessidade de preparar sem demora todo o plano de ruas, praças e jardins relacionado com aqueles e outros locais preferíveis de habitação” referindo-se à zona das Antas, Avenida da Boavista, Campo Alegre, Foz ²⁶. Continuando

²⁵ Miguel Rezende, *“A evolução territorial da Cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais”*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1952

²⁶ Ezequiel de Campos, *“Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”*, Porto, 1932



17. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/ 12 500

genericamente o estudo de Cunha Morais, para a zona ocidental da cidade, “(...)de uma forma mais completa e adaptada à morfologia do terreno e às ruas entretanto abertas nesses quinze anos, propõe a partir da Avenida da Boavista uma rede viária para “a interligação dos núcleos urbanos periféricos.”²⁷

Em 1941, os estudos levados a cabo por Giovanni Muzio e pelo Gabinete de Urbanização da CMP (dirigido na época por Arménio Losa, e do qual também faziam parte Antão de Almeida Garrett e Miguel Resende) estabelecem definitivamente o zonamento residencial desta área da cidade, e estruturam todo o sistema urbano da Avenida Marechal Gomes da Costa (tal como a ligação da zona do Ouro a Matosinhos). Nas duas variantes do plano é proposto um sistema ortogonal fechado que tem por eixo a avenida que deveria integrar um transporte colectivo.

O actual tecido urbano onde se localiza a avenida baseia-se na sua linearidade axial rematada nas extremidades, a Sul pela Praça do Império, circular, e a Norte pelo alargamento e bifurcação no encontro com a Av. da Boavista. A malha urbana que se desenvolve mais tardiamente pendura-se neste eixo a partir de uma composição ortogonal de pequenos quarteirões ocupados maioritariamente por moradias unifamiliares.

A Avenida Marechal Gomes da Costa dá estrutura a um esquema residencial de pequena escala segundo uma trama ortogonal, e tem na sua marcação de início/fim a coerência e notoriedade da sua inserção urbana. Ao colocar-se entre a Av. da Boavista, importante eixo Nascente-Poente da cidade e a Praça do Império, forte elemento da relação entre os espaços contíguos (estabelecendo a transição para a Foz, e pontuando a via que liga o Campo Alegre, a Rua Diogo Botelho e futuramente a Av. Nun’Alvares). Hierarquicamente a Marechal estabelece a transição entre os arruamentos secundários da trama residencial, fechada, e o sistema de circulação geral aberto destas duas artérias principais da cidade.

²⁷ Ricardo Figueiredo, *Os Planos para o Porto dos Almadas aos nossos dias 6. O Prólogo ao Plano da Cidade do Porto por Ezequiel de Campos 1932*, <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>, [consultado a 20 Agosto de 2012].

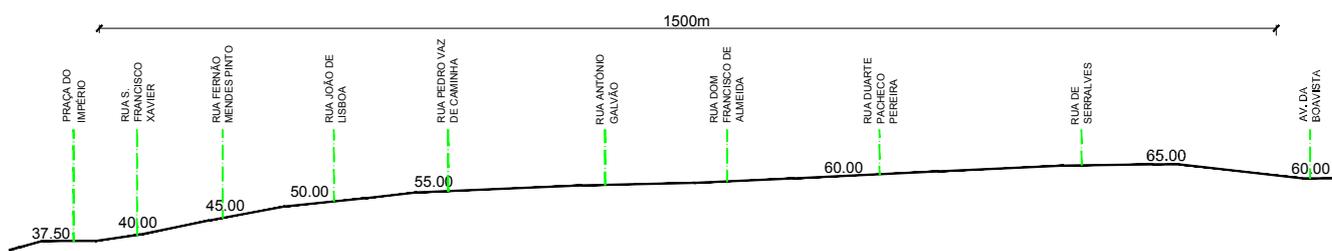


18. Esquema de análise geométrica esc.1/9000

- VIÁRIO
- PEDONAL
- VERDE
- MISTO



19. Esquema de análise funcional dos pavimentos esc. 1/ 9000



20. Esquema de análise das variações da topografia - Perfil longitudinal ao longo do eixo central da avenida 1/10000 (para uma melhor apreensão da topografia a representação das altimetrias foi enfatizada)



21. Vistas sobre as extremidades da avenida - Praça do Império e bifurcação no encontro com a Av. da Boavista

Estrutura espacial

A avenida tem 1570 metros de comprimento desenvolvendo-se segundo um eixo linear recto, que sofre uma ligeira inflexão entre a intersecção com a Rua de Serralves e a Av. da Boavista. A praça, cujo centro, assinalado com um obelisco²⁸, remata o eixo geométrico da avenida, é um círculo com 120 metros de diâmetro.

O perfil transversal da avenida é contínuo ao longo de todo o comprimento, e foi objecto de múltiplas variantes no decorrer da sua construção. Destacamos os estudos de 1930 em que a largura proposta era de 36 metros e estava prevista a inclusão de uma faixa central destinada a duas linhas de tracção eléctrica. Na realidade, nunca chegou a integrar uma linha de eléctricos, e foi construída com 33 metros de largura que se distribuem simetricamente com um separador central verde densamente arborizado, duas faixas de rodagem, uma faixa de estacionamento longitudinal e passeio sem vegetação em cada um dos lados. O afastamento de 7 metros das construções ao limite público, previsto no projecto inicial, é quase sempre respeitado.

A tipologia das edificações que a limitam é fundamentalmente a da habitação unifamiliar de dois pisos, que embora afastada da rua, exhibe sobre ela o seu alçado principal, estando por vezes sobreelevada em relação à cota do espaço público.

O perfil longitudinal, adaptado à morfologia do terreno, apresenta diferenças acentuadas de pendente ao longo do seu desenvolvimento. O ponto mais alto encontra-se na intersecção com a Rua de Serralves, descendo 5 metros para Norte e 27,5 em direcção ao mar, a Sul. As fortes variações altimétricas e de inclinação não permitem uma apreensão da totalidade do eixo, não existe um enfiamento visual contínuo ao longo do seu desenvolvimento.

A unidade de análise em estudo, planeada e construída num só tempo, é ordenada ao longo de um eixo em linha recta pelo rigor geométrico da divisão funcional dos pavimentos e pela constância do seu perfil transversal. O enfâse dado à marcação de início e fim (rotunda e alargamento) acentua o entendimento da sua composição, como uma unidade fechada e completa.

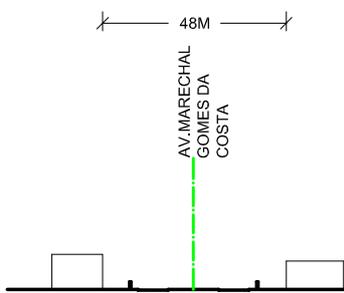
²⁸ Este monumento, originalmente erguido para a Exposição Colonial que se realizou no Palácio de Cristal no Porto, em 1934, constitui uma homenagem ao "Espírito Colonizador Português", tendo sido posteriormente trasladado para o centro da Praça do Império.



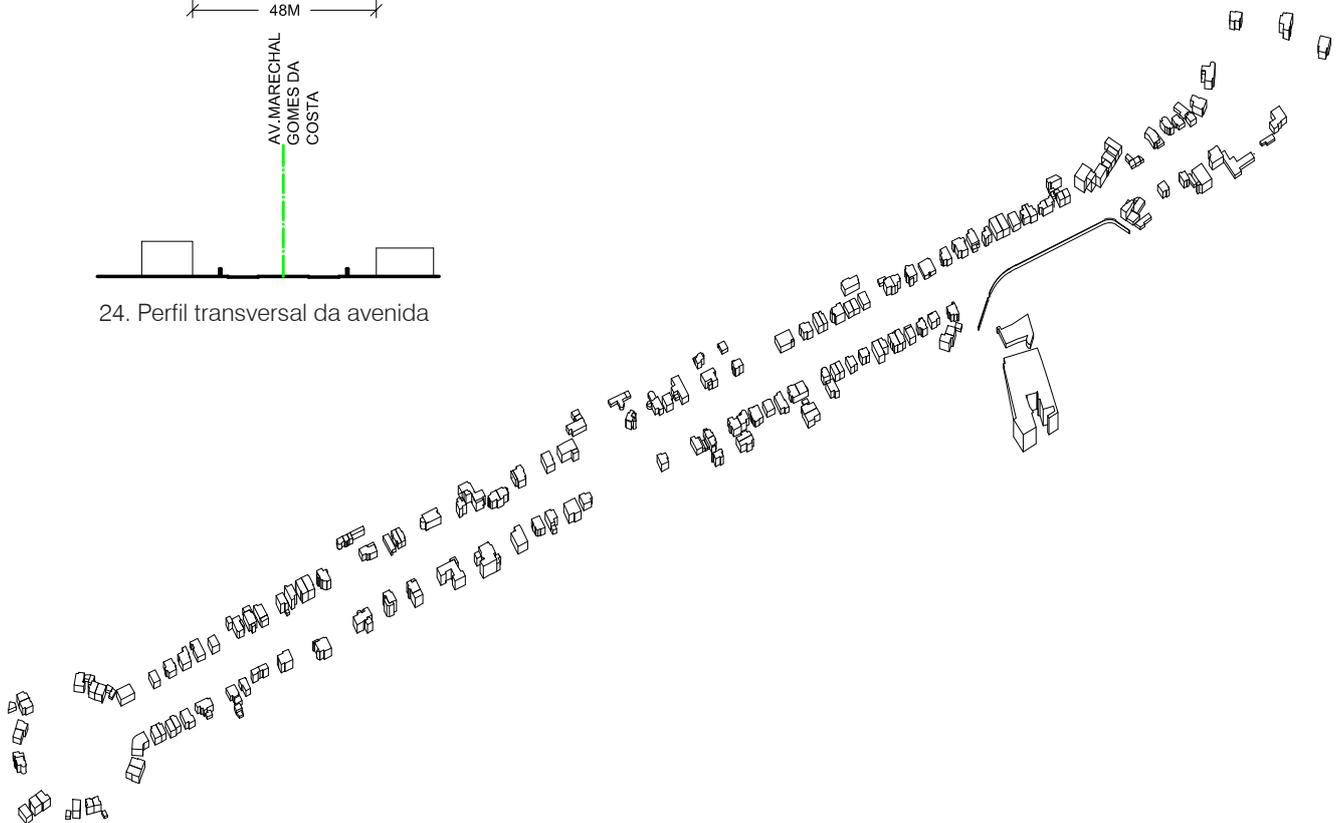
22. Vista sobre as diferentes casas unifamiliares que ladeiam a avenida.



23. Vistas sobre o alargamento do perfil da avenida, a meio da sua extensão, na intersecção com as Ruas João de Barros e António Galvão.



24. Perfil transversal da avenida



25. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/9000

Leitura espacial

Este espaço público que percorre mais de 1,5km em linha recta, sempre com a mesma largura, divisão funcional, afastamento e tipologia do edificado não se apreende de uma só vez. As variações da topografia não permitem um enfiamento visual contínuo, como já referimos, mas existem outros factores que contribuem para a diferenciação das partes desta unidade:

- a qualidade e variedade da linguagem “modernista” das casas unifamiliares, construções de autor para uma clientela endinheirada – “(...) *como que se tratasse de um “catálogo” dos arquitectos portuenses e da arquitectura dos anos 30 e 40. Embora tenham existido projectos e construções em todas as décadas, essas são as duas com mais obras (...)*”²⁹

- a diversidade e qualidade dos jardins privados que se abrem sobre a avenida, fruto da transparência das vedações, da baixa altura dos muros ou da cota sobreelevada do terreno;

- a colocação ortogonal dos vários arruamentos secundários que não cruzam a avenida, (encontrando-se desalinhados em ambos os lados), e não alteram o desenho do seu espaço público, mas geram enfiamentos visuais para além dos seus limites, num ritmo alternado (ora à direita ora à esquerda), que desvenda a diversidade do tecido urbano que a envolve. A Rua de João de Barros e a Rua de António Galvão são a excepção, alinhadas, desenham um eixo perpendicular contínuo que atravessa a avenida e cria um alargamento do seu espaço público. Esta intersecção, sensivelmente a meio do seu desenvolvimento, dilata, pontualmente, o perfil transversal da avenida, (acrescentando-lhe duas placas ajardinadas de forma triangular, onde de um dos lados é colocado um monumento), e funciona como uma referencia interna no posicionamento que ocupamos quando a percorremos, como um marco que divide a sua extensão;

O carácter e ambiente, muito próprio, que se vive neste espaço público, a sua identidade, hoje como nos anos 40 (época em que a ocupação dos lotes fronteiros à avenida se massificou), assentam essencialmente em três factores:

²⁹ Catarina Guerreiro Borba, *“Avenida Marechal Gomes da Costa, Porto e a Arquitectura do Anos 30”*, Prova Final para Licenciatura em Arquitectura apresentada à FAUP, 2003.



26. Vista sobre a diversidade de apropriação (edificado e vegetação) na ocupação de cada lote.



27. Vista, a eixo da avenida, sobre as árvores de grande porte que ocupam a zona central ajardinada.



28. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/ 9000



29. Esquema de análise da vegetação esc. 1/ 9000

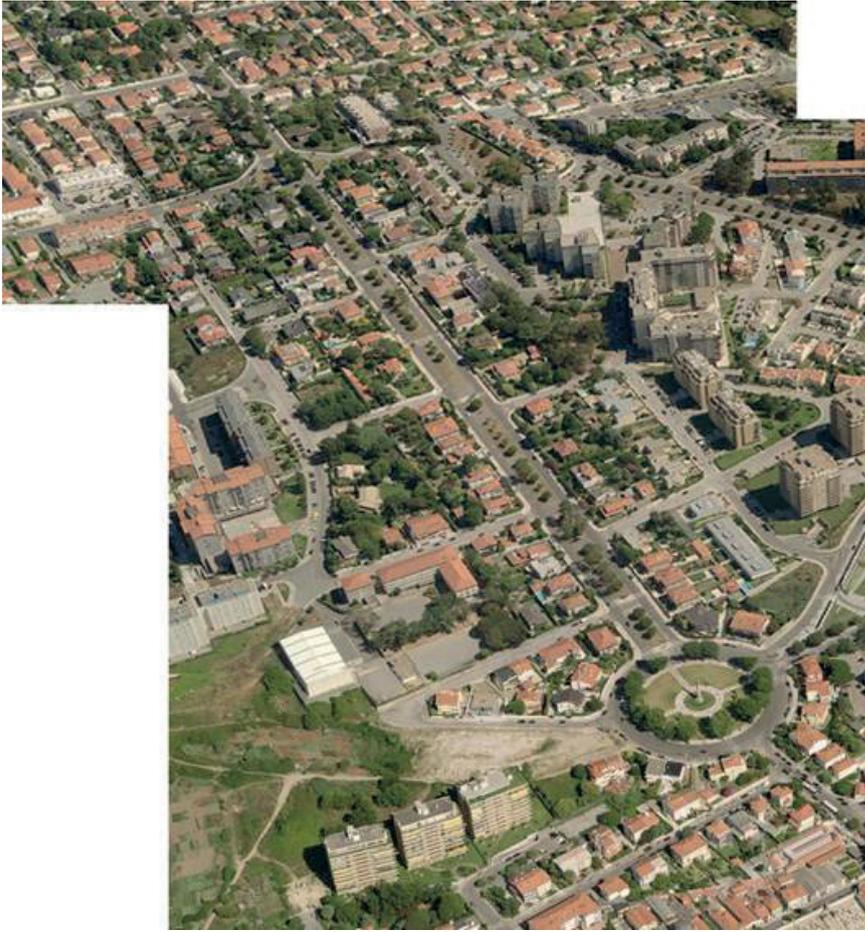
- a geometria - o rigor e continuidade do traçado e divisão de pavimentos, e a excepcionalidade associada ao desenho das extremidades e do “meio”;
- o edificado - baixa densidade da construção, homogeneidade tipológica e diversidade de linguagem e apropriação na edificação de cada lote;
- a vegetação – árvores de grande porte, continuamente alinhadas ao longo de todo o comprimento da faixa verde central, e jardins privados de vegetação muito variada e densa;

Actividades

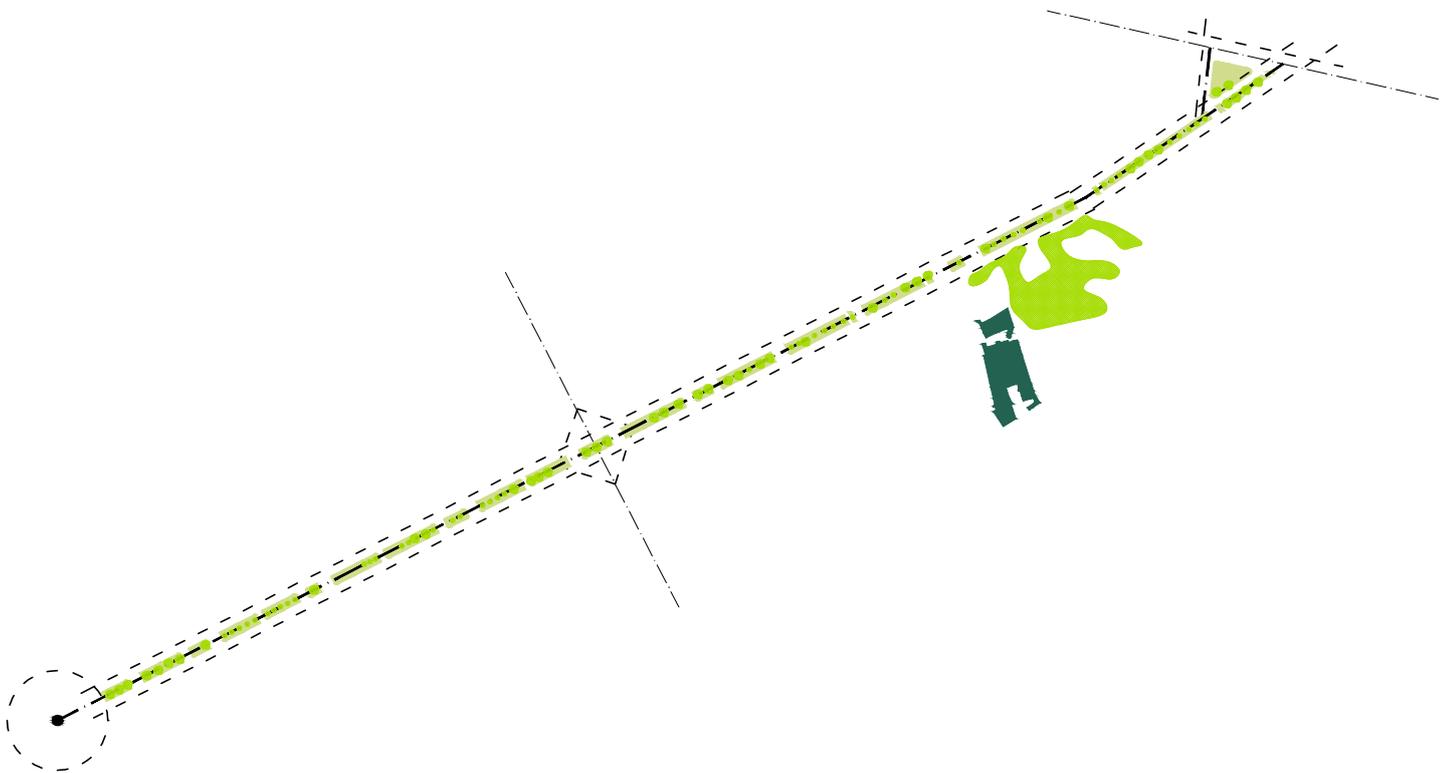
A avenida, pensada como um eixo estruturador do futuro desenvolvimento de uma nova área habitacional, cumpre o seu desígnio inicial – dando origem a uma das áreas residenciais mais nobres na cidade.

As características do seu espaço público associadas à notoriedade que a localização da Fundação e Museu de Arte Contemporânea de Serralves, (um dos equipamentos culturais mais importantes da cidade, que reúne um património edificado notável ao nível arquitectónico e paisagístico), lhe confere, permitiram ultrapassar a esfera puramente local dos seus habitantes. A Avenida Marechal Gomes da Costa, inicialmente residencial, reúne hoje uma multiplicidade de actividades. Muitas das moradias foram transformadas em edifícios de ensino, sedes de empresas ou agências bancárias. A qualidade e clareza do seu ambiente urbano fazem com que se assumam ao nível geral da cidade como um eixo que estrutura e atrai novas funções, mantendo-se vivo, mesmo se alguns dos seus “palacetes” se encontram hoje temporariamente desocupados.

O fluxo automóvel é intenso e é-lhe dada primazia face às áreas de circulação pedonal, laterais e exíguas. Numa área da cidade onde a atracção turística é tão preponderante, pela presença do museu, do parque e da proximidade e acesso às praias da Foz, seria talvez necessário rever o perfil transversal original em função dos novos modos de vida e conceitos actuais de sustentabilidade. Surge-nos a ideia de introduzir no separador central ajardinado uma via de circulação pedonal e desportiva (ciclovía partilhada por peões, tal como acontece em outras áreas da



30. Vista aérea sobre a Praça do Império e a zona Sul da avenida.



31. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/9000

cidade) que permitisse o desenvolvimento de outras actividades de lazer e um melhor usufruto deste importante corredor verde.

Conclusões

A abertura deste eixo viário propiciou a estruturação e desenvolvimento de um novo sector urbano. Este arruamento funciona como uma peça de referência e fixação na ocupação do território. Esta avenida articula no esquema geral da cidade, antigos assentamentos e recentes eixos de acessibilidade, desencadeando a formação de novos tecidos.

A Avenida Marechal Gomes da Costa é um espaço público reconhecível de qualidade na cidade do Porto. A sua forte identidade constrói-se a partir da importante ligação que estabelece entre a Av. Boavista e o núcleo antigo da Foz; pelo rigor do seu traçado, projectado e executado integralmente, de onde sobressaem a regularidade linear do seu desenvolvimento e a notoriedade conferida aos seus remates e intersecção central; pela veemência da vegetação que o “invade”, pública e privada; pela baixa densidade e afastamento do edificado; e nos últimos anos pela importância que o Museu e o Parque de Serralves adquiriram na cidade.

A dicotomia entre o domínio colectivo e a propriedade privada é um dos principais factores que caracteriza e enriquece a paisagem urbana da avenida. A pluralidade e vivacidade da apropriação individual de cada lote (edificado e jardins) contrastam com a regra contínua e homogénea, quase neutral, pela qual se desenha o espaço público. A unidade e clareza do projecto que constrói a avenida garantem as directrizes (alinhamento e afastamento das construções) para que independentemente da ocupação dos seus lotes a leitura e identidade deste espaço urbano não se perca. A ocupação privada apenas participa na qualificação desta unidade - diversificando-a, enquanto a intervenção pública a define, no rigor da sua composição geométrica e na constância do seu desenho de pavimentos.



32. Plantas do espaço público existente na cidade do Porto em 1932, 1948 e 1960 - Reconstituição do processo de formação do eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis

3.2 Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis

Contextualização

A unidade de análise aqui apresentada é formada por diversos espaços urbanos de tipologia distinta - Praça Pedro Nunes, Rua Augusto Luso, Escadas Carolina Michaelis, Praceta Públia Hortência e Rua Infanta D. Maria - unidos sequencialmente ao longo de um forte eixo visual que liga as entradas de dois liceus da Cidade do Porto.

A abertura destes espaços públicos dá-se ao longo de duas décadas e sem um planeamento geral do conjunto. No entanto, o intuito primordial da sua construção, parece ser o estabelecimento de uma estrutura física de referência colectiva que alicerce a implementação destes dois novos liceus na cidade. Criar a urbanidade e significação inerentes à importância da fundação destes novos equipamentos sociais. Ambos erguidos nos primeiros anos de consolidação do regime político ditatorial e na época em que se afirma o Urbanismo em Portugal³⁰, com o aparecimento dos primeiros Planos Gerais de Urbanização.

O Liceu Rodrigues de Freitas, concluído em 1932, surge a partir de um concurso para um projecto “passpartout”, sem terreno, do qual Marques da Silva é vencedor. A sua implantação na conjuntura real da cidade do Porto é pensada junto à Boavista, aliando o posicionamento do novo Liceu às novas acessibilidades e à relevância da *“cidade moderna que a rotunda da Boavista e a sua extensa avenida simbolizava na entrada do novo século”*³¹. Primeiramente pensada para uns terrenos junto a actual Av. de França, a localização do liceu decide-se para a Quinta do Priorado, contigua à Igreja de Cedofeita³². Deste modo, no âmbito do plano de reordenamento e embelezamento dos terrenos circundantes do Liceu e da Igreja de Cedofeita, é traçado um eixo perpendicular ao eixo da Boavista (Rua Augusto Luso), e aberta a Praça Pedro Nunes sobre a antiga Rua da Paz, a

³⁰ Margarida Souza Lobo, *Planos de Urbanização a Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995.

³¹ Gonçalo do Canto Moniz, *Arquitectura e Instrução. O projecto moderno do liceu 1836-1936*, Coimbra, Departamento de Arquitectura FCTUC, EDARQ, 2007.

³² António Nóvoa, Ana Teresa Santa-Clara, *Liceus de Portugal*, Porto, Edições Asa, 1972.



33. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/8500

fachada principal do liceu é implantada à face da rua - dando-se início à composição desta unidade.

A construção do Liceu Carolina Michaelis termina em 1951, após um demorado processo de 12 anos de sucessivas reformulações de diferentes projectos e hipóteses de localização.³³ O projecto definitivo, da autoria de José Sobral Branco, é concluído em 1946, e localiza-se nos terrenos da Quinta do Meio, à Ramada Alta, já urbanizada pelo município para a implantação do liceu desde 1942³⁴.

Assim, a composição deste eixo de ligação entre os liceus não deriva de um plano de urbanização geral, mas da sucessão do “arranjo e embelezamento” parcelar à época da implantação de cada um dos liceus.³⁵ Parece-nos, no entanto, expressa a vontade de relacionar os dois liceus e gerar um espaço público unitário, que segundo um eixo linear recto une dois edifícios notáveis (ao nível do programa e da sua forma) na cidade.

Esta unidade foi objecto de sucessivas alterações até aos nossos dias, tanto ao nível do edificado envolvente (por exemplo com a construção de um novo conjunto habitacional que limita a escadaria pelo lado nascente, após os anos 70) bem como da instalação de novas funções (com a introdução de uma estação de metro num patamar de cota intermédia da escadaria). Estas transformações não anularam ou minimizaram a sua génese compositiva inicial. Podemos mesmo dizer que participaram na consolidação da sua identidade, reforçando os seus limites e aportando-lhe uma maior diversidade.

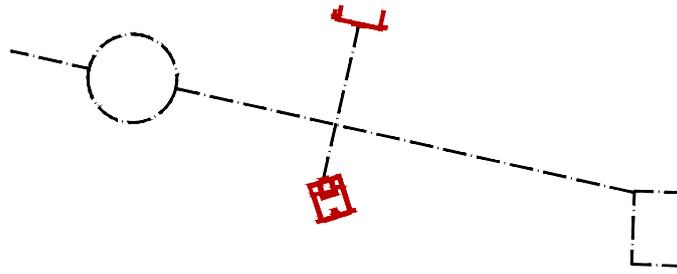
A variação decorrente de uma transformação estendida no tempo é neste caso um factor interveniente na definição deste lugar – na leitura desta *paisagem urbana*³⁶

³³ Fernando Moreira Marques, *Os Liceus do Estado Novo*. Arquitectura, Currículo e Poder, Lisboa : FPCEUL, 2003.

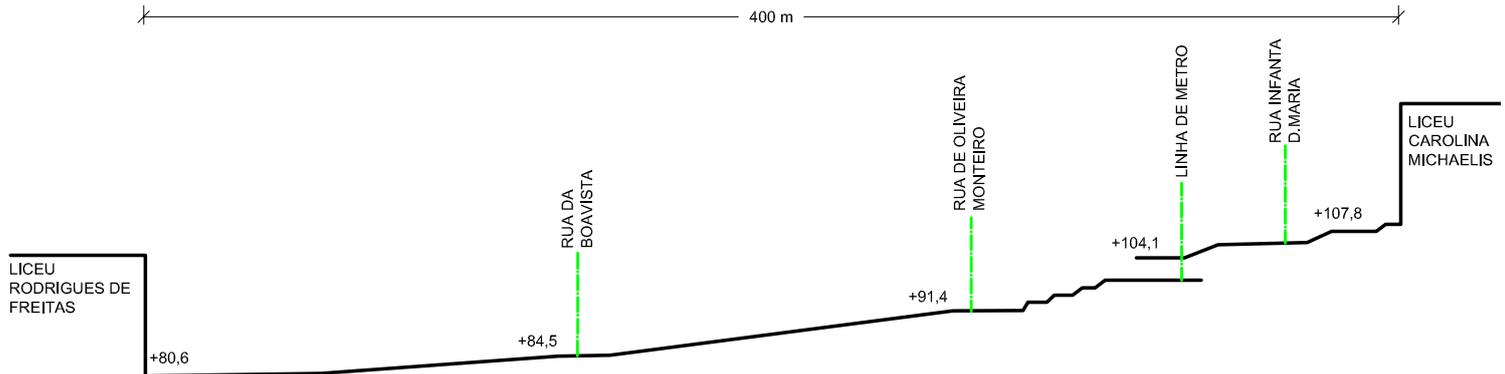
³⁴ O arranque destas obras dá-se em 1937. Em Outubro de 1940 podemos ler numa comunicação entre o Gabinete de Projecto da CMP e o Arq. Giovanni Muzio, no âmbito dos reparos sobre a exequibilidade dos estudos desenvolvidos para o futuro plano de urbanização da cidade, “(...) a impossibilidade do prolongamento para sul da rua Serpa Pinto, pelo terreno e pelo estabelecimento já fixado nessa área do Liceu Feminino, em estudo adiantado”

³⁵ Ezequiel de Campos no seu Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, de 1932, referia a propósito da falta de planeamento da cidade e do posicionamento dos edifícios públicos “*Nem que se parasse hoje com os desatinos da traça e das obras da Cidade, não podiam desaparecer donde tão mal estão, no melhor plano futuro, a Escola Infante D. Henrique, o Liceu Rodrigues de Freitas, a Faculdade de Engenharia, O Liceu Feminino Carolina Michaelis e tantos outros edifícios públicos e prédios particulares levantados ultimamente... porque não houve nem há um plano de Cidade.*”

³⁶ Paisagem Urbana como arte de relação entre todos os elementos que formam os espaços. Expressão visual característica que contribui para proporcionar o sentido de lugar – a sensação de



35. Esquema onde se destaca a dualidade axial entre o eixo da Rua da Boavista e o eixo de ligação entre os liceus. esc. 1/20000



36. Esquema de análise das variações da topografia - perfil longitudinal ao longo do eixo 1/2500 (para uma melhor apreensão da topografia a representação das altimetrias foi enfatizada)



37. Momentos ao longo do eixo onde o olhar se desvia para além do percurso - pontos exteriores de referência na estrutura urbana - vista a eixo da Rua da Boavista sobre a estátua no centro da rotunda; vista à entrada da Praça Pedro Nunes sobre o Liceu Rodrigues de Freitas e a Igreja da Lapa; vista no enfiamento da linha de metro sobre a Igreja da Lapa.

Legibilidade urbana

A legibilidade urbana desta unidade é manifesta na clareza da sua inserção no tecido urbano.

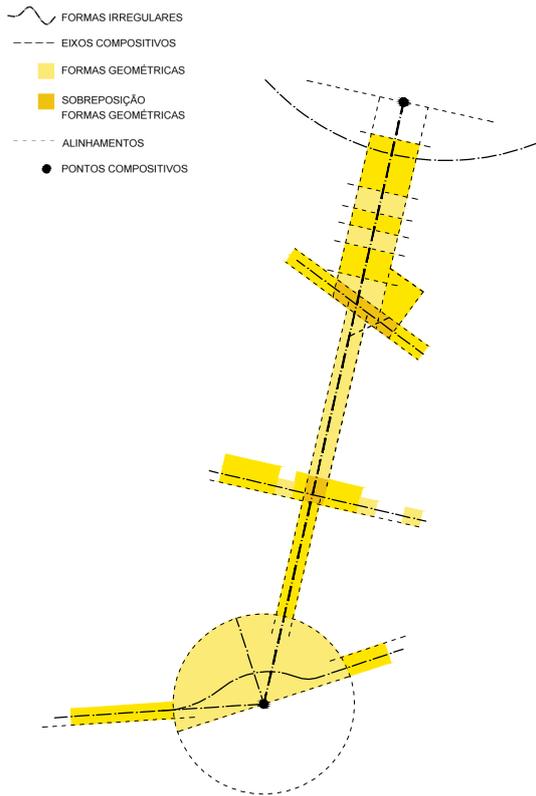
O eixo em análise adopta a direcção de um pequeno arruamento pré-existente (origem de parte da Rua Augusto Luso) integrando-o e prolongando-o. Deste modo coloca-se perpendicularmente à Rua da Boavista, importante eixo Nascente-Poente da cidade, que liga a Praça da República à Praça Mouzinho de Albuquerque (e segue em direcção ao mar), beneficiando com esta dualidade axial. A lógica e compreensibilidade da implantação desta nova estrutura urbana são reforçadas pela intersecção dos dois eixos. A um eixo primordial de lógica aberta e continuada (Rua da Boavista) contrapõem-se perpendicularmente um outro, de composição fechada – o eixo de ligação entre os liceus.

Os pontos de intersecção do novo eixo com as vias já estabelecidas anteriormente, Rua da Boavista e Rua de Oliveira Monteiro, tal como com a antiga linha férrea são momentos onde o desenho urbano se transforma, estes cruzamentos estabelecem uma cadência no percurso e hierarquizam as partes que o compõem – enriquecendo a leitura sequencial da cena urbana e referenciando-a. Abrindo perspectivas sobre pontos focais que pontuam a paisagem envolvente (estátua ao centro da Rotunda da Boavista e Igreja da Lapa) e que desviam a atenção para além dos limites da unidade de análise³⁷, posicionando-a na estrutura urbana mais ampla da cidade.

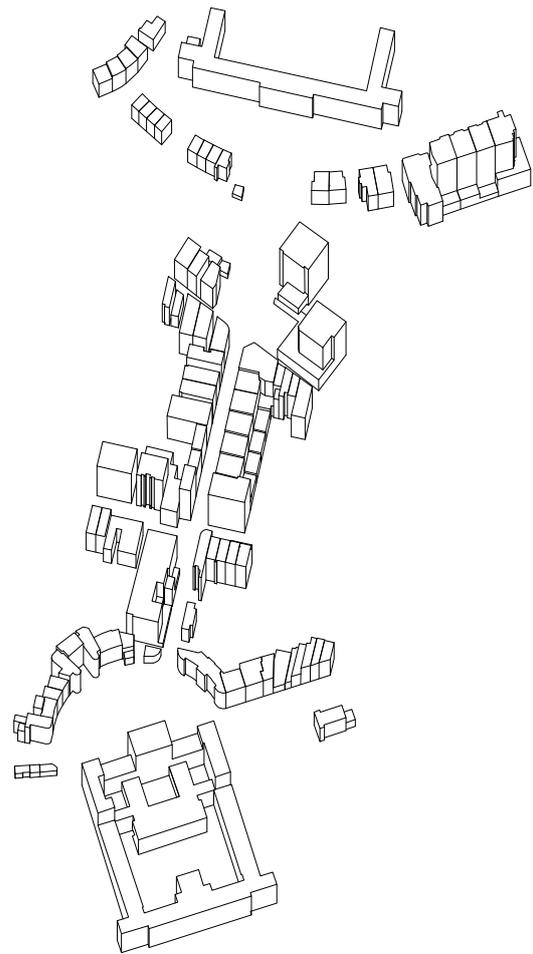
Destacamos a importância do cadastro (divisão parcelar) na caracterização dos espaços que compõem o eixo em estudo. A identificação das diferentes unidades de solo privado permite-nos observar os ritmos e variações que segmentam e particularizam o conjunto, e sobretudo a diferença de escala das grandes parcelas

qualidade espacial. Jan Gehl; *La humanización del Espacio Urbano. La vida social entre los edificios*; Barcelona; Editorial Reverté; 2006; (1ª ed. 1970); Gordon Cullen; *Paisagem Urbana*; Lisboa; Edições 70; 1984; (1ª ed. 1961);

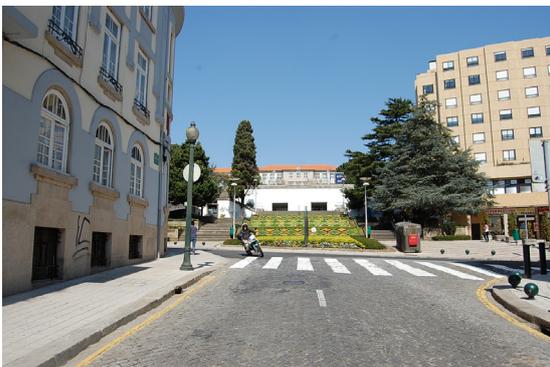
³⁷ Com o atravessamento da Rua da Boavista surge, no prolongamento do seu eixo, ao fundo, a vista sobre a estátua no centro da rotunda. Ao descermos do Largo da Paz em direcção à Praça Pedro Nunes dá-se a bissecção da extensão visual linear: focamos num primeiro plano de proximidade, oblíquo, o volume central do Liceu Rodrigues de Freitas (cuja entrada remata o eixo que percorremos), e ao fundo, encimando as construções que se desenvolvem até à cota alta, encontramos a Igreja da Lapa. Ao subirmos a escadaria e chegarmos à Praceta Pública Hortência (plataforma que cobre a estação e linha de metro) giramos inevitavelmente o olhar sobre a rotura que a linha férrea estabelece no tecido urbano e deparamo-nos novamente com a silhueta das torres da Igreja da Lapa, agora num momento do percurso onde nos parece mais próxima e menos elevada



38. Esquema de análise geométrica esc. 1/5000



39. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/5000



40. Sequência de vistas ao longo do eixo - percorrido no sentido ascendente em direcção ao Liceu Carolina Michaelis

que encerram o eixo: anunciando a notabilidade dos momentos finais do percurso – o carácter colectivo das parcelas dos liceus, que se confirma com a excepcionalidade do edificado.

Estrutura espacial

A lógica e continuidade dos diferentes espaços que compõe a unidade de análise são estabelecidas sobretudo pelo eixo linear recto. A composição é regulada pelo traçado geométrico, que a unifica e que, em conjunto com o posicionamento dos edifícios dos Liceus, demarca o seu início e fim – encerrando as suas extremidades.

O eixo visual e compositivo está colocado ao meio dos arruamentos, e transforma-se em alguns momentos do percurso em eixo de simetria enfatizando a unidade e identidade do conjunto. A simetria dos alçados principais dos dois liceus tem o ponto de intersecção com o eixo (portas de entrada) como centro da sua composição

A ordem assente na composição geométrica, linear recta ao longo do eixo, ganha ainda mais força nas suas extremidades. O traçado geométrico torna-se mais complexo, conferindo aos espaços que rematam o eixo uma maior intensidade.

Na Praça Pedro Nunes, a extremidade do eixo (entrada do Liceu Rodrigues de Freitas) transforma-se em centro geométrico de um círculo que em conjunto com o alinhamento da fachada do Liceu desenharam a forma da praça - um semicírculo. O edificado polariza-se em torno da fachada do liceu, construído em frente urbana ao longo do semicírculo. A deflexão desta praça face à axialidade do eixo geral da unidade (a sua obliquidade) enfatiza a leitura de uma ordem compositiva autónoma.

A Rua Infanta D. Maria, desenhada em arco, contrapõe-se à direccionalidade do eixo, e em conjunto com a massa arbórea e a fachada do Liceu Carolina Michaelis delimitam a Norte esta unidade. As plataformas da escadaria e da Praceta Públia Hortêncina dispõem-se simetricamente ao longo do eixo, seguindo a simetria da fachada do Liceu Carolina Michaelis, originando com ele um conjunto formalmente muito coeso e totalitário, planeado em função deste edifício.



41. Sequência de vistas ao longo do eixo - percorrido no sentido descendente em direcção ao Liceu Rodrigues de Freitas



42. Esquema de análise da vegetação
esc. 1-5000



43. Esquema de análise funcional dos pavimentos
esc. 1-5000

A construção do edificado encontra-se subordinada à geometria da composição. Estando mais fortemente associada aos limites do espaço público nos espaços cuja construção se refere ao primeiro momento de formação do eixo - a edificação do Liceu Rodrigues de Freitas (Praça Pedro Nunes e Rua Augusto Luso) - definindo uma frente urbana contínua. Nos espaços relacionados com a construção do Liceu Carolina Michaelis (Escadas, Praceta Públia Hortência e Rua Infanta D. Maria) os limites, afastados das edificações, desdobram-se e configuram-se a partir da sobreposição de muros que balizam a diferença de cotas entre as plataformas e o interior das parcelas, assumindo a ruptura na topografia e no tecido urbano que se originou.

Leitura espacial

O entendimento compositivo desta unidade apoia-se essencialmente num único eixo de ligação entre dois polos edificados, os liceus. Tal facto poder-nos-ia inicialmente levar a pensar num panorama de assimilação rápido e quase monótono ³⁸. Em que a sequência de vistas axiais que obtemos ao longo do desenvolvimento do eixo, mais de 400m sempre em linha recta, variasse apenas em função do plano de proximidade dos edifícios terminais.

No entanto, ao longo do percurso, podemos distinguir claramente espaços *estreitos* que circunscrevem e comprimem o olhar e espaços onde as vistas se dilatam e se estendem para além do espaço. A Rua Augusto Luso funciona como um espaço articulador que canaliza e conduz a vista para os momentos extremos do percurso, mais intensos e caracterizados, onde o alargamento dos limites desafoga a visão.

Para a compreensibilidade desta unidade, cuja definição assenta essencialmente na já referida ordem linear e bipolarizada imposta pela geometria e volumetria dos edifícios, contribuem:

- a variação topográfica que vence uma diferença de cotas, superior a 27m, entre as entradas dos dois liceus (mudanças de pendente e vários desníveis);

³⁸ «Uma rua que se prolonga à nossa frente sempre em linha recta tem um impacto relativamente pequeno, porque o panorama inicial é rapidamente assimilado, tornando-se monótono. O cérebro humano reage ao contraste, i.é, às diferenças entre as coisas (...)» Gordon Cullen; *Paisagem Urbana*; Lisboa; Edições 70; 1984; (1ª ed. 1961); p.11.

- EQUIPAMENTO
- COMÉRCIO/ SERVIÇOS
- HABITAÇÃO + COMÉRCIO/ SERVIÇOS
- HABITAÇÃO
- DEVOLUTO



44. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/5000



45. Vistas desde o final da Rua Augusto Luso sobre o Liceu Rodrigues de Freitas (na eminência da chegada à Praça Pedro Nunes), e sobre as edificações que limitam a Noroeste a Praça Pedro Nunes.



46. Vistas sobre a fachada do Liceu Carolina Michaelis e Praceta Públia Hortência, e sobre a escadaria

- a disparidade das larguras dos diversos espaços (entre 60m de largura da Praça Pedro Nunes, 11m a 13m de largura da Rua de Augusto Luso, 50m de largura na base da escadaria, 32m de largura nas restantes plataformas);

- a vegetação, com a presença de densos maciços arbóreos nos momentos de maior intensidade do percurso, já demarcados pela geometria (Praça Pedro Nunes e Rua Infanta D. Maria);

Actividades

A ocupação funcional do edificado que circunscreve esta unidade é determinante na dinamização e densificação do uso dos seus espaços. A envolvente variada e plurifuncional composta pelos dois liceus, a estação de metro, o comércio de rua, habitação e importantes serviços (que aí se encontram (ou encontraram recentemente³⁹) propicia a integração no uso do espaço público por distintos grupos da sociedade.

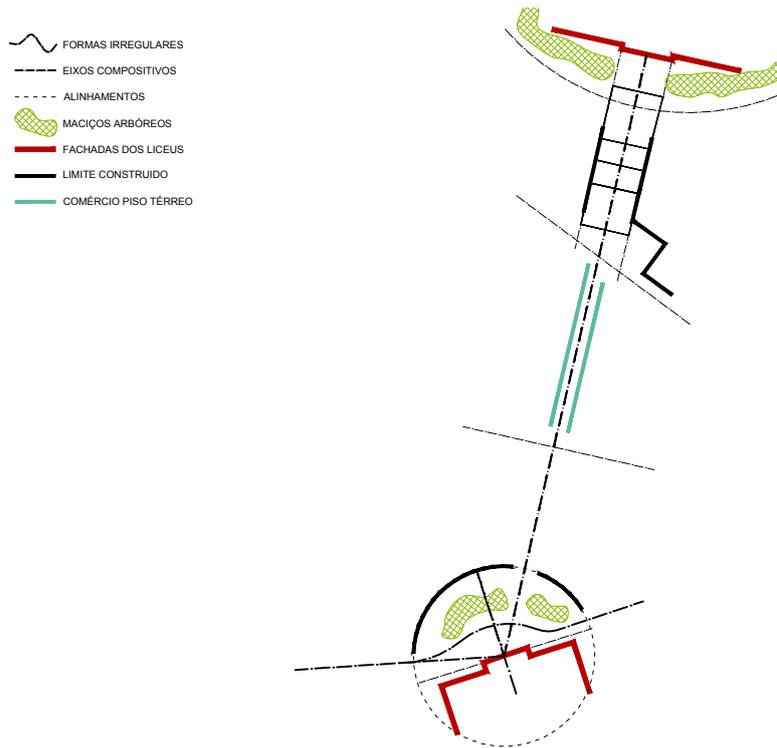
Ao longo de todo o eixo é dada primazia às zonas pedonais em função da circulação mecânica - a totalidade do percurso que liga os dois liceus somente se consegue percorrer a pé. O afastamento do automóvel e o predomínio da circulação pedonal em alguns dos espaços que compõe esta unidade é distintivo e contribui para a leitura da sua identidade, destacando-a.

A importância dos equipamentos que aí se localizam (escolas e estação de metro) e a qualidade e caracterização física dos seus espaços públicos assumem estes lugares como referentes ao nível da estrutura urbana da cidade.

Conclusões

Esta unidade de análise é composta por espaços com uma grande variedade formal onde os seus diferentes momentos se encontram fortemente individualizados. A percepção deste eixo não nos surge de forma imediata, possivelmente alguns de nós já o teremos cruzado sem dele nos apercebermos.

³⁹ Junta de Freguesia de Cedofeita, o Hospital Pediátrico Maria Pia recentemente encerrado, e o Instituto de Genética Médica que abandonou as instalações da Praça Pedro Nunes também este ano.



47. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/5000



48. Vista sobre o desenvolvimento do eixo, desde o varandim da Praceta Pública Hotencia até à cota baixa, com o Liceu Rodrigues de Freitas ao fundo

No entanto, a axialidade do eixo sustenta a leitura de unidade compositiva e o propósito de relacionar as entradas e edifícios dos dois liceus, superando a heterogeneidade e as diferentes épocas de construção dos seus espaços, bem como o “vigor” dos arruamentos que a intersectam.

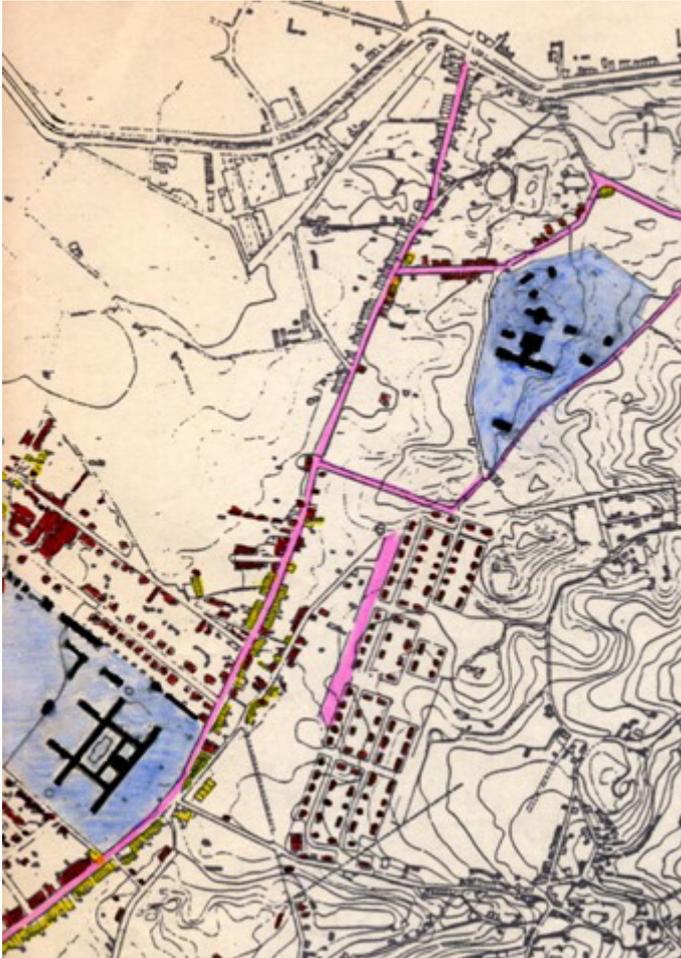
A geometria, neste caso, para além de agregadora e unificadora geral do conjunto, surge também como um instrumento que pontua e diferencia, conferindo uma forte identidade a alguns momentos do percurso, hierarquizando-os.

Junto ao Liceu Rodrigues de Freitas a estrutura espacial é determinada a partir de uma figura geométrica regular, alcançando uma grande singularidade compositiva.

Junto ao Liceu Carolina Michaelis a simetria, a topografia elevada, a abertura dos seus limites sobre a paisagem⁴⁰, a estação de metro, e o uso exclusivamente pedonal destes espaços conferem-lhes uma forte identidade e um carácter excepcional de referência na cena urbana.

A marcação início/ fim desta unidade/ eixo, conseguida pelo posicionamento e volumetria dos edifícios/funções que a encerram e pela excepcionalidade dos seus momentos extremos, (traçado geométrico e caracterização espacial) destaca-se como fundamento base do entendimento e clareza deste modelo urbano.

⁴⁰Vistas sobre o desenvolvimento do eixo até à cota mais baixa, desde um ponto de vista elevado dá-se a ligação do primeiro plano marcado pela simetria dos jardins e escadas com o ponto de fuga mais distante – ao fundo a fachada do Liceu Rodrigues Freitas, numa continuidade perspéctica que nos transmite uma sensação de domínio da paisagem. Vistas para além dos limites da unidade, sobre a rotura que a linha férrea estabelece no tecido urbano, com um ponto focal sobre as torres da Igreja da Lapa.



49. Planta de 1948 - Hospitais de Conde Ferreira e Joaquim Urbano assinalados a azul, arruamentos a rosa e construções a vermelho - o Bairro de Costa Cabral encontra-se ainda isolado, circundado por terrenos ainda rurais, e aguardando a construção do último troço da Av. Fernão Magalhães.

3.3 Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral

Contextualização

Este bairro de casas económicas, iniciado em 1939 e concluído em 1942, é denominado de Costa Cabral pois, à época da sua construção, a Avenida Fernão Magalhães, agora contígua, ainda não havia sido prolongada, até encontrar a norte a Estrada da Circunvalação. Deste modo assume o nome do eixo viário mais próximo e importante, a Rua de Costa Cabral, antigo arruamento de ligação da cidade a Guimarães.

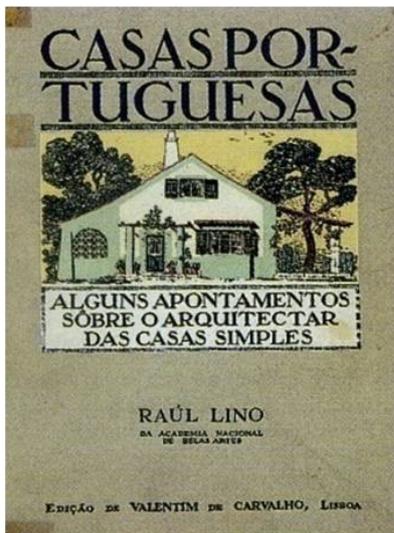
A edificação deste bairro insere-se no programa de construção de Bairros de Casas Económicas, que incidiu sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto, implementado pelo Estado Novo, por iniciativa do ministro Duarte Pacheco, com os decretos-lei n.º 23052 de 1933 e n.º 28912 de 1938. Na cidade do Porto a concretização das duas fases deste programa, entre 1935 e 1958, representou a construção de 2084 habitações unifamiliares repartidas por 12 bairros ⁴¹, localizados em zonas periféricas da cidade.

O surgimento destes bairros de casas económicas, assentes num modelo de casas unifamiliares de um ou dois pisos com jardim/ horta, é indissociável do regime político ditatorial e propagandista dos valores da família e da religião⁴². Este programa de iniciativa totalmente pública exalta o acesso a uma casa própria condigna para as classes trabalhadoras, de um “lar” como forma de preservar a família e de controlar a ordem social. Se inicialmente o regime procura modelos habitacionais que afirmem a modernidade⁴³, rapidamente estas iniciativas são

⁴¹ Bairros do Ilhéu (1935), Condominhas (1937), Amial (1938), Azenha (1939), Paranhos (1939), Ramalde (1939), Costa Cabral (1942), S. Roque da Lameira (1942), Marechal Gomes da Costa (1950), António Aroso (1958), Vilarinha (1958) e Amial II (1958). O bairro do Viso, concluído em 1965, é o último a ser realizado ao abrigo deste programa e não segue as políticas de habitação do Estado Novo que protegiam a habitação unifamiliar, sendo já construído com blocos de habitação colectiva.

⁴² "(...) *A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa, a casa independente, a nossa casa (...)* Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum (...) para o nosso feitiço independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família." António de Oliveira Salazar, 1933 in <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html> (consultado a 11 de Agosto 2012)

⁴³ Com a construção de habitação social colectiva do Bloco de Saldanha ente 1937 e 1940.



50. Capa do livro “Casas Portuguesas” de Raúl Lino, 1933.



51. Raul Lino - Bairro de casas económicas, Montemor-o-Novo 1939-1940 - apontamentos de alçados.



APÓS O TRABALHO DIÁRIO



O OPERÁRIO ALEMÃO ENCONTRA SOSSEGO E RECREIO NA CASA PRÓPRIA E NO SEU JARDIM

52. Propaganda da “Alemanha Nazi” - “Após o trabalho diário o operário alemão encontra sossego e recreio na casa própria e no seu jardim”

abandonadas, *sob a influência da propaganda da Alemanha nazi*⁴⁴, e é instituído o modelo nacionalista de “Casa Portuguesa”. O livro “Casas Portuguesas” de Raúl Lino de 1933, recuperando as filosofias patrióticas do final do séc. XIX e procurando uma linguagem de identidade nacional, torna-se referência para o estabelecimento do modelo de casas individuais com jardim que constituem estes bairros.

A génese do conceito da construção destes bairros de moradias unifamiliares destinadas às classes mais desfavorecidas, desenvolvido pelo Estado Novo, remonta aos bairros sociais da 1ª república, durante a ditadura militar de Sidónio Pais, de construção pública, implementados com o decreto-lei n.º 4137 de 1918. Em 1928, com o decreto-lei n.º 16055 é instituído um modelo mais liberal de construção privada da habitação. Estas iniciativas de construção de bairros habitação económica, pública e privada, acompanham o movimento de construção de bairros operários que se faz sentir por toda a Europa no início do séc. XX.

Legibilidade urbana

Para a localização deste bairro, tal como para as opções de posicionamento dos restantes conjuntos habitacionais concebidos por este programa de casa económicas, são escolhidas zonas periféricas da cidade, afastadas das insalubridades do centro densamente construído e adequando-se às facilidades de aquisição e de expropriação dos terrenos. Os locais de implantação destes bairros, servidos por uma rede de transportes públicos, serão futuras zonas de expansão da cidade, e estão pensados de acordo com os planos gerais de urbanização dos municípios, cuja obrigatoriedade de elaboração se inicia em 1934 também por deliberação do ministro Duarte Pacheco⁴⁵.

⁴⁴ Ricardo Figueiredo, <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>, consultado a 11 de Agosto 2012)

⁴⁵ *“Na elaboração das casas económicas há-de considerar-se que elas serão agrupadas por classes, formando conjuntos que podem construir manchas de apreciável valor estético nas cidades e vilas; estabeleceu-se, por isso, que os planos gerais dos agrupamentos de moradias económicas se integram harmonicamente nos planos de urbanização delineados pelas câmaras municipais ou pelo Estado.”* Discurso do Ministro Duarte Pacheco, Boletim do INTP, Ano I, n.º 5, 30/1/1934 in <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html> consultado a 12 de Agosto de 2012.



53. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/ 11 500

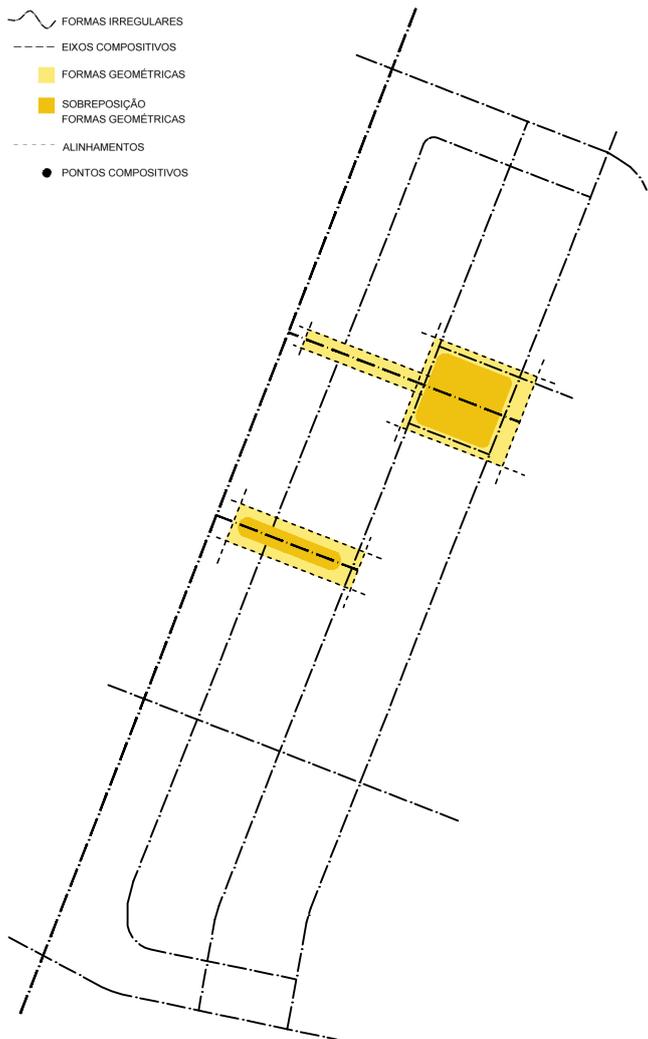
Deste modo, o Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral localiza-se numa zona ainda rural e próxima dos Hospitais de Conde Ferreira e Joaquim Urbano (anteriormente construídos no exterior do perímetro urbano nos finais do séc. XIX), beneficiando das facilidades de acesso ao centro da cidade pela Rua de Costa Cabral.

O bairro implanta-se segundo uma malha ortogonal de quarteirões rectangulares que se dispõe “paralelamente” à Rua de Costa Cabral. As Ruas de Santa Justa e de Contumil estabelecem a ligação com este importante eixo viário, e limitam a Norte e a Sul a intervenção. A direccionalidade imposta pelo tecido urbano do bairro irá, mais tarde, ser reforçada com o seguimento para norte da abertura da Av. Fernão Magalhães.

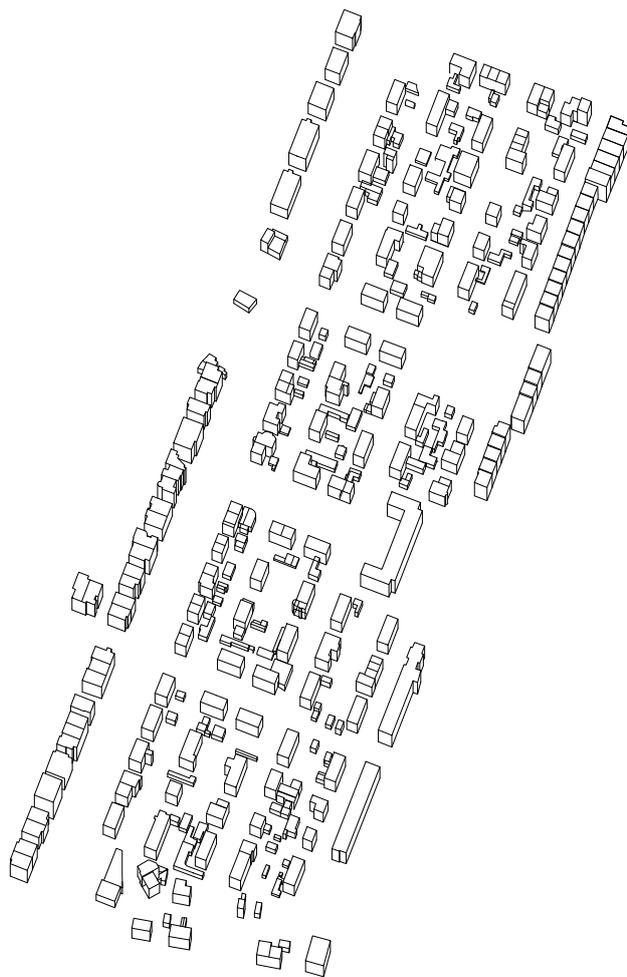
Este bairro é composto por 240 casas unifamiliares geminadas (quatro a quatro ou duas a duas), de dois pisos, com jardim, logradouro e garagem, distribuídas por 11 quarteirões, segundo uma trama regular e sequencial de arruamentos, praça e jardim públicos, e com a integração de uma escola primária ao centro do conjunto. O seu esquema urbano, em rede, reproduz, a uma pequena escala, um modelo de “cidade jardim”, fortemente regrada e hierarquizada.

Muito embora se procure a integração com o desenvolvimento futuro da envolvente do bairro, através do estabelecimento de uma malha urbana aberta que, não estando delimitada, se poderia propagar indefinidamente. Podemos considerar que esta unidade se encontra “segregada” da estrutura urbana geral da cidade. A homogeneidade morfológica do edificado, a escala doméstica e a monofuncionalidade do bairro, bem como a pequena dimensão dos seus espaços públicos, contribuem para que esta unidade, inicialmente isolada e periférica da estrutura urbana consolidada, mesmo após a expansão da cidade e a densificação e ocupação dos terrenos contíguos ao bairro, continue a ler-se como uma aglomeração residencial demarcada da realidade urbana que a envolve. O tecido urbano do bairro não estabelece ruptura ou descontinuidades, mas vive de uma lógica de relação interna, sequencial e auto-referente dos seus espaços exteriores, como uma “pequena aldeia fechada” que não sofre com os acontecimentos futuros que a circundam.

- ~ FORMAS IRREGULARES
- - - EIXOS COMPOSITIVOS
- FORMAS GEOMÉTRICAS
- SOBREPOSIÇÃO FORMAS GEOMÉTRICAS
- - - ALINHAMENTOS
- PONTOS COMPOSITIVOS



54. Esquema de análise geométrica esc.1/5000



55. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/5000



56. Vistas sobre a Praça do Campo Grande e o Jardim de Belém

Estrutura espacial

A lógica e continuidade dos diferentes espaços que compõe este bairro são estabelecidas sobretudo pela malha ortogonal dos arruamentos, pela adição parcelar de lotes de pequena dimensão, e pela repetição sistemática do modelo de casa individual com jardim. O conjunto de “*extensão moderada*” inscreve-se num rectângulo de 600x150m, “*até alcançar dimensão de tecido urbano que lhe permitisse almejar o estatuto de arrumada aldeia na cidade*”⁴⁶.

A regra compositiva é formulada pela reprodução do arquétipo de pequena casa individual geminada que se relaciona com o espaço público através da mediação de um jardim privado. A retícula de ruas estreitas e sem vegetação pousa sobre um terreno de topografia acidentada, onde as diferenças de pendente, as distintas apropriações dos jardins privados e as alterações introduzidas na volumetria e materiais das fachadas criam a variação necessária para animar o conjunto e quebrar a monotonia. A homogenia do edificado é atenuada pela apropriação individual.

A hierarquia dos espaços públicos deste bairro é muito acentuada. A trama regular de ruas e quarteirões semelhantes é interrompida pela abertura de dois espaços públicos, com alguma dimensão, face a escala de todo o conjunto. A Praça do Campo Grande e o conjunto formado pela Rua de Arroios e o Jardim de Belém colocam-se perpendicularmente à Av. Fernão Magalhães. Estes dois espaços, com forma geométrica regular e fortemente marcados pela simetria, encontram-se inseridos na grelha ortogonal que ordena todo o bairro, e assumem uma posição centralizada na estrutura compositiva geral.

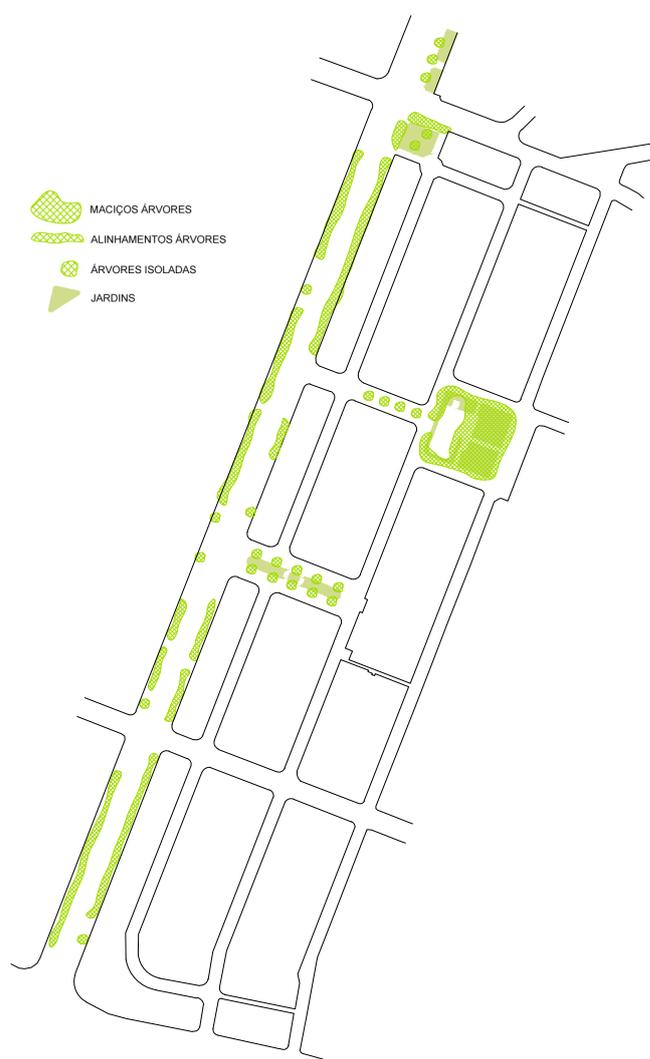
A Praça do Campo Grande desenvolve-se, em conjunto com a volumetria do edifício da escola, segundo uma composição de simetria e ortogonalidade, ao longo de um eixo linear recto que liga a Av. Fernão Magalhães à porta de entrada central da escola primária. A axialização visual do equipamento escolar enaltece-o, e é feita através da abertura deste espaço público.

A Rua de Arroios e o Jardim de Belém (em conjunto com as ruas que o delimitam) formam uma sequência espacial que une a forma geométrica regular (quadrado)

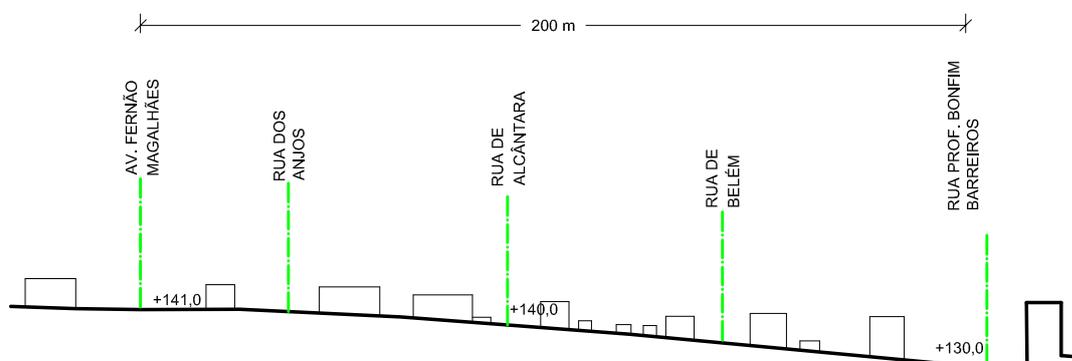
⁴⁶ Jorge da Costa, *Bairros do Estado Novo in Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001.



57. Esquema de análise funcional dos pavimentos esc. 1-5000



58. Esquema de análise da vegetação esc. 1-5000



59. Esquema de análise das variações da topografia - perfil longitudinal ao longo do eixo da Rua da Ajuda 1/2000



60. Vista sobre dois arruamentos do bairro - a permeabilidade visual sobre os jardins privados, devido a altura reduzida dos muros, faz com que a variedade da vegetação caracterize e diferencie os arruamentos.

do jardim, “escondido ao meio dos quarteirões”, à Av. Fernão Magalhães. A Rua de Arroios, a única rua arborizada em todo o bairro, estabelece o eixo que dirige a simetria, a ortogonalidade e a centralidade desta parte da composição.

Leitura espacial

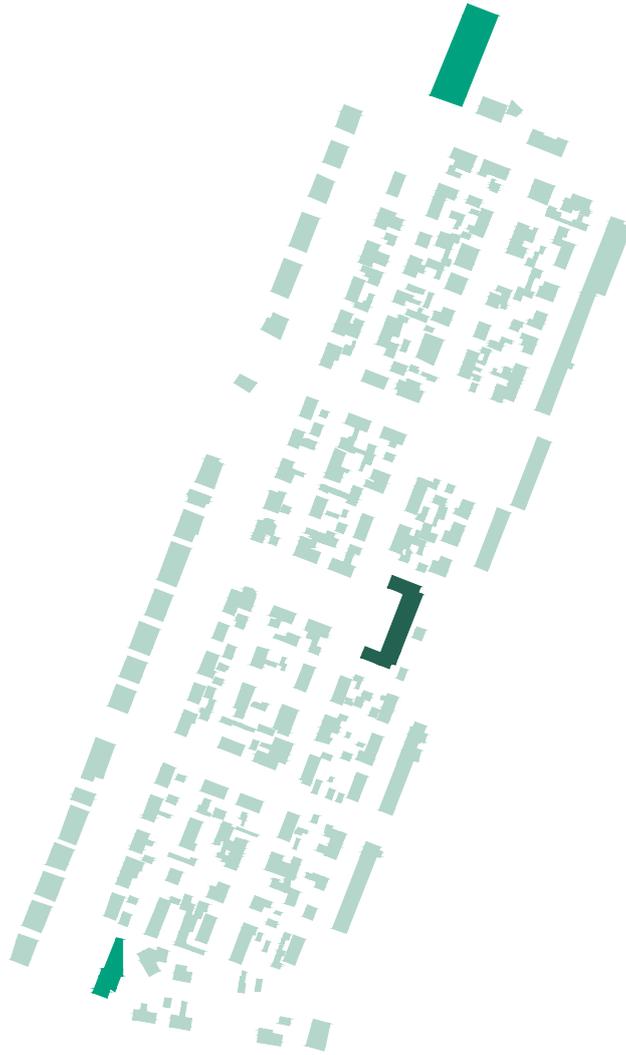
A regularidade da forma destes dois espaços públicos (praça e jardim), bem como a matriz da malha urbana deste bairro (ortogonalidade, repetição e pequena escala), moldam a sua identidade e imagem.

A leitura de pequena escala deve-se ao dimensionamento exíguo dos seus espaços públicos bem como à reduzida dimensão das casas económicas, “pequenas e simples”, de dois pisos e com áreas mínimas.

A simplicidade do edificado estende-se aos arruamentos. A permeabilidade visual é uma característica determinante na qualificação das ruas “singelas e estreitas” que tecem o bairro. A baixa altura dos muros, originais, que delimitam os lotes permite o alargamento dos limites do espaço público sobre os jardins privados.

A complexidade do desenho de pavimentos bem como a inclusão da vegetação no desenho dos espaços públicos apenas são introduzidas em pontos principais da composição. A praça e jardim assumem um forte destaque dentro da homogeneidade das ruas, dos quarteirões e do edificado. A diferenciação e hierarquia estabelecida nos espaços exteriores do bairro ajuda na sua referência e orientação interna, tal como a abertura destes espaços públicos principais sobre a Av. Fernão Magalhães permite a sua localização, ainda que tímida e lateral, no esquema urbano geral da cidade. A simetria e centralidade da composição destes momentos transmitem uma certa ideia de monumentalidade e grandeza a estes espaços, totalmente antagónica com a escala doméstica que predomina em todo o bairro.

- EQUIPAMENTO
- COMÉRCIO/ SERVIÇOS
- HABITAÇÃO + COMÉRCIO/ SERVIÇOS
- HABITAÇÃO
- DEVOLUTO



61. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/5000



62. Vista aérea do bairro.

Actividades

A quase completa monofuncionalidade do edificado (apenas quebrada pela inserção de um equipamento escolar) em conjunto com, o anteriormente referido, alheamento da realidade urbana envolvente faz com que o usufruto dos espaços exteriores deste bairro seja exclusivo dos seus habitantes. A abertura da praça e do jardim, momentos mais significativos do espaço público desta unidade, expostos sobre uma avenida de referência na cidade não são suficientes para captar a atenção e o uso de outros grupos externos ao bairro.

A qualidade e a tranquilidade que se sente ao percorrer estes espaços públicos, deste e doutros bairros de “casinhas com telhado ao estilo Português” baseados nos conceitos de “cidade jardim”, não são suficientes para atrair um público não residente. No entanto, este e outros bairros desta época, formados por habitações unifamiliares, são actualmente dos sítios mais requisitados para viver na cidade, é visível a constante alteração e renovação do edificado.

Conclusões

A composição deste bairro desenvolve-se segundo a repetição de um tipo edificatório - a vivenda unifamiliar - produzindo um tecido urbano de baixa densidade marcado pela repetição. A monotonia morfológica de todo o conjunto é esbatida por vários factores: a pequena extensão do aglomerado, a variação da topografia, a apropriação dos espaços privados e o desenho de espaços públicos de referência ao nível interno.

A clareza e regularidade do tecido urbano do bairro, embora fragmentário e alheado da realidade envolvente posterior, valoriza a leitura da cena urbana, aportando-lhe diversidade e complexidade. Estes pequenos aglomerados de casas económicas unifamiliares, dispersos na cidade e localizados em zonas anteriormente periféricas marcadas pela ruralidade, convivem hoje com outros tipos edificatórios mais densos⁴⁷, enriquecendo ao nível social e morfológico a estrutura da cidade.

⁴⁷ Muitos dos bairros construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos, entre 1956 e 1965, situam-se nas imediações dos Bairros de Casas Económicas.



63. Vistas aéreas sobre a abertura de espaços públicos principais nos bairros de casa económicas tirando partido de formas geométricas regulares, inseridas num tecido ortogonal - Jardim de Belém no Bairro de Costa Cabral, Largo D. João III no Bairro Marechal Gomes da Costa (1950), e Praça dos Álamos no Bairro de Ramalde (1935/39).

A composição axial e centralizada dos espaços públicos principais do bairro (jardim e praça) tirando partido de formas geométricas regulares, inseridos numa malha urbana regular e ortogonal é recorrente nos bairros de casas económicas construídos no Porto e forma parte da identidade destas operações. Temos como exemplo o Largo D. João III no Bairro de Marechal Gomes da Costa (1950), e a Praça dos Álamos no Bairro de Ramalde (1935/ 39).

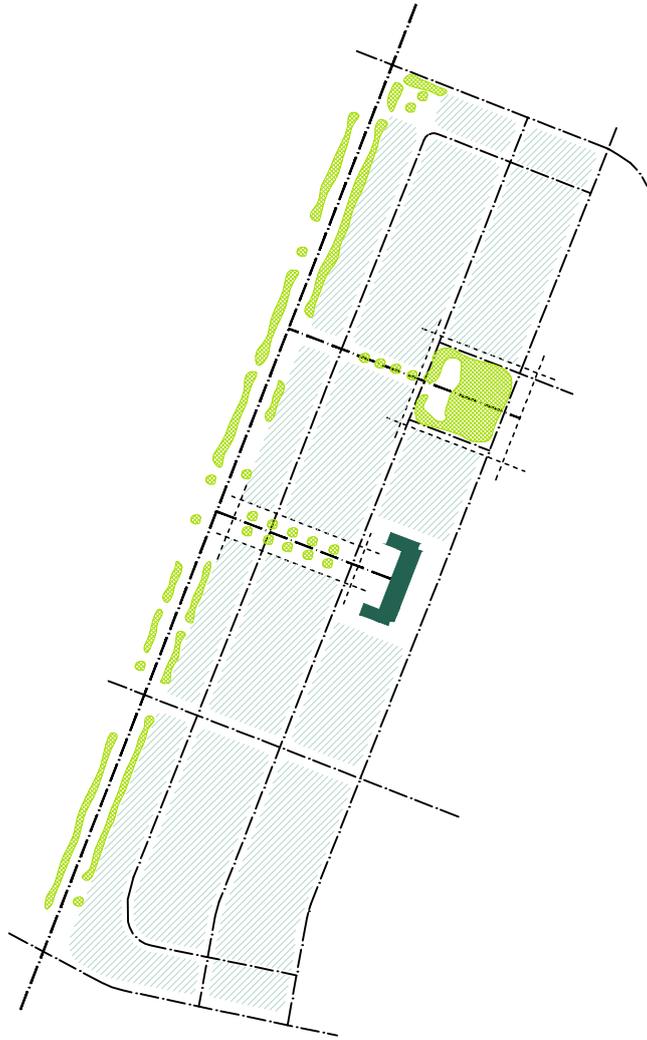
A continuada procura destes bairros para viver na cidade, ultrapassa o intuito inicial de dotar de casa própria as classes trabalhadoras em locais próximos das zonas fabris, na periferia exterior da cidade, e deve-se:

- à integração destes assentamentos na malha urbana geral, absorvidos pela expansão da cidade, localizam-se hoje em zonas apetecíveis e bem localizadas;
- à actual valorização do solo (jardim/ horta própria) como um bem de consumo, escasso no interior da cidade;
- à prevalência do individual face ao colectivo na sociedade contemporânea, e a consequente procura de isolamento e flexibilidade na apropriação em moradias unifamiliares;
- à baixa densidade e à pequena escala destes assentamentos, permitindo o usufruto de um ambiente calmo autoreferente, afastado do ruído e tráfego do centro, estando no entanto muito próximo.

Estes bairros, embora não tenham expressão significativa na evolução da linguagem arquitectónica em Portugal, pois a sua edificação revive/ imita modelos de um alegado estilo português, *“não deixam contudo de ilustrar a dinâmica urbana e social da cidade do Porto, com expressão marcante no seu tecido urbano (...)”*⁴⁸.

Se a propaganda da “casa portuguesa” não se pode separar do discurso ideológico e conservador do regime que se opunha aos valores e linguagem da modernidade, como forma de controlo sobre a sociedade, é verdade que face a uma realidade urbana e social muito diferente, passados 70 anos, estes bairros perduram actantes, “encaixados” na estrutura geral da cidade. A arquitectura destas casas mantêm-se viva sendo constantemente alterada. Tal como dizia Raúl

⁴⁸ Jorge da Costa, *Bairros do Estado Novo in Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001.



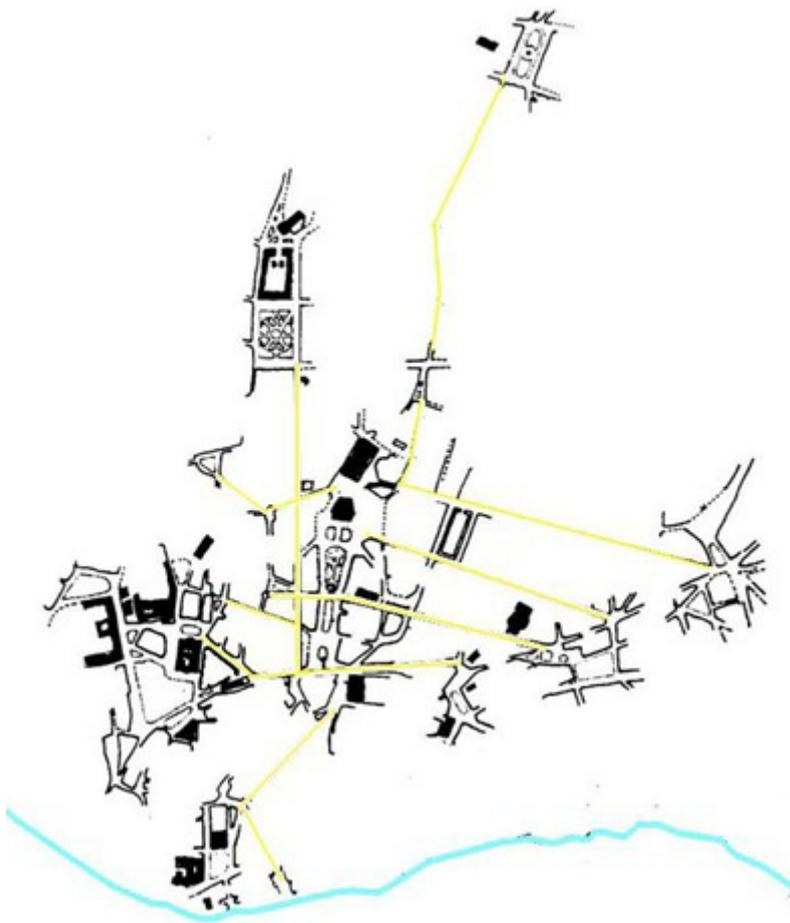
64. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/5000

Lino no livro "Casas Portuguesas" - "*(...) é equivoco colocar as famílias em armazéns de caracter soviético , cujo estilo duro do betão (...) se adapta mal à alma pagã tocada de goticismo do nosso povo tão amável (...). As modas passam e ficam as casas.*" - Recusando os modelos internacionais e o seu desenraizamento da tradição e sociedade portuguesa e enaltecendo o valor da casa como arquétipo que persiste ao tempo.

Se a tipologia edificatória de casa unifamiliar com jardim permite a transformação e modernização face às necessidades da vida actual, a clareza e substância do traçado geométrico destes bairros permanecem inalteradas, garantindo a qualidade destes assentamentos (outrora económicos) e consolidando a sua identidade.



65. Vistas sobre o limite Norte e Sul da praça, respectivamente o “Palácio Atlântico” de 1950 e o “Arranha-céus” ou “Rialto” de 1948.



66. Ezequiel Campos - O Sistema da Baixa - A relação entre as principais praças, os arruamentos de ligação e os equipamentos.

3.4 Praça D. João I

Contextualização

A Praça D. João I é aberta em 1950 segundo o projecto da autoria do grupo de arquitectos ARS. A sua construção, de iniciativa pública, está associada à edificação de dois prédios particulares que a limitam a Norte e a Sul, respectivamente o “Palácio Atlântico” em 1950 e o “Arranha-céus” ou “Rialto” em 1948⁴⁹. Estes dois edifícios, na sua época os maiores em altura do país, são fruto de empreendimentos imobiliários privados que se associaram ao poder municipal com o intuito de reformular e modernizar a área central da cidade, conferindo-lhe uma nova urbanidade monumental, ao construir “(...) *edifícios de marca símbolos de um novo habitar urbano*(...)”⁵⁰, completando as radiais de acesso à Avenida dos Aliados e desafogando o trânsito deste recente centro cívico da cidade.

No decorrer dos anos 20 e 30, prossegue a abertura e edificação da Av. dos Aliados, e dá-se a deslocação do centro de actividades bancárias e de comércio da zona ribeirinha, junto à Rua e Praça do Infante, para as imediações da nova avenida/prça da cidade. A consolidação deste novo centro dá-se acompanhando o aparecimento de novos equipamentos culturais (teatros, cinemas, sedes de jornais e edifícios universitários) e de serviços administrativos (Paços do Concelho, Correios, Banco de Portugal e Caixa Geral dos Depósitos). Deste modo é estabelecido um sistema de relação e ligação entre as principais praças e equipamentos, que tem nos “Aliados” o seu centro polarizador.

As expropriações e demolições levadas a cabo pelo município para o estabelecimento desta nova centralidade, rompem um tecido urbano “denso e

⁴⁹ O edifício “Palácio Atlântico” com 12 pisos acima do solo, da autoria do mesmo grupo de arquitectos que desenha a Praça, os ARS, é inaugurado em 1951, tendo sido construído pela Sociedade Atlântico, formada pelo Banco Português do Atlântico e a Empresa Sacel. O edifício “Rialto” com um anteprojecto de 1940 também dos ARS requerendo a construção do edifício mais alto do país, é inaugurado em 1948, com 9 pisos, conhecido à época por “Arranha-céus”, sob a autoria do arquitecto Rogério de Azevedo e Baltasar de Castro, foi mandado construir por Maurício Carvalho de Macedo, no seu piso térreo situava-se o célebre café Rialto.

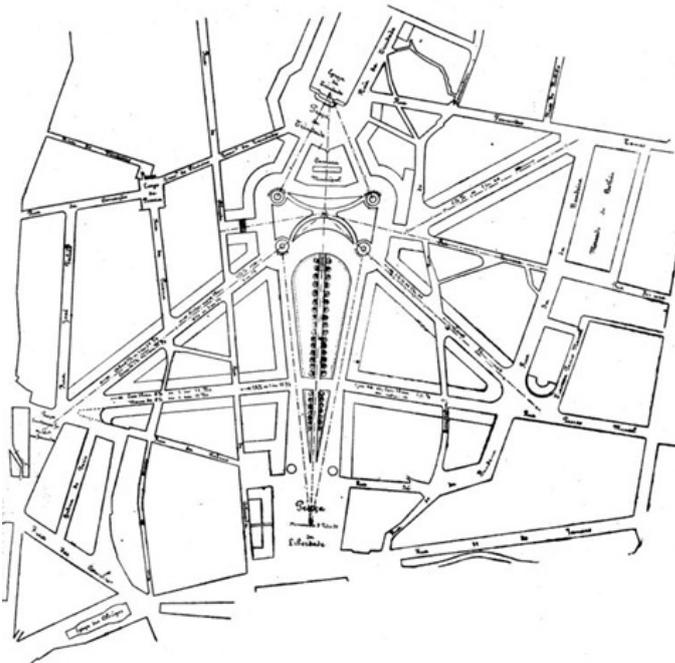
⁵⁰ Manuel Mendes, “Rua de Sá da Bandeira. Uma Broadway de cosmopolitismo trivial – imagem, paisagem, tempo” in *Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001



67. Vista sobre a Rua Magalhães Lemos, ainda sem continuidade com a Rua Passos Manuel.



68. Vistas sobre o Teatro Rivoli e a abertura da Rua Passos Manuel até à Rua Magalhães Lemos.



69. Planta apresentada na Memória do 2º projecto de Barry Parker para os Aliados, 1916.



70. Plano de Arruamentos para a zona central da cidade 3.ª Repartição Técnica, 1929.

insalubre” composto por “casas térreas de humilde ou miserável aparência” que, nas palavras do director de “O Tripeiro”, “felizmente desaparecem”⁵¹.

A vontade “cosmopolita ou trivial”⁵² de instituir uma nova imagem representativa na cidade, introduz uma nova escala nos seus espaços públicos, e incrementa a especulação imobiliária privada destas novas frentes urbanas.

A Praça D. João I surge assim envolta numa rede sequencial de espaços públicos e equipamentos centrais, conjugando os interesses colectivos de alargamento, correcção e alinhamento do traçado urbano, recentemente delineado, com a pressão dos interesses económicos privados por construções novas, e adequando-se às novas formas de vida social e de mobilidade automóvel individual.

Legibilidade urbana

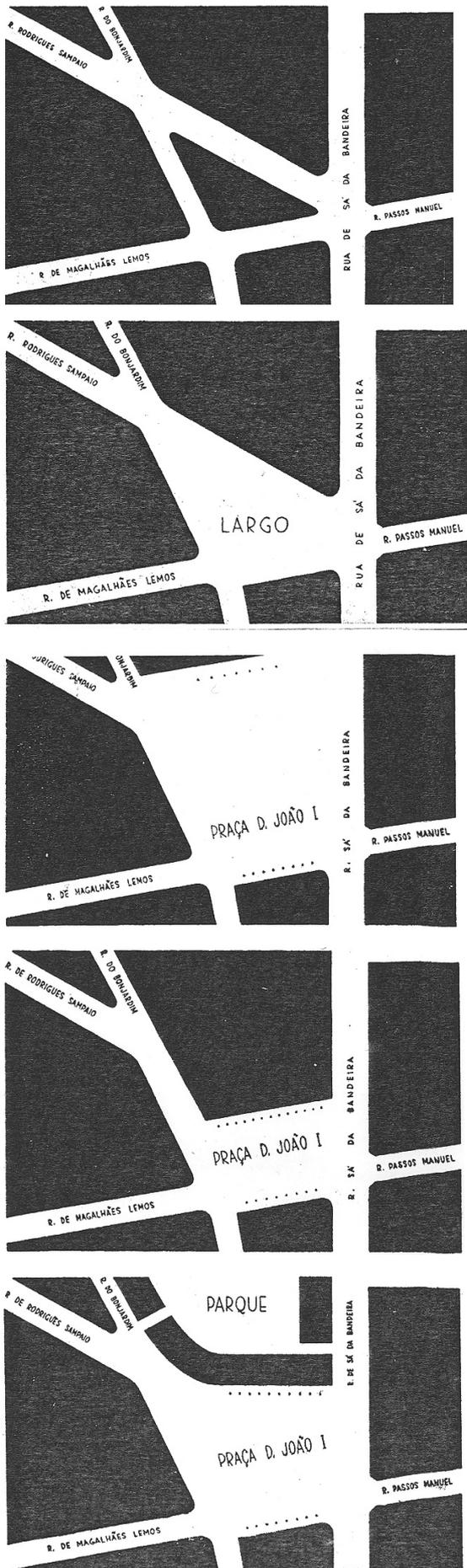
O Plano de Barry Parker para o centro, em 1916, desenha a configuração da Av. dos Aliados e das suas radiais. Para o local onde hoje se encontra a Praça D. João I não estava previsto nenhum vazio urbano, apenas o prolongamento das Ruas Rodrigues Sampaio até encontrar a Rua de Sá da Bandeira (aberta, em 1912, até à Rua Fernandes Tomás) e o prolongamento da Rua de Passos Manuel até ao topo da Rua Magalhães Lemos, formando um quarteirão triangular entre estas e a Rua do Bonjardim (antigo arruamento de ligação da cidade a Guimarães).

Em 1934, com o Projecto de prolongamento das Ruas Rodrigues Sampaio e Passos Manuel, a Rua de Magalhães Lemos encontrava-se já aberta (projectada em 1924) e o Teatro Rivoli erguido (entre 1925 e 1932), urgia a construção das radiais de acesso aos Aliados⁵³, no entanto, é repensado o plano de Parker - “ (...) numa outra grandeza de vista (...) os espaços triangulares resultantes da

⁵¹ Artur de Magalhães Basto, “A Praça de D. João I. Vista por intermédio da máquina de recuar no tempo” in *A Praça de D. João I e o seu Palácio Atlântico*; Porto, 1951.

⁵² Manuel Mendes, “Rua de Sá da Bandeira. Uma Broadway de cosmopolitismo trivial – imagem, paisagem, tempo” in *Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte.

⁵³ “ A Avenida dos Aliados, obra de vulto para as possibilidades da Câmara, permanece e permanecerá praticamente morta e sem utilidade, enquanto as radiais de acesso não forem construídas” Monteiro de Andrade, Correia de Araújo, *Projecto de prolongamento de Rodrigues Sampaio e Passos Manuel*, Junho de 1934.



71. Formação da Praça D. João I - sucessivas fases do esquema urbanístico local - desde o estudo inicial de Barry Parker com o prolongamento das radiais de acesso aos Aliados, aos estudos do Gabinete Municipal de formação do largo triangular (1939), do alargamento para uma praça (1940) e mais tarde a fixação dos seus limites (1944).

*construção das ruas radiais, não serão edificadas como previra Parker, mas livres e desafogadas (...)*⁵⁴.

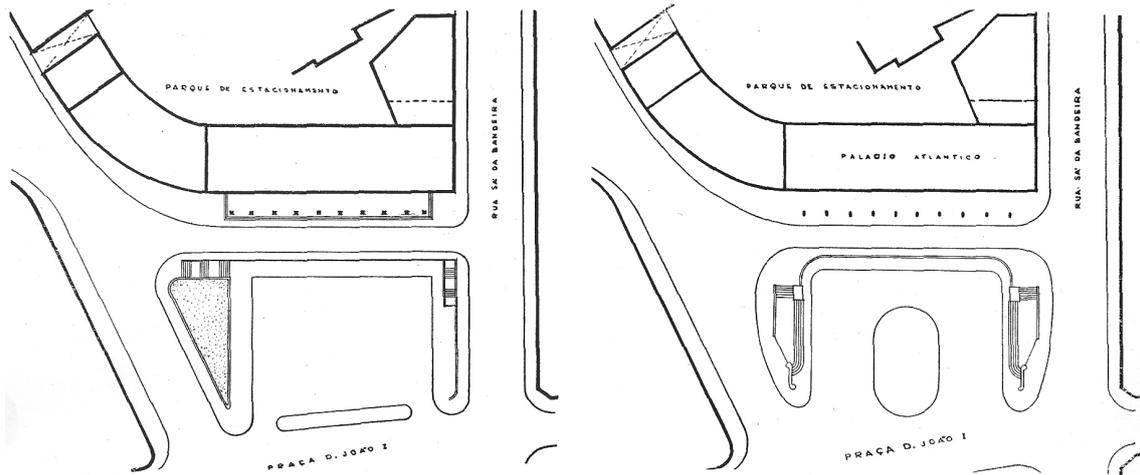
Em 1939, efectivada a ligação entre as Ruas de Passos Manuel e Magalhães Lemos, segundo um estudo de Arménio Losa (que integrava o Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização) ficava definido genericamente o edifício e quarteirão que limitará o lado Sul da praça, ainda de forma triangular e tratada como um plano inclinado. Mais tarde, este edifício, “arranha-céus”, será projectado pelo arquitecto Rogério de Azevedo.

Em 1940, são abandonados em definitivo os anteriores traçados com o intuito de se ampliar o largo triangular, de pequenas dimensões face à aceitação da construção do grande bloco a Sul. Losa efectua uma variante do estudo tendo em atenção o limite Norte da praça. Modifica o seu traçado, “*cuja forma triangular é de desastrado efeito arquitectónico*”, regularizando e alargando a forma da praça (agora rectangular, ainda num plano inclinado) e impondo a construção em altura como forma de valorizar estes terrenos (cuidadosamente mencionando que era regra que não se deveria aplicar por toda a cidade). Inicialmente foi previsto o alargamento do limite Norte da Praça até ao encontro da Rua Rodrigues Sampaio com a Rua do Bonjardim, perfazendo um rectângulo de grandes dimensões, “*(...) que foi considerado impraticável, em face das dispendiosas expropriações a que obrigava, sem probabilidades de compensação.*”⁵⁵ Deste modo, a dimensão da praça é reduzida sensivelmente para metade, projecto que sofre uma contestação pública, formalizada pelo Clube dos Fenianos do Porto, reivindicando a continuidade perspectica desde a futura praça sobre o final da Rua Rodrigues Sampaio, visando o enfiamento visual sobre o edifício do Palácio Municipal, que se encontrava em construção.

Em 1944, a Câmara aprova o plano final de “alinhamentos e reconstrução” que fixa em definitivo os limites da actual Praça D. João I, e virá a servir de base ao projecto dos ARS. Determinando “*encurvar o alinhamento Norte da futura Praça, de modo a, tangencialmente, descobrir a Rua de Rodrigues Sampaio*”, numa ampla curva que permite abrir perspectivas sobre o cimo da Avenida dos Aliados. A superfície da praça é, pela primeira vez nestes estudos, tratada a duas cotas. A

⁵⁴ Monteiro de Andrade, Correia de Araújo, *Projecto de prolongamento de Rodrigues Sampaio e Passos Manuel*, Junho de 1934.

⁵⁵ ARS – Arquitectos, *A Praça de D. João I e o seu Palácio Atlântico*; Porto, 1951.



72. Plantas da Praça D. João I - Esquema municipal de 1944 e arranjo final doa ARS de 1948.

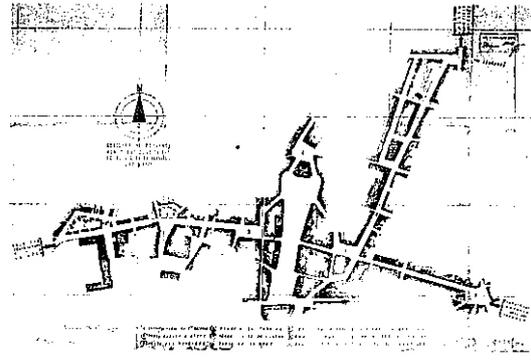


73. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/ 10 000



74. Vista aérea sobre a Praça dos Aliados e o eixo ortogonal que a atravessa ao meio, onde se implanta a Praça D. João I

5. Projecto de prolongamento das Ruas do Elísio de Melo e Sá da Bandeira. 1942.



75. Projecto de prolongamento das Ruas Elísio de Melo e Sá da Bandeira, 1942.

parte central é prevista para estacionamento, num plano de nível à cota das soleiras do lado Sul. A Norte é pensado um arruamento, à cota superior, que cobre parcialmente uma zona comercial, no socalco entre as duas cotas. A transição e concordância de cotas realiza-se através de escadas e planos verdes inclinados.

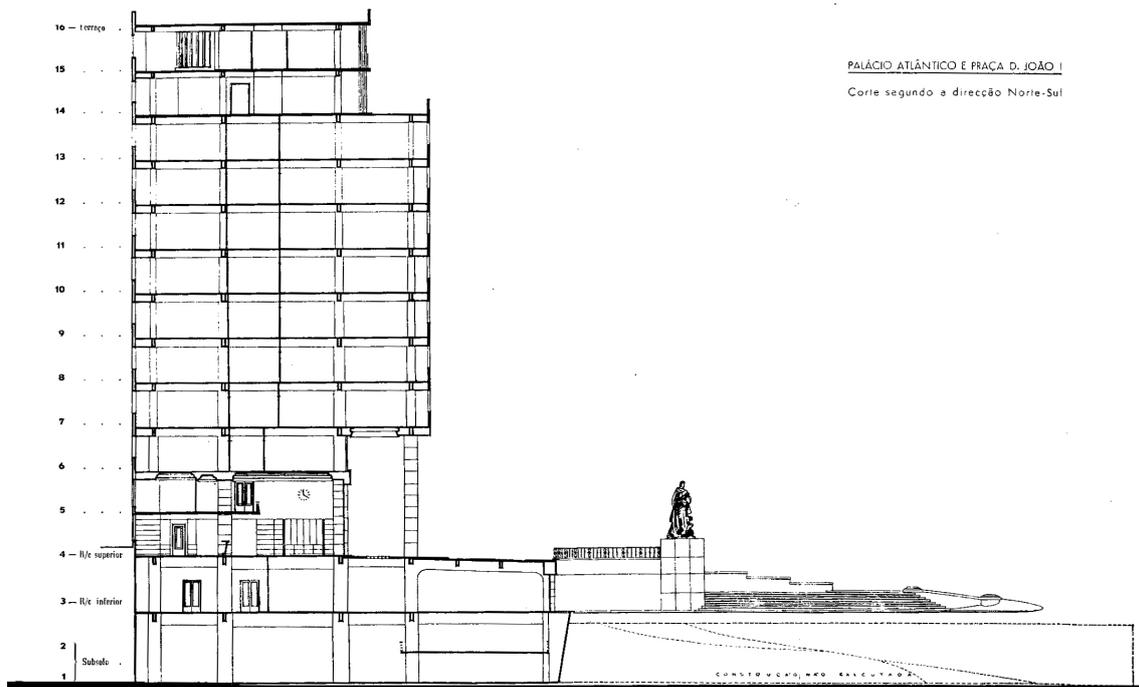
Entre 1946 e 1948, é feita a revisão do esquema municipal, pelos ARS, determinando a acomodação final do traçado e arranjo interior da praça.

Em 2001, a propósito da Capital Europeia da Cultura, o traçado da praça é alterado/ renovado, segundo o projecto dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

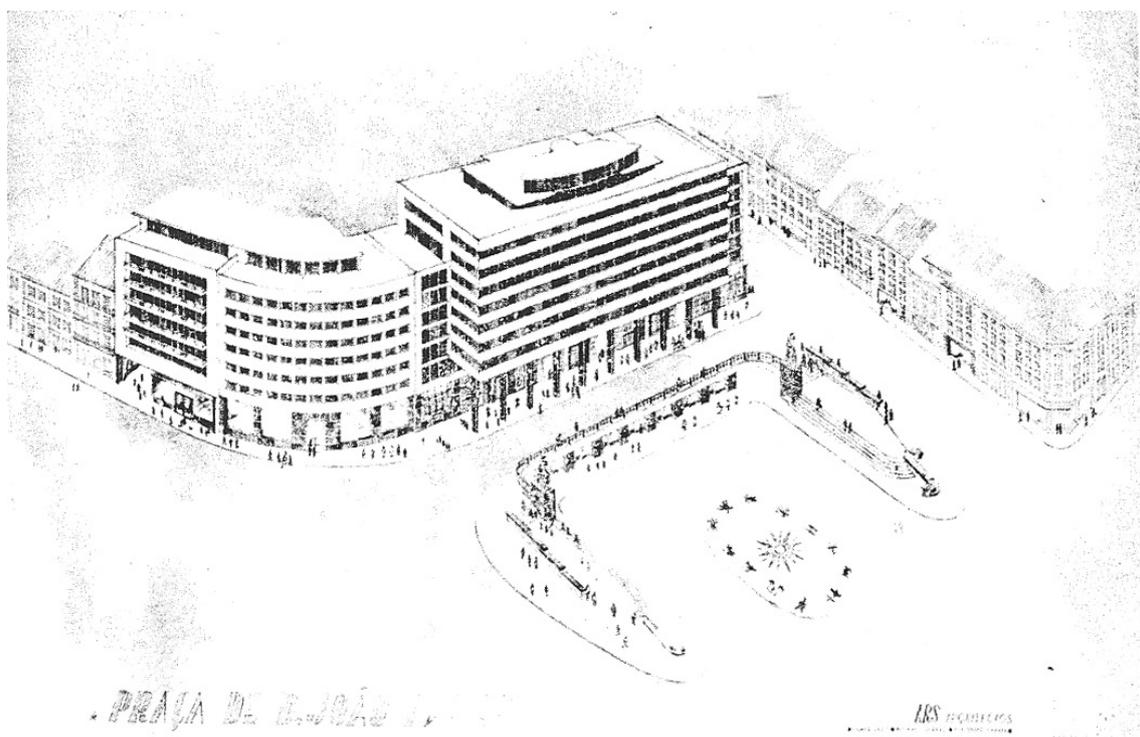
A Praça D. João I é o resultado de sucessivos ajustes e enquadramentos da sua geometria e alinhamentos, procurando uma estrutura visual que a valorize e ponha em evidência a sua envolvente. Surge num ponto de tenção e confluência entre arruamentos de idade, configuração e topografia muito díspar, tentando conciliar toda a diversidade que a circunda. O investimento de capital privado justifica e potencia o aparecimento deste novo espaço público no centro da cidade, os dois “grandes” edifícios exercem um forte domínio na definição e entendimento da praça, pela unidade e regularidade que conferem aos alçados Norte e Sul.

Na densidade de construção que caracteriza, actualmente, o tecido urbano onde se insere esta praça, ela surge-nos como um vazio, um espaço de referência, criando um marco na estrutura geral da cidade, para o qual se direccionam várias vias.

Este vazio urbano forma parte de um longo eixo aberto e diversificado, que se contrapõe transversalmente à unicidade da Av. dos Aliados, atravessando-o ao meio. Este eixo é marcado por sucessivos alargamentos do espaço público, e desenvolve-se a Nascente da Av. dos Aliados desde o Jardim de S. Lázaro, Praça dos Poveiros, Rua de Paços Manuel, Praça D. João I e Rua de Magalhães Lemos; e continua para Poente com a Rua Elísio de Melo, Praça D. Filipa de Lencastre e Rua de Ceuta. O desenvolvimento deste sistema axial de relação sequencial dos espaços públicos poderia ser ainda mais amplo. O Projecto de Prolongamento da Rua Elísio de Melo previa, em 1942, a sua continuidade até ao Jardim do Carregal, passando pela Praça Carlos Alberto.



76. ARS - corte Norte-Sul do edifício "Palácio Atlântico" e da Praça D. João I.



77. ARS - axonometria do edifício "Palácio Atlântico" e da Praça D. João I.

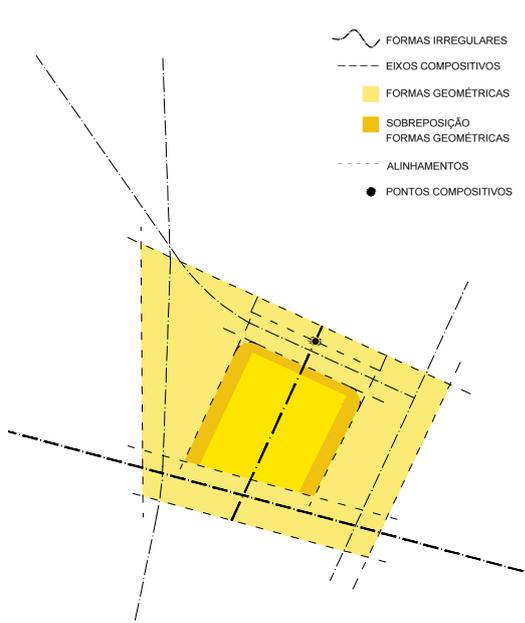
A uma escala mais aproximada, podemos ler este sistema axial que tem como eixo predominante, e de “simetria” a Av. dos Aliados, intersectado perpendicularmente por um outro eixo bipolarizado pelas Praças D. Filipa de Lencastre e D. João I.

Estrutura espacial

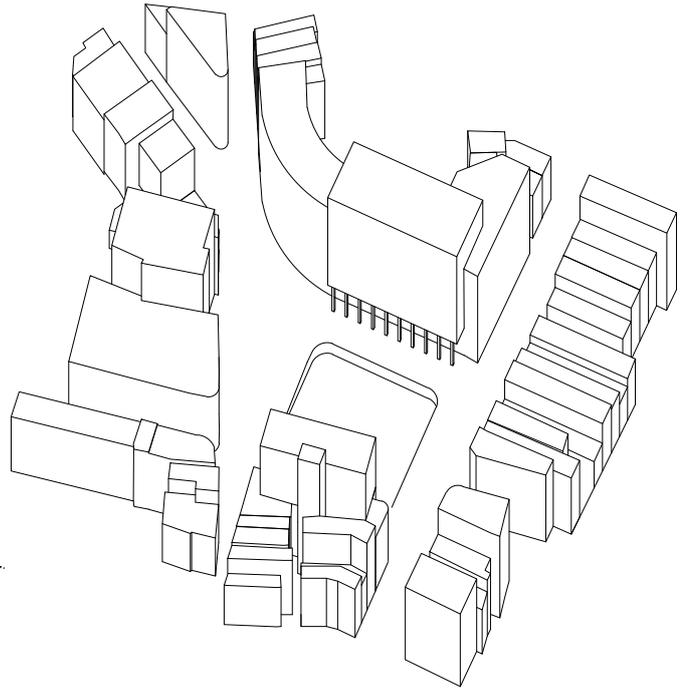
Após a ultimação do esquema municipal que define as cérceas e alinhamentos, e a compra do lote do lado Norte da praça e do edificado coberto pelo arruamento à cota alta, pela “Sociedade Edifícios Atlântico”. O arranjo exterior da praça, a cargo dos ARS, é realizado em estrita relação com o desenho do edifício Palácio Atlântico, dispondo-se simetricamente em relação ao seu corpo mais alto e saliente das arcadas. O centro da Praça deixa de ser exclusivamente destinado ao estacionamento e passa a integrar um esquema de circulação automóvel⁵⁶, é desenhada uma placa central que mais tarde viria a integrar uma fonte, e são traçadas, simetricamente, escadarias laterais que vencem a diferença de cotas e pendente da praça para as Ruas de Sá da Bandeira e Bonjardim. O desenho e imponência do edifício, a sua volumetria são fundamentais na definição e entendimento da escala do lugar. As grandes arcadas, com três pisos de altura, que presidem o limite Norte, à cota alta, conferem à praça um carácter monumental, dignificando-a. A forma da praça, um quadrilátero de contornos irregulares (de 110m por 85m nos seus lados maiores), é estabilizada e ampliada pela altura e sobriedade do alçado principal deste “Palácio”. A construção que se encontra sob a via pública, participa e harmoniza-se com o desenho de pavimentos e na resolução dos desníveis da praça, tirando partido das diferenças de cota e funcionando como um embasamento onde pousa o volume principal do edifício. A simetria do edifício e do tratamento da zona central da praça é enfatizada pelo varandim, escadas e o posicionamento dos pedestais e estátuas.

Com a intervenção de 2001, o estacionamento é colocado ao nível inferior, com a construção de um parque de estacionamento público subterrâneo (que havia já sido pensado durante o desenvolvimento dos estudos municipais, anos 40, mas a ideia foi abandonada devido a questões económicas), a circulação automóvel é

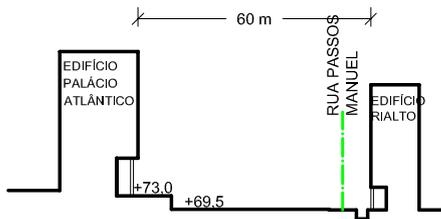
⁵⁶ “O nível inferior da Praça não podia pois continuar a ser um simples terreno, à margem da circulação, ostensivamente destinado a depósito de carros, cujo aspecto desolador, quer pejado de automóveis, quer vazio, viria impedir qualquer arranjo condigno.” ARS – Arquitectos, *A Praça de D. João I e o seu Palácio Atlântico*; Porto, 1951.



78. Esquema de análise geométrica esc.1/2500



79. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/2500



80. Esquema de análise das variações da topografia - perfil transversal à praça e ao edifício Palácio Atlântico, esc. 1/2000



81. Vistas sobre os edifícios principais da praça, "Rialto", "Palácio Atlântico", e sobre o edifício no cunhal entre as Ruas Rodrigues Sampaio e Bonjardim

afastada para as vias periféricas, e a fonte que pontuava a “rotunda” ao centro da praça é retirada. O espaço central da praça, agora revestido uniformemente, é oferecido totalmente ao uso pedonal, possibilitando, excepcionalmente a circulação periférica de cargas e descargas e acesso ao parque privado. O desenho da escadaria fronteira ao Teatro Rivoli é ligeiramente modificado, alterando o esquema de simetria inicial, e estabelecendo um contacto mais franco da zona central da praça com este equipamento cultural, reforçado pelo condicionamento do trânsito no tramo da Rua do Bonjardim.

A actual imagem da praça rege-se, tal como no seu início, pela presença dos dois “gigantes” edificadas na década de 40 e 50, e pelo nivelamento da sua zona central, agora pedonal, factores que estabilizam a dispersão e diversidade dos restantes elementos envolventes. O entendimento e transformação da topografia deste lugar, tal como a inserção da sua massa edificada principal seguem um “eixo de simetria” que estrutura a composição deste espaço, regularizando-o. A ocasião da sua inserção urbana é o elemento que rege a sua formação.

Leitura espacial

A Praça D. João I apreende-se como uma única unidade estável e regular, um plano “rectangular, horizontal e simétrico”, apesar de toda a diversidade dos elementos que a circundam e da sua forma adaptada aos arruamentos e construções periféricas pré-existentes (Rua do Bonjardim e Rua de Sá da Bandeira). Como referimos, a leitura unitária do conjunto deve-se à edificação singular das frentes Norte e Sul e à simultaneidade e complementaridade do desenho da praça com o projecto do edifício “Palácio Atlântico”.

Existem, no entanto, outros factores que caracterizam a praça, na sua especificidade, elementos diferenciadores que atraem a nossa atenção, e pontuam alguns dos seus momentos:

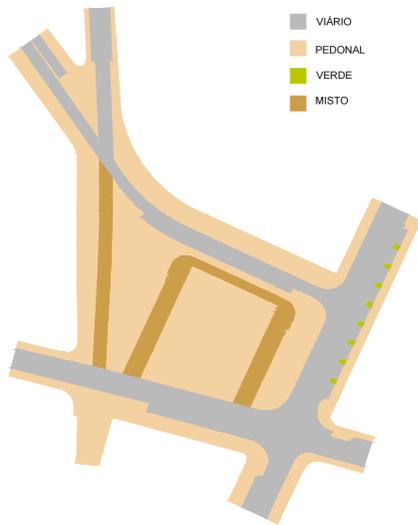
- a bissecção da extensão visual linear sobre o cunhal, à cota alta, das Ruas Rodrigues Sampaio e Bonjardim, enquadrado pela curva do corpo mais longo do Palácio Atlântico, focamos num primeiro plano de proximidade a cúpula e o edifício onde estes arruamentos bifurcam, e um pouco mais distante e oblíquo o edifício da Câmara e a sua torre central;



82. Esquema de análise da vegetação esc. 1-2500



83. Vista sobre a Rua de Sá da Bandeira, onde são visíveis os alinhamentos de árvores que limitam a praça a Nascente



84. Esquema de análise funcional dos pavimentos esc. 1/2500



85. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/2500



86. Vistas sobre o desenvolvimento do eixo que limita a praça a Sul - Rua Magalhães Lemos e Passos Manuel.

- os alinhamentos de árvores da Rua de Sá da Bandeira que a ladeiam a Nascente, marcam um instante raro em que a presença da vegetação invade a praça, ainda que fugazmente;

- o eixo Nascente-Poente, que a atravessa, e define o seu lado Sul, a Rua Passos Manuel e Magalhães Lemos formam parte de um alinhamento sequencial de espaços públicos centrais. Os enfiamentos visuais sobre o seu desenvolvimento do eixo transmitem a sua direccionalidade ao espaço da praça, marcados para Nascente pela subida de cota e pelo edifício do Coliseu, e para Poente pela massa arbórea da Praça D. Filipa de Lencastre e pelo cunhal do edifício desenhado por Marques da Silva na Av. dos Aliados.

Actividades

O ambiente urbano desta praça é claramente colectivo, estando integrada numa rede encadeada de espaços públicos principais da cidade. A sua relevância no sistema geral da cidade deve-se em muito à sua localização central e contígua à avenida da cidade.

No entanto, as funções do edificado que a circunda são também um factor que potencia a densidade da sua utilização, a diferentes horas e por diferentes grupos da sociedade: estacionamento, teatro, escritórios, consultórios, comércio, restauração, habitação, serviços e mais recentemente espaços de diversão nocturna.

A forte identidade e enraizamento desta praça no esquema central urbano tornam-no numa referência na imagem da cidade. Um espaço que, segundo Manuel Mendes em 2001, *“têm mais de vazio urbano que de lugar público”*⁵⁷, talvez pela anterior confluência de mobilidade que invadia o seu espaço central. Agora, que este se encontra inteiramente dedicado ao uso pedonal, talvez esteja ainda pouco habitado. A actual ocupação por escritórios e armazenagem do “piso térreo comercial”, sob o arruamento Norte, francamente exposto sobre a praça, reduz as possibilidades de utilização deste espaço público. Na ideia original do projecto de

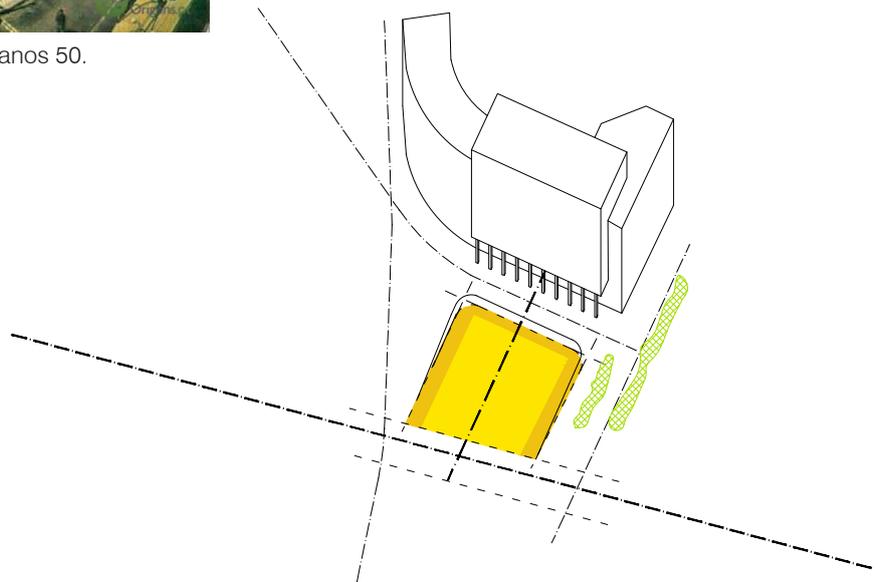
⁵⁷ Manuel Mendes, *“Rua de Sá da Bandeira. Uma Broadway de cosmopolitismo trivial – imagem, paisagem, tempo”* in *Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte.



87. Postal da Praça D. João I, anos 50.



88. Vista actual da Praça D. João I.



89. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/2500



90. Vista dos anos 50 da Praça D. João I.



91. Vista actual da Praça D. João I.

reabilitação da praça, estes locais estariam ocupados por restauração e comércio, aportando, talvez, uma outra vivacidade e usufruto ao rectângulo central, protegido e confortável.

Conclusões

A clareza e regularidade do traçado geométrico que, em conjunto, define a praça e o “seu palácio”, impondo-lhe um esquema em simetria com uma escala monumental, fazem com que o ruído dos arruamentos periféricos seja afastado. Criando um ambiente sereno e estático, necessários ao estabelecimento de uma praça. O rectângulo de nível e simétrico surge inusitado, num tecido envolvente caracterizado pela densidade e sobreposição, pelos constantes acertos e demolições. A dilatação do espaço público associa-se, neste caso à instituição representativa dos novos poderes económicos, a meio do século em que o capitalismo cria novos modos de vida

A permanência das directrizes principais que compõe o desenho da praça é evidente. Após a alteração do uso e definição dos pavimentos de toda a sua zona central, a imagem da praça não se altera. Comparando uma imagem dos anos 50 e uma fotografia actual nota-se a diferente pavimentação e sistema de iluminação, a introdução de alguma vegetação e a substituição de alguns edifícios na frente da Rua do Bonjardim, mas é sobretudo a presença dominante do “Palácio” e os enfiamentos visuais sobre a envolvente próxima, (torre da Câmara e cunhal entre Bonjardim e Rodrigues Sampaio) que sobressaem, que assinalam a identidade deste espaço público.



92. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/8500

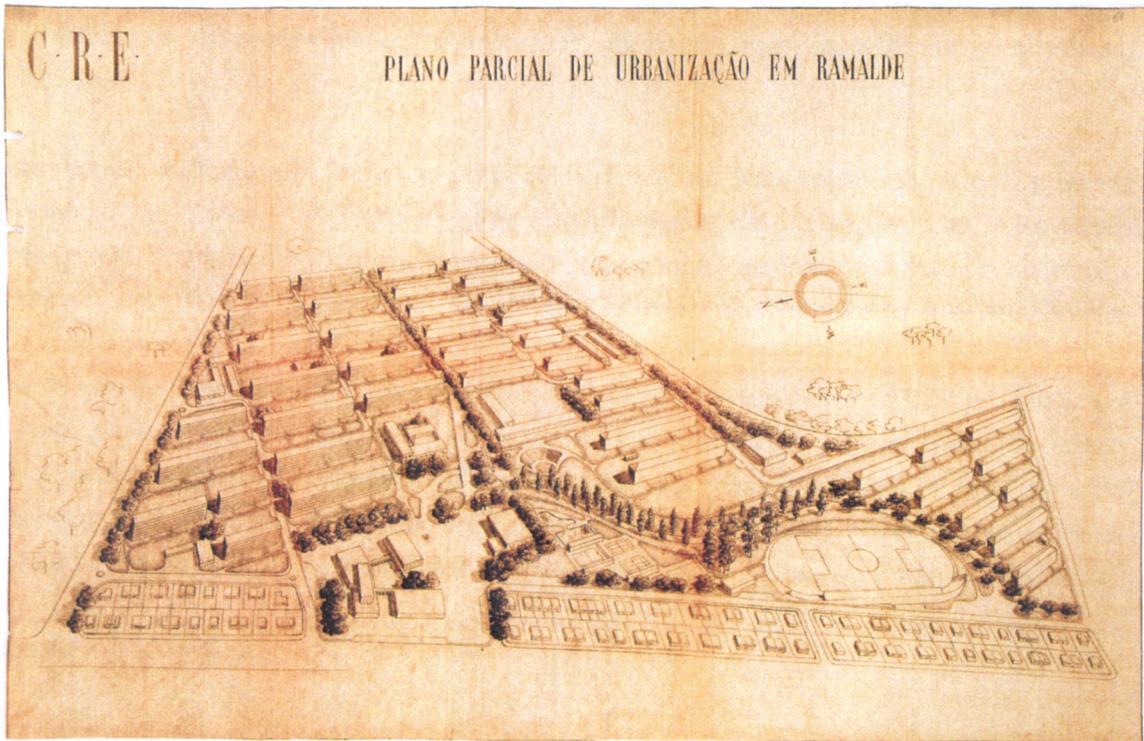
3.5 Bairro de Ramalde (1ª fase)

Contextualização

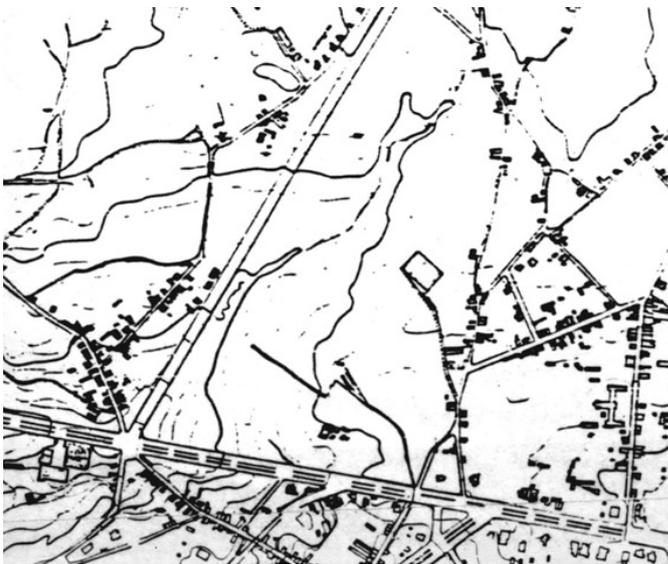
A Unidade Residencial de Ramalde, construída entre 1952-60, é a primeira grande operação de habitação social da Câmara Municipal do Porto, à qual se seguirá a construção de vários outros bairros a partir de 1956, com o Plano de Melhoramentos. Estas operações tinham por objectivo solucionar, a uma escala mais alargada e rentável economicamente, o problema emergente da falta de habitações económicas na cidade e a necessidade de melhoria das condições de habitabilidade e salubridade das “ilhas” no centro do Porto. O anterior Programa de Construção de Casas Económicas, iniciado em 1938 e promovido pelo Estado Novo, em pouco havia conseguido alterar a realidade habitacional das classes mais pobres na cidade.

Nos anos 50, a evolução da situação económica do país, a expansão provocada pelos planos de fomento, e o surto demográfico da população para os centros urbanos, leva a um aumento da procura de casas, à qual a tipologia até aí experimentada na habitação social, com a construção de agrupamentos de pequenas moradias unifamiliares de um ou dois pisos com jardim, não consegue responder. O bloco de habitação colectiva constituiu uma forte alteração ao modelo de habitação estabelecido, e vem dar resposta às urgências massivas de casas a custos controlados. Deste modo, um novo modelo urbano é iniciado, aplicando os princípios do Movimento Moderno e da Carta de Atenas, Fernando Távora constrói em Ramalde o primeiro Bairro Modernista da cidade.

Com a intenção de alojar 6000 habitantes proporcionando-lhes condições sadias de relação entre os espaços privados da habitação e o espaço público verde de lazer, Távora traça um Plano Parcial de Urbanização, aplicando princípios urbanísticos modernos e totalmente inovadores, até então, no panorama do espaço público construído no Porto. O modelo de cidade do Movimento Moderno, experimentado desde a década de 1920 na reconstrução europeia, “*conjugava as preocupações higienistas da luz, sol, ar e espaços livres com o protagonismo plástico do bloco aberto, os princípios de zonamento funcional e a abolição da rua*”



93. Perspectiva axonométrica do Plano Parcial de Urbanização do Bairro de Ramalde



94. Planta de 1948 - anterior à construção do bairro

*corredor*⁵⁸. No Porto, as premissas de zonamento funcional (zonas residenciais, comerciais e verdes), de unidade de vizinhança auto-suficiente e de expansão e consolidação da urbanização e expansão da cidade para Poente, seguidas por Távora com a construção do bairro, já haviam sido estabelecidas com estudos e planos urbanísticos anteriores⁵⁹.

O Bairro de Ramalde surge, no percurso de Távora e no panorama arquitectónico português, como consequência e aplicação directa dos princípios que os arquitectos da ODAM⁶⁰ e da ICAT⁶¹ haviam defendido no 1º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, da sua participação no VIII CIAM (Hoddesdon) em 1951 onde vê confirmadas as suas reflexões sobre o problema da habitação e do uso de uma linguagem arquitectónica moderna enraizada na tradição construtiva portuguesa, já expressas em 1947 com o seu texto “O Problema da Casa Portuguesa”. Como o afirma Nuno Portas em 1971, o projecto de Ramalde “*era ainda a primeira e legítima e até necessária oportunidade de (...) erguer o “nosso bairro Siemens”, de contrapor ao espírito acanhado e pequeno burguês de Alvalade há pouco terminado, um método funcionalista, com a sua subordinação declarada à exposição das fachadas, o seu conceito de terreno livre e de core, num zoning definido à letra*”⁶².

Legibilidade urbana

Numa zona de localização periférica da cidade do Porto à época, com poucas construções e de carácter marcadamente rural, é implantado o Bairro de Ramalde. Encetando a ocupação urbana de uma área já delimitada com o prolongamento da Av. da Boavista até ao mar, no início de 1900, e com a abertura da Av. Antunes Guimarães, na década de 1920. Deste modo o plano estabelece uma rede viária fortemente hierarquizada que se apoia na direcionalidade e definição estabelecidas por estas duas avenidas, beneficiando com a sua acessibilidade.

⁵⁸ Maria José Rodríguez.Tarduchy, *Forma y Ciudad. En los límites de la arquitectura y el urbanismo*, Cinter Divulgación Técnica SLL, 2011.

⁵⁹ Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, de 1932, de Ezequiel de Campos, Ante-plano Geral de Urbanização, de 1948 e o Plano Regulador, de 1952, de Antão de Almeida Garrett.

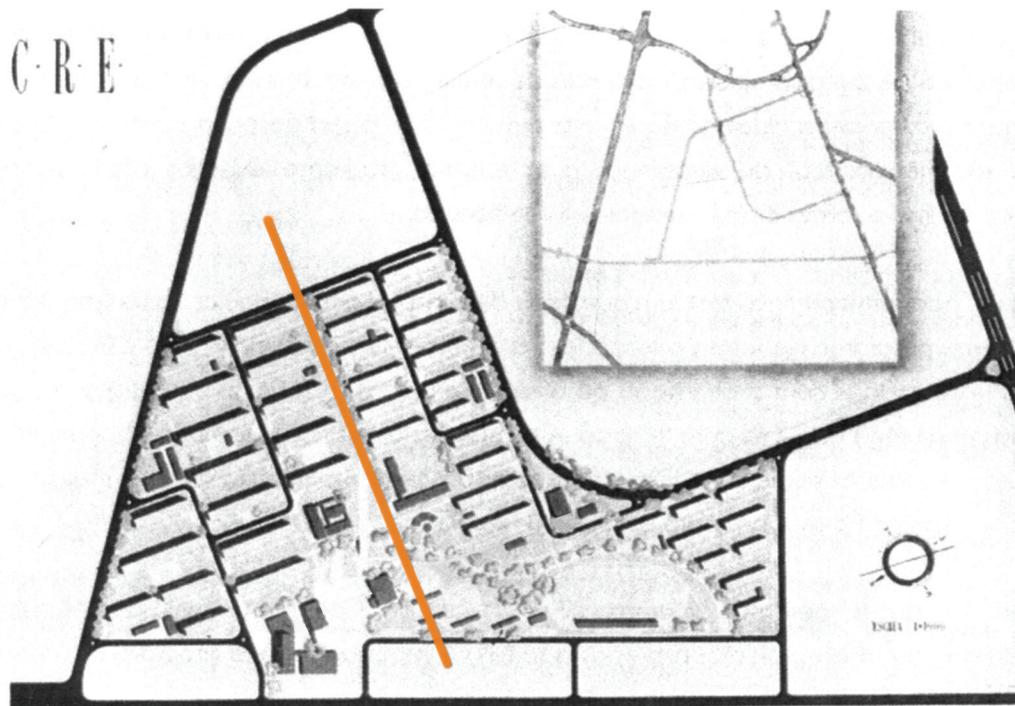
⁶⁰ Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) existiu entre 1947 e 1952 da qual faziam parte um grupo de arquitectos do Porto.

⁶¹ Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT) foi uma organização criada por um colectivo de arquitectos de Lisboa, que existiu a partir de 1947 e durante os anos da década de 1950

⁶² Nuno Portas, «Arquitecto Fernando Távora - 12 anos de actividade profissional», Revista Arquitectura, nº71, 1961, p.12.



95. Vista aérea sobre a 1ª fase de construção do Bairro de Ramalde.



96. Plano Parcial de Urbanização do Bairro de Ramalde com marcação do eixo central de peões

Abandonando totalmente a estrutura urbanística tradicional do século XIX ao romper com a estrutura morfológica do quarteirão, e afirmando os pressupostos funcionalistas e higienistas, o plano inicial previa a urbanização de uma vasta área, limitada perifericamente pelas vias principais, e onde os 43 blocos de habitação, paralelepípedicos e “iguais”, impunham uma extensa malha regular rígida e autónoma da rede viária, salvaguardando a orientação das construções a nascente-poente, a proporcionalidade entre a altura e o afastamento dos blocos e a ocupação dos espaços livres entre o edificado por um espaço público verde único e de grandes dimensões. Estava também prevista, de acordo com os princípios defendidos nos CIAM, para além da construção dos edifícios de habitação, a inclusão de serviços colectivos de apoio (escola, jardim de infância, centro comercial e um parque polidesportivo) dispostos de forma livre ao longo de um eixo central pedonal que estruturava toda a composição. A concepção deste bairro, apoiada numa *“grande liberdade na implantação dos edifícios que recorrem a uma configuração em banda, não excedendo os 3 pisos”*, lembra as construções de entre as duas grandes guerras dos *“siedlungen da Europa Central, com os seus traçados regulares e as fachadas brancas”*⁶³.

A execução do plano foi incompleta e repartida em duas fases, apenas 26 blocos foram construídos, 6 dos quais de dimensão muito reduzida, e os equipamentos públicos nunca foram realizados.

Na primeira fase, iniciada em 1952, correspondente à construção de 186 fogos distribuídos por 9 blocos de 3 pisos na zona sudeste do terreno, junto à R. Dr. Vasco Valente, são respeitados os pressupostos iniciais do plano. O edificado, orientado a Nascente-Poente, dispõe-se paralelamente sobre um espaço verde público que Távora desejava único e contínuo, um *“tapete neutro à margem das referências urbanas”*⁶⁴.

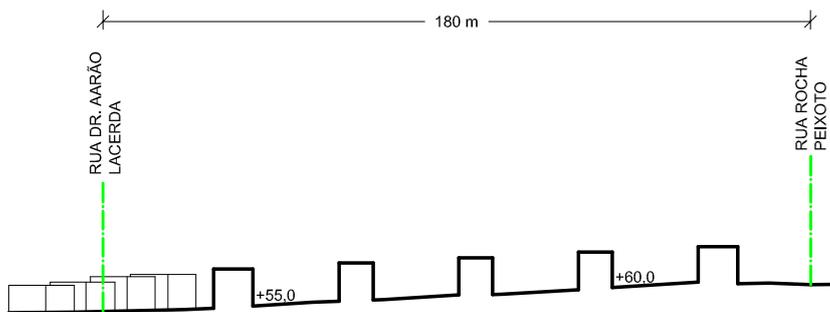
Na segunda fase de construção, concluída em 1960, foram construídos 240 fogos distribuídos por 17 blocos de 4 pisos. Face às alterações impostas pela Câmara ao nível da volumetria do edificado (aumento do número de pisos e substituição da cobertura plana por um telhado de duas águas), da diminuição do número de

⁶³ Ana Vaz Milheiro, Prefácio, *Habitar em Colectivo. Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*, http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Departamentos_V%C3%A1rios/catalogo_habitar_em_colectivo.sflb.ashx, 2009.

⁶⁴ Maria José RodríguezTarduchy, *Forma y Ciudad. En los limites de la arquitectura y el urbanismo*, Cinter Divulgación Técnica SLL, 2011.



97. Vistas sobre os blocos da 1ª fase e 2ª fase de construção do Bairro de Ramalde



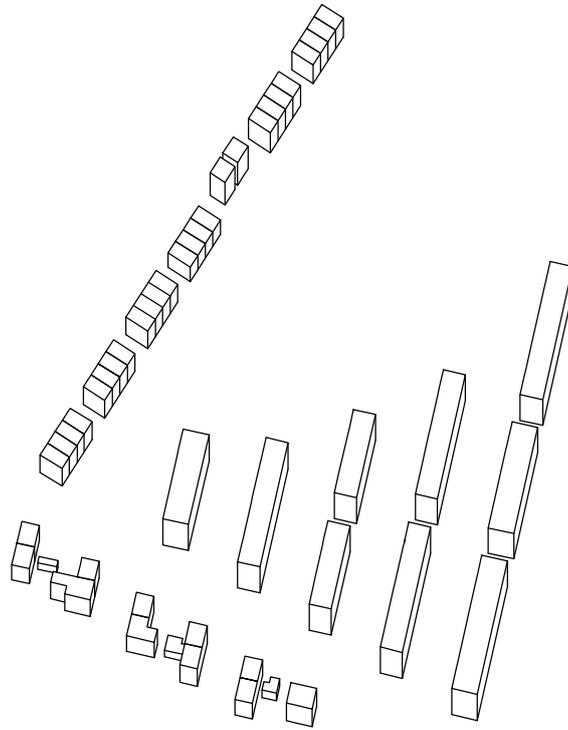
98. Esquema de análise das variações da topografia - perfil transversal aos blocos de habitação, esc. 1/2000

blocos e do entendimento do uso do espaço exterior ajardinado apenas ao nível local dos habitantes, Távora reposiciona a implantação dos edifícios, e adultera um dos princípios modernistas, de orientar os blocos a nascente – poente, ao colocar um pequeno bloco a norte - sul. Deste modo consegue, a partir da organização em U dos edifícios a criação de pequenos núcleos entre os blocos, “pátios” que abriguem a “vida grupal”, já não se trata de um “design puro” mas de um “desenho orgânico” que permite concessões ao funcionamento das actividades da população.

A atenção do nosso estudo incidirá sobre a 1ª fase de construção do bairro, onde o geometrismo funcionalista da disposição dos blocos, cumprindo o planeamento inicial, resulta num espaço exterior independente que, na prática, segundo Nuno Portas, não necessita das pessoas para fazer sentido mas que, simultaneamente não as consegue reunir.⁶⁵

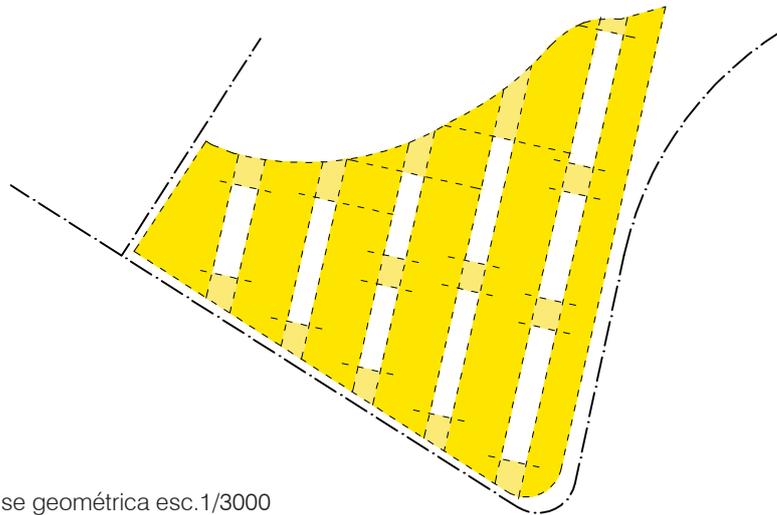
A implantação racionalista dos blocos forma um tecido urbano coeso e autónomo que no entanto não esquece a envolvente, tentando estabelecer continuidade com a estrutura urbana pré-existente, como defende Francisco Barata, em Ramalde *“trabalha-se simultaneamente com o modelo de cidade composta por quarteirões e o modelo de cidade tipificado pela Carta de Atenas.”*⁶⁶ O desenho de uma primeira linha de quarteirões junto à Av. Antunes Guimarães revela a atenção e a preocupação em “fazer cidade” e não apenas em “alinhar o bairro”. Estes quarteirões, que rematam a estrutura parcelar de lotes unifamiliares da avenida, viriam a ser ocupados, com o projecto da Unidade Residencial da Sociedade Mercearia do Porto, desenvolvido também por Távora entre 1952-53. Estas casas unifamiliares em banda são implantadas ao longo da R. Dr. Aarão de Lacerda, criando uma frente urbana contínua edificada que limita a poente a 1ª fase de construção do bairro.

⁶⁵ «... o isolamento dos habitantes resultante da distribuição inorgânica dos blocos...» Nuno Portas, «Arquitecto Fernando Távora - 12 anos de actividade profissional», Revista Arquitectura, nº71, 1961, p.12



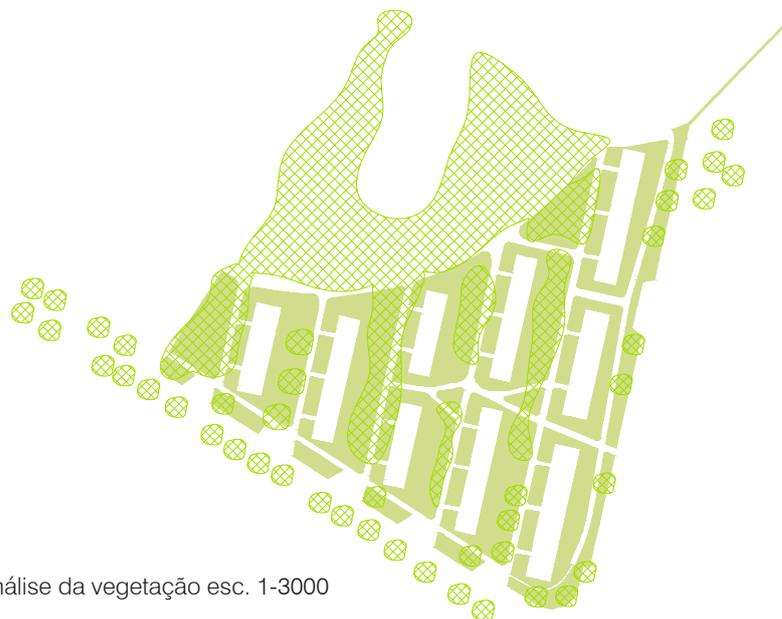
99. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/3000

- FORMAS IRREGULARES
- EIXOS COMPOSITIVOS
- FORMAS GEOMÉTRICAS
- SOBREPOSIÇÃO FORMAS GEOMÉTRICAS
- ALINHAMENTOS
- PONTOS COMPOSITIVOS



100. Esquema de análise geométrica esc. 1/3000

- MACIÇOS ÁRVORES
- ALINHAMENTOS ÁRVORES
- ÁRVORES ISOLADAS
- JARDINS



101. Esquema de análise da vegetação esc. 1-3000

Estrutura espacial

A composição do bairro, pensado de acordo com os ensinamentos modernistas, é ordenada sobretudo pelo traçado geométrico. Seguindo um sistema axial em que a direcção dos edifícios de habitação se opunha perpendicularmente a um eixo central de peões, que percorrendo toda intervenção no sentido nascente - poente ligava as casas às funções colectivas e estabelecia a charneira de todo o plano.

A repetição “exaustiva” dos blocos, muito embora apenas 9 tenham sido construídos, e o seu sentido longitudinal cria um tecido urbano reconhecível e identitário. A composição urbana tem como protagonistas o espaço verde livre e a orientação, insolação e autonomia do bloco de habitação⁶⁷. Apresentando uma lógica e coerência interna, muito própria, que, talvez, se poderia repetir indefinidamente.

O bloco de habitação, com uma linguagem arquitectónica moderna, é o elemento essencial que estrutura e caracteriza esta unidade de análise. Se a direcionalidade dos blocos, rege toda a intervenção, a sua volumetria e organização – o equilíbrio entre cheios e vazios – caracteriza-a. Os estudos de Gropius⁶⁸ sobre a forma de construir habitação em altura e a opção de Távora por uma escala pequena (blocos de 3 pisos) foram determinantes para em conjunto com o verde urbano, que se pretendia unificador, atingir a qualidade dos espaços exteriores do bairro e garantir a seu sentido humanista.

Leitura espacial

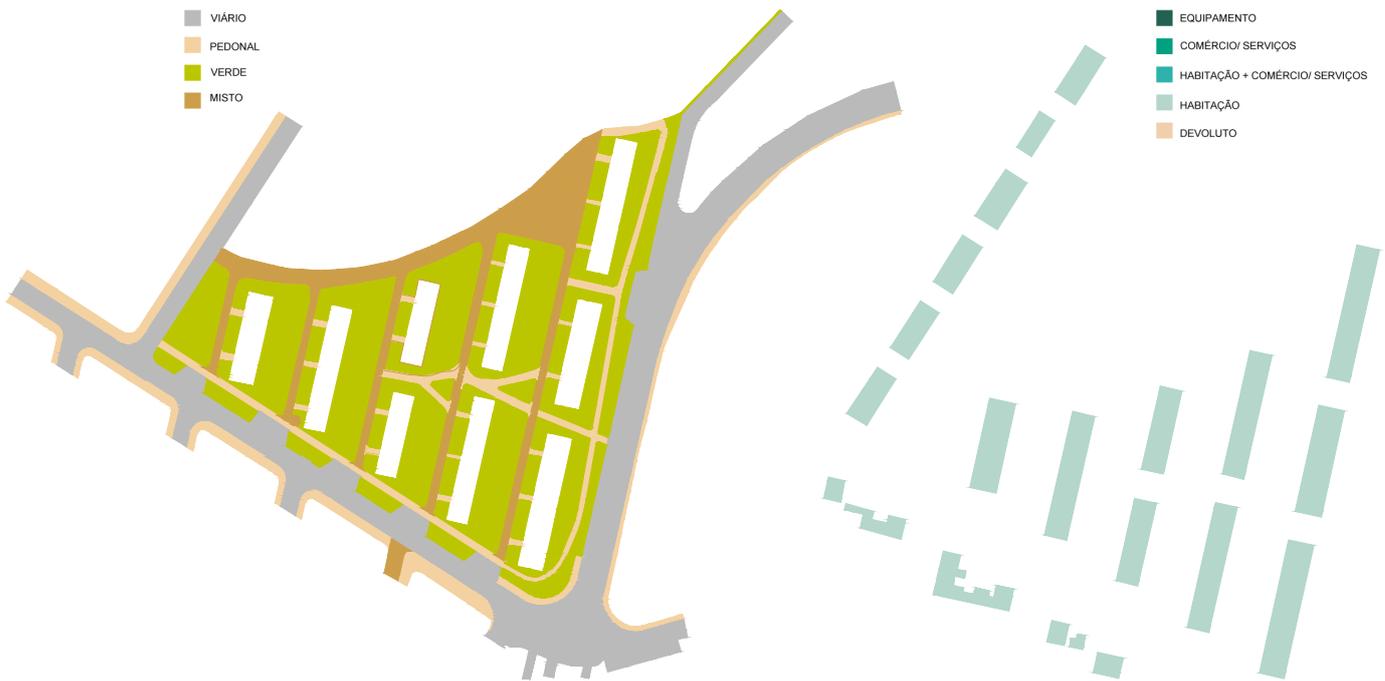
O entendimento compositivo desta 1ª fase do bairro, muito embora a sua reduzida extensão face ao plano inicial, apoia-se, sem dúvida, em muitos dos princípios que presidiram à intervenção. Um dos pressupostos mais desfavorecidos, e que talvez nunca tenha sido atingido, é o da construção de um grande jardim público que unia todas as edificações e que servia a cidade. Os espaços verdes e a arborização, agora de grande porte, que preenchem os vazios entre os blocos, foram desde o início descuidados, actualmente alguns foram mesmo delimitados e são cuidados pelos moradores de cada entrada. Este facto contribui, em conjunto

⁶⁷ Ana da Franca, *A habitação colectiva moderna do Porto: 1925-1965*, Dissertação de Mestrado Apresentada à FAUP, Outubro 2006, p. 159

⁶⁸ Estudos que sugerem as regras de proporcionalidade entre a altura e o espaço livre entre os blocos de habitação apresentados no III CIAM, em 1930, em Bruxelas.



102. Vistas sobre os espaços exteriores da 1ª fase de construção do Bairro de Ramalde



103. Esquema de análise funcional dos pavimentos esc. 1/3000

104. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/3000



105. Vistas sobre os percursos pedonais entre os blocos da 1ª fase de construção do Bairro de Ramalde

com a utilização massiva do espaço livre para estacionamento automóvel, para uma leitura descontínua e fragmentada dos espaços exteriores, assemelhando-se as áreas verdes junto às portas de entrada a um jardim privado de uma moradia e os espaços contíguos às traseiras dos blocos a um terreno descampado e ermo. A não continuidade dos espaços exteriores, que havia sido pensada no plano inicial a uma escala bastante alargada, é também um factor que reduz o interesse/uso destas áreas ajardinadas apenas ao nível local dos habitantes.

Não obstante o desleixo das áreas verdes, ao percorrermos os espaços urbanos deste bairro está sempre presente uma forte escala humana que deriva sobretudo do equilíbrio da composição conseguido entre os 9m de altura das fachadas dos blocos e os 22m de largura dos espaços exteriores que os afastam. No entanto outros factores contribuem para esta leitura:

- o desenho de uma rede de percursos pedonais que serpenteia o edificado;
- a clara desvinculação dos espaços exteriores da rede viária periférica, afastando o tráfego automóvel para fora da esfera local das habitações;
- o reduzido dimensionamento do comprimento dos blocos que varia entre os 35m e os 55m, permitindo vistas e atravessamentos transversais a todo o conjunto;
- a ocupação funcional do piso térreo por habitação e o ritmo estabelecido pela frequência das entradas, num módulo tipo de acesso central, transmitem uma sensação de segurança e proximidade pela vizinhança contígua;
- o respeito pela topografia natural do terreno, onde os blocos, implantados perpendicularmente ao seu desenvolvimento, criam uma suave transição entre os 5m de diferença de cota entre a zona mais baixa a poente e a mais alta a nascente, escalonando os espaços exteriores entre os edifícios de acordo com a sua cota entrada;

Actividades

A monofuncionalidade presente em todo o edificado faz com que os espaços exteriores deste bairro não se assumam como verdadeiramente públicos, não se afirmando à escala mais alargada da estrutura urbana da cidade, e não conseguindo ultrapassar o âmbito directo dos seus habitantes.



106. Vistas sobre a clara desigualdade entre os dois alçados dos blocos e a forma como se relacionam com o espaços exteriores, 1ª fase de construção do Bairro de Ramalde



107. Vistas sobre o alçado principal dos blocos da 1ª fase de construção do Bairro de Ramalde - contraste luz/sombra enfatizado pelo jogo volumétrico dos elementos que o compõe

A linearidade e continuidade das faixas verdes entre os blocos, que no plano inicial convergiam para um centro pedonal comunitário e aglutinador, que não foi construído, estão na realidade invadidas pelo estacionamento automóvel e funcionam apenas como arruamentos locais de acesso às habitações. Provavelmente o excessivo geometrismo da implantação dos blocos, o desleixo na plantação e manutenção das zonas ajardinadas e a clara desigualdade entre os dois alçados dos blocos tal como a forma como se relacionam com o espaços exteriores (com o posicionamento das entradas, áreas comuns e varandas das habitações sempre na fachada poente, estabelecendo claramente uma leitura de alçado de trás, de menor importância, onde se localizam as zonas de serviço), foram determinantes na falta de ocupação/ apropriação dos espaços livres, no isolamento dos habitantes, como refere Nuno Portas⁶⁹, e no uso destes espaços apenas como zonas de distanciamento e transição e não de agregação e usufruto do verde urbano.

Conclusões

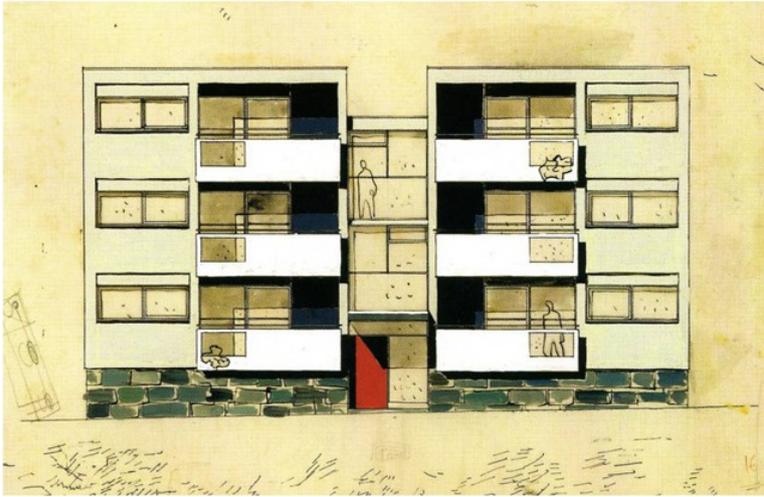
O alinhamento, distanciamento e repetição dos blocos, “sempre iguais”, aliado a uma linguagem arquitectónica moderna criam a imagem e identidade deste bairro no Porto, “*intemporal*” como o qualifica João Letra Paixão⁷⁰.

Nesta unidade, todos os espaços possuem uma grande uniformidade de tratamento, seguindo um sistema geral único de composição, assente no alinhamento geométrico e constante volumetria dos blocos. A leitura do bloco como unidade autónoma dissipa-se face ao entendimento global do bairro, no relacionamento dos vários aspectos urbanísticos que o compõe.

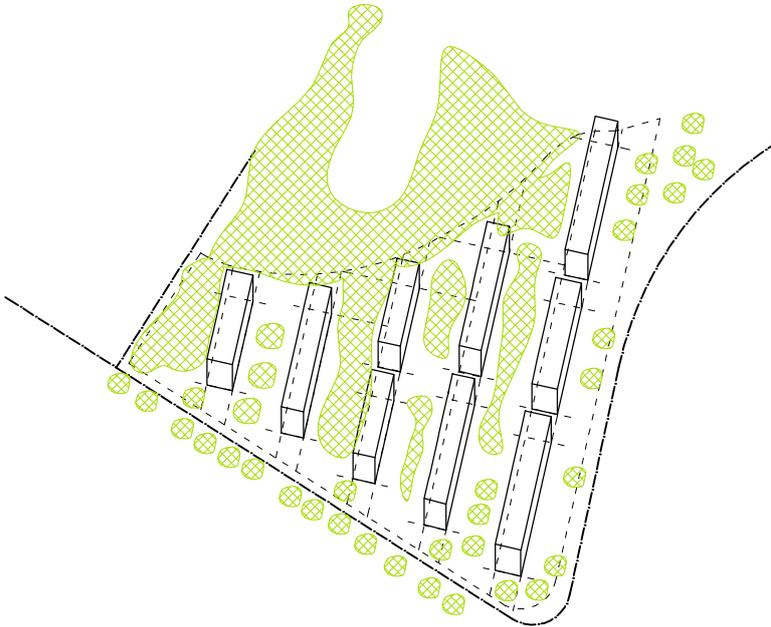
A luz natural surge neste bairro como um elemento definidor e unificador na orientação e forma do edificado, sendo simultaneamente um factor que pontua e diversifica a construção. O desenho das fachadas enfatiza o contraste luz/sombra – varandas salientes, palas que assinalam as entradas, reentrâncias nas janelas dos quartos e grelhas nas zonas de serviço – que segmenta e ritma a contínua

⁶⁹ Nuno Portas, *Arquitecto Fernando Távora - 12 anos de actividade profissional*, Revista Arquitectura, nº71, 1961

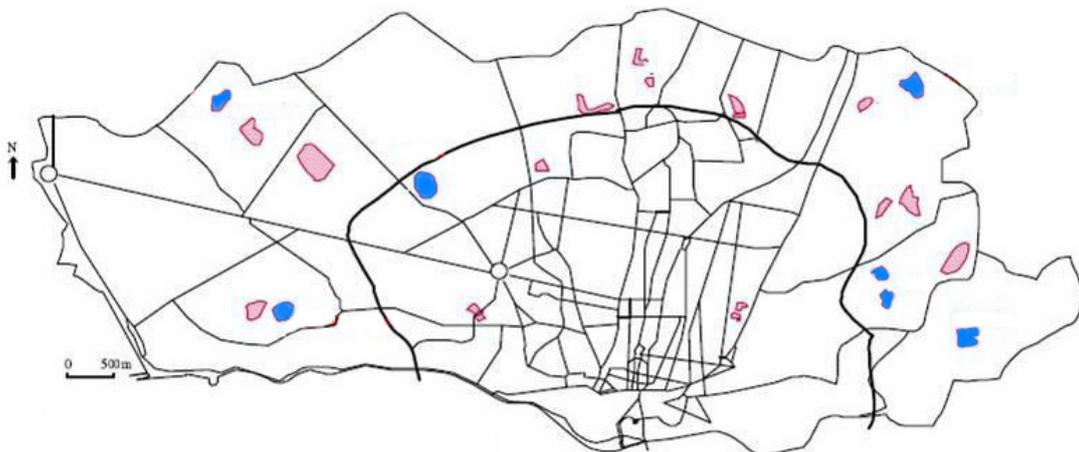
⁷⁰ João Letra Paixão, *Um bairro intemporal no Porto: unidade residencial de Ramalde*, Dissertação de Mestrado Integrado apresentada a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2011.



108. Estudo de composição do alçado dos módulos qu compõe os blocos de habitação do bairro.



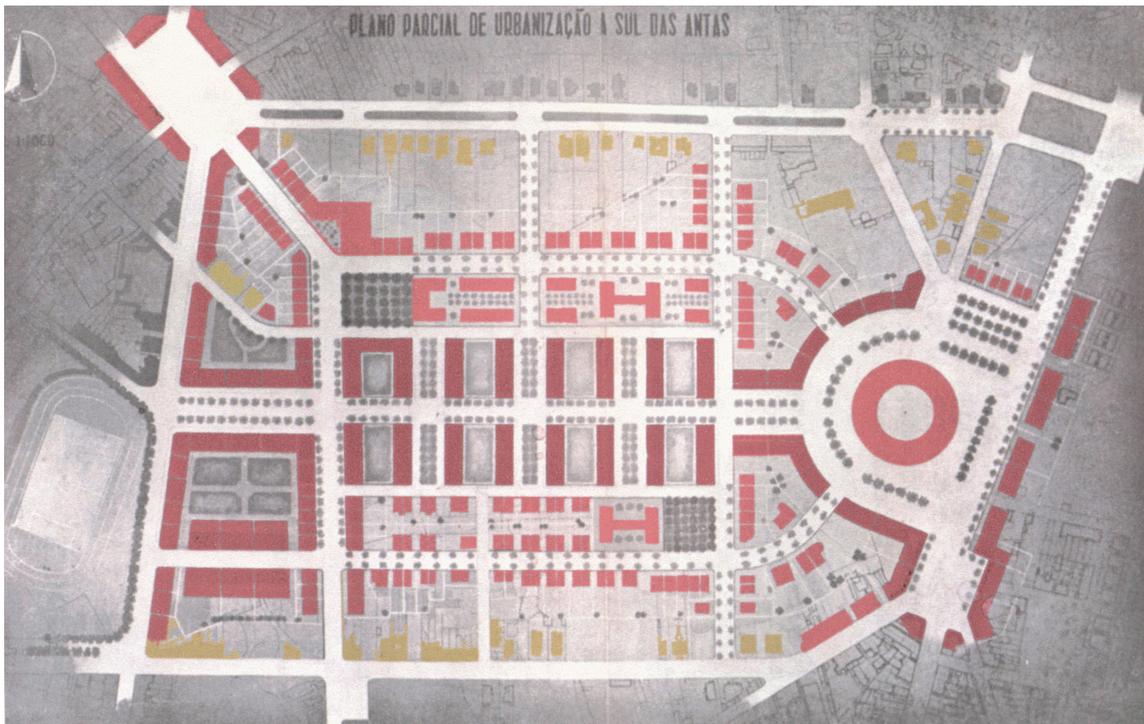
109. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/3000



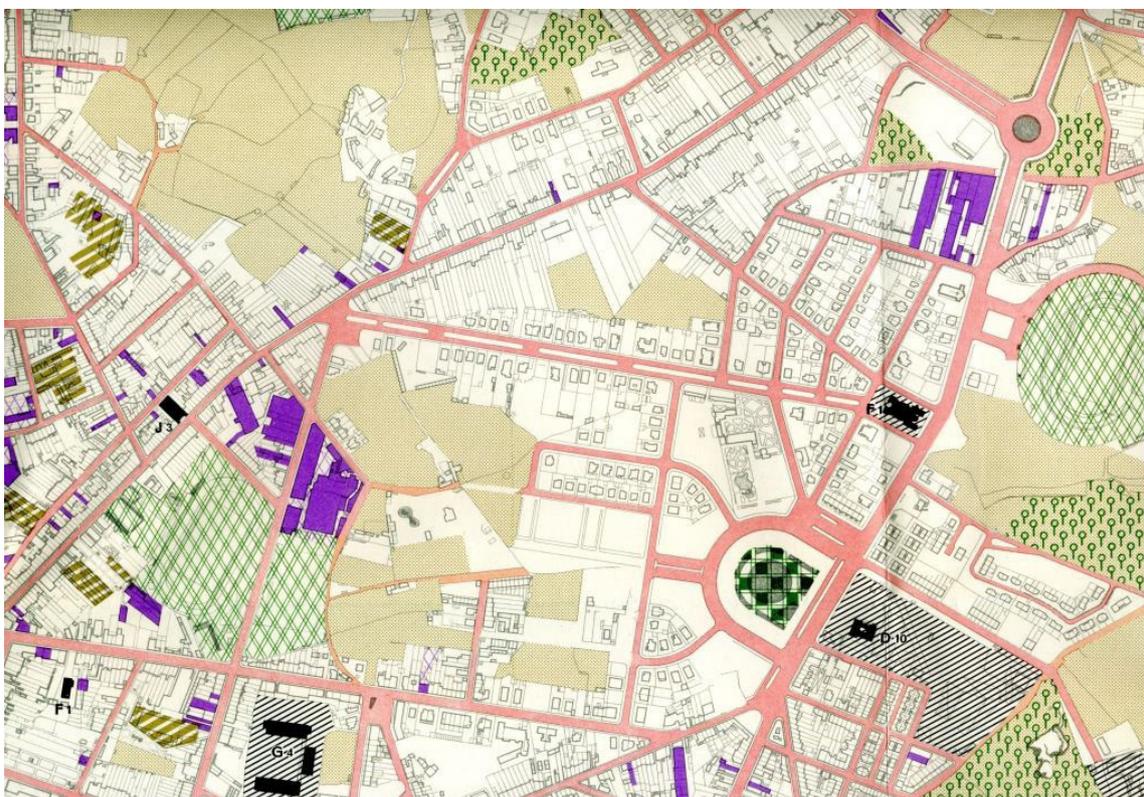
110. Planta de localização dos Bairros construídos na 1ª fase do Plano de Melhoramentos 1956-66 (assinados a vermelho) e da 2ª fase 1966-73 (assinados a azul).

repetição. Um jogo volumétrico de composição dos alçados, que distingue vários planos, em profundidade, e acentua a identificação da unidade mínima de composição – o módulo. Esta intenção, de individualização das partes como forma de evidenciar a regra compositiva geral, é também expressa nos vários estudos de utilização da cor.

A clareza e identidade deste modelo urbano - Bairro modernista – assentam essencialmente no estabelecimento de uma malha regular de blocos iguais auto-referente - que não necessita da rua para desenhar os edifícios. O quarteirão desaparece enquanto unidade de composição e o bloco é a matéria que estrutura e forma estes espaços urbanos. A alienação viária do traçado do edificado é um processo que surge no espaço público do Porto pela 1ª vez com este bairro e que perdurará por toda a 2ª metade do séc. XX, com a construção de vários bairros de habitação social durante o Plano de Melhoramentos (1ª fase 1956-66, 2ª fase 1966-73). Não se desenha mais em função de modelos formais do espaço público (ruas, praças ou avenidas), mas buscando uma composição autónoma das relações entre os volumes edificados e os espaços exteriores “sobrantes”. Os espaços urbanos resultantes desta mudança metodológica de desenho da cidade, pelo menos no caso em análise, embora com regras compositivas muito rígidas (alinhamento planimétrico e altimétrico das construções) apresentam uma grande difusidade dos limites, perdendo-se a sua apreensão enquanto unidade por si só (forma), e passam a entender-se como “vazio”, como partes de um sistema funcional.



111. Plano Parcial de Urbanização de Urbanização para a Zona a Sul das Antas realizado pelo Gabinete de Urbanização da C.M.P. chefiado por Arménio Losa



112. Plano Auzelle 1962, Volume II – folha n.º 5 Planta do Estado Actual da Cidade (detalhe)

3.6 Praça Francisco Sá Carneiro e Alameda Eça de Queirós

Contextualização

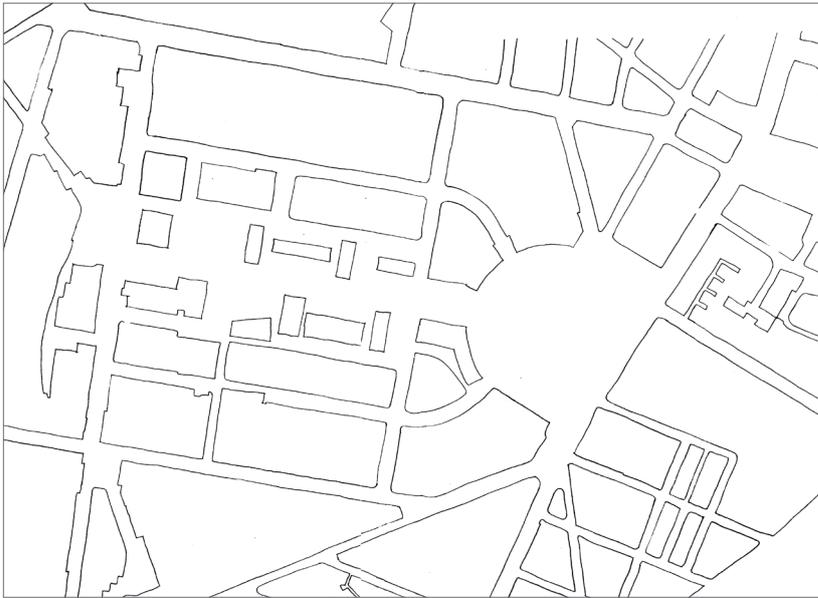
A unidade de análise em estudo é composta por dois espaços urbanos de tipologia distinta – a Praça Francisco Sá Carneiro e a Alameda Eça de Queirós – unidos através de uma forte composição geométrica, onde a partir do centro da praça se estrutura e desenvolve todo o conjunto.

A configuração actual desta unidade foi sendo construída ao longo de várias décadas, surgindo já assinalada no Plano Regulador da Cidade do Porto de 1952 como um “empreendimento em curso” numa “área residencial específica”. Esta área é objecto de um estudo de pormenor, o Plano Parcial para a Zona a Sul das Antas⁷¹ realizado pelo Gabinete de Urbanização da C.M.P. e chefiado pelo arquitecto Arménio Losa, cuja última versão é aprovada em 1958. Com o Plano Director da Cidade do Porto de 1962, da autoria de Robert Auzelle, o Plano de Losa é reapreciado e é elaborado um novo “arranjo” para esta zona, Plano de Pormenor da Zona das Antas, coordenado pelo arquitecto C. Marques, tendo em conta o estado da infra-estrutura já realizada e das habitações já construídas. Assim, a urbanização destes terrenos, em estudo desde 1946, inicia-se nos anos 50 com a abertura da praça e do tramo inicial da alameda, passando por um demorado processo⁷² de formação dos lotes nos terrenos da quinta adjacente, de finalização do traçado viário, de construção do edificado que envolve a praça, e da disposição dos blocos residenciais na alameda, e do arranjo seus espaços exteriores que perdurou até ao final dos anos 80.

O aparecimento destes dois novos espaços públicos na cidade parece ter como objectivo o crescimento e afirmação de uma área residencial, já existente, e que se

⁷¹ Este Plano Parcial é consequente do zonamento estabelecido pelo Ante-Plano Geral de Urbanização de 1948, que estruturou a divisão funcional da cidade em zonas residenciais, comerciais, industriais e verdes.

⁷² “O processo de urbanização destes terrenos viria a revelar-se bastante lento o que se pode verificar na observação das linguagens arquitectónicas presentes – moradias unifamiliares dos anos cinquenta, sessenta e blocos de habitação colectiva dos anos sessenta e setenta. (...) O processo é lento também por questões de âmbito nacional, nomeadamente pela crise da indústria da construção, verificada no ano de 1961.” Mário João Mesquita, *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP, 2000.



113. Esquemas de análise do Tecido Urbano (desenhado sobre planta de 2006 da C.M.P.) - Vias, Parcelas e Edificado esc. 1/8500

pretende tornar de referência⁷³. A Praça Velasquez e a Alameda⁷⁴ surgem como elementos formadores de um novo carácter urbano desta zona da cidade (Antas), articulando e referenciando um programa privado, essencialmente residencial, entre si e convertendo-o em parte da vida colectiva - “*urbanizar o privado*”⁷⁵.

Legibilidade urbana

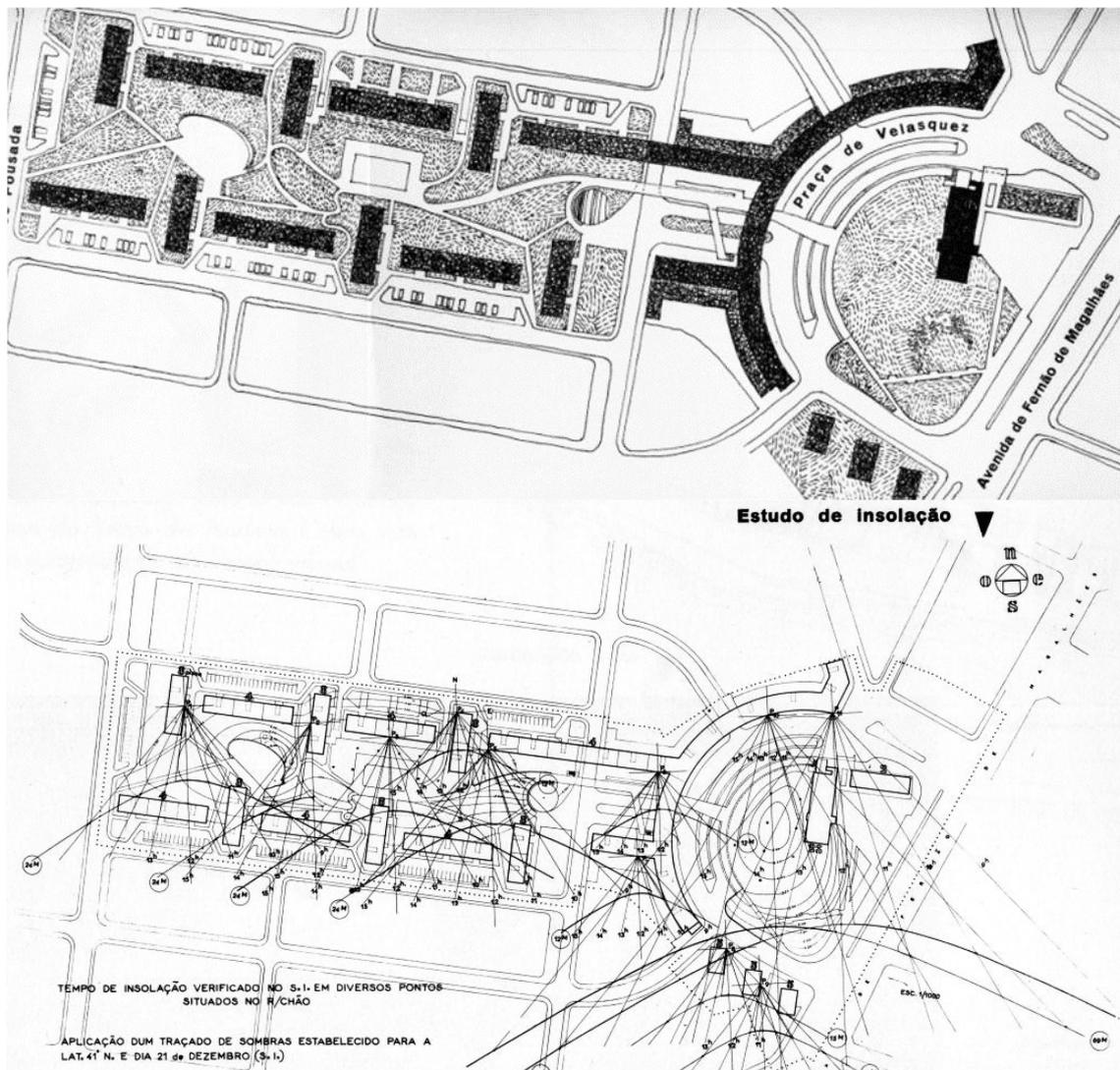
Esta (nova) área residencial, fundada pela abertura destes dois espaços públicos, desenvolve-se na imediação de uma outra zona residencial já estabelecida com a abertura da Avenida dos Combatentes, no decorrer da década de 30 do séc. XX, completando-a e aportando-lhe uma nova escala e densidade. O tecido urbano, anteriormente constituído por pequenos lotes onde se exibem ainda hoje jardins privados e moradias unifamiliares de um ou dois pisos, é completado com a introdução destes dois grandes espaços públicos abertos, com o desenho das vias, e com a construção de edifícios/blocos de habitação colectiva de vários pisos. A transição entre as duas escalas de habitação - grandes blocos e pequenas moradias - é feita de forma gradual. Nos limites Norte e Sul da área de intervenção do Plano de Losa, junto à Av. dos Combatentes e à Rua Carlos Malheiro Dias, permanece o modelo de quarteirões e a ocupação por moradias unifamiliares (em continuidade com a infra-estrutura e construções existentes), na faixa central a implantação de “modernos” blocos de vários pisos estabelece a ruptura com a escala até ai dominante. O uso coincidente destas duas escalas estabelece as premissas do plano, como diz Mário Mesquita, “*entre os pressupostos da Cidade-Jardim e da Carta de Atenas*”⁷⁶. Esta articulação entre a moradia e o bloco revela uma sensibilidade e atenção à envolvente já bastante

⁷³ Colmatando o lamento e necessidade referidas por Ezequiel de Campos no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto a propósito das novas áreas de habitação da cidade “(...) *acentuou-se a preferência por alguns pontos da cidade: Antas, Avenida da Boavista, Campo Alegre e Foz. – Evidente a necessidade de preparar sem demora todo o plano de ruas, praças e jardins relacionado com aqueles e outros locais preferíveis de habitação. Assim, é pena que não se tivesse preparado e executado os planos das ruas, e a definição dos talhões em torno da Avenida dos Combatentes, no Campo Alegre, na Foz e em muitos outros sítios, para se ter evitado a construção de casas onde nunca deveriam ter ficado.*”

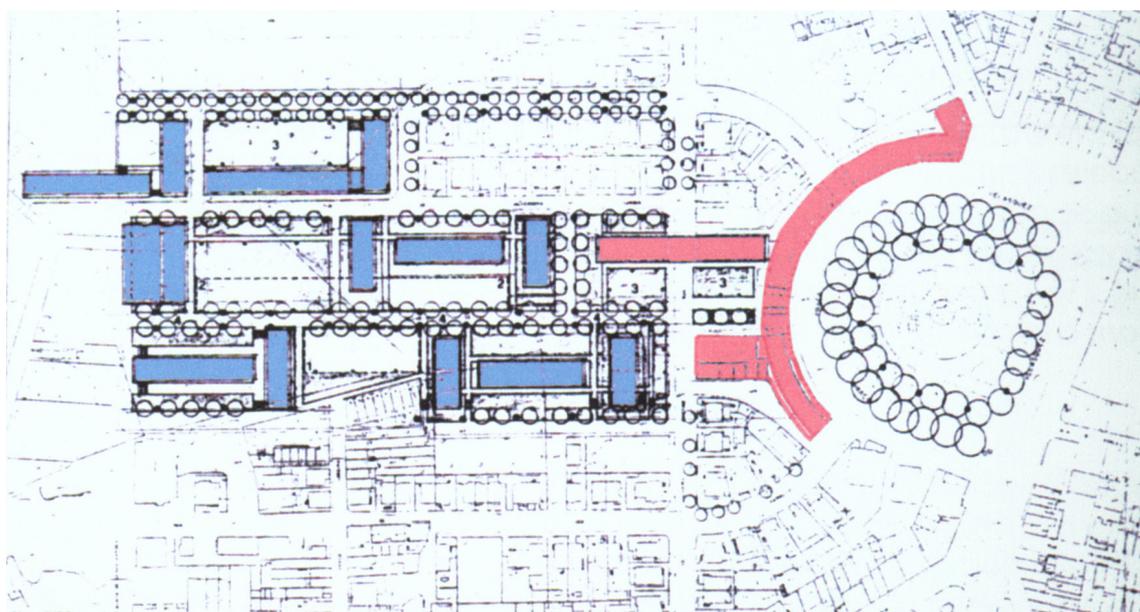
⁷⁴ Designações pelas quais são conhecidos popularmente estes dois espaços públicos.

⁷⁵ Manuel de Solá-Morales, *Espacios Públicos/ Espacios Colectivos*, in *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009

⁷⁶ Mário João Mesquita, *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP, 2000. (p.89)



114. Planta e Estudo de insolação - Plano Auzelle, 1962, Volume III, Arranjo da Zona a Sul das Antas



115. Sector da Carta da Cidade do Porto de 1979- Área de Intervenção do Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas (Mário Mesquita - a vermelho edifícios já realizados e a azul edifícios por construir ou em construção)

longínqua dos princípios modernos de “tabula rasa”⁷⁷, que a tensão criada pelo jogo volumétrico dos blocos na zona central, delimitada, poderia lembrar. O planeamento geral desta intervenção colmata a urbanização iniciada com a abertura da Av. dos Combatentes e estabelece um tecido urbano contínuo⁷⁸.

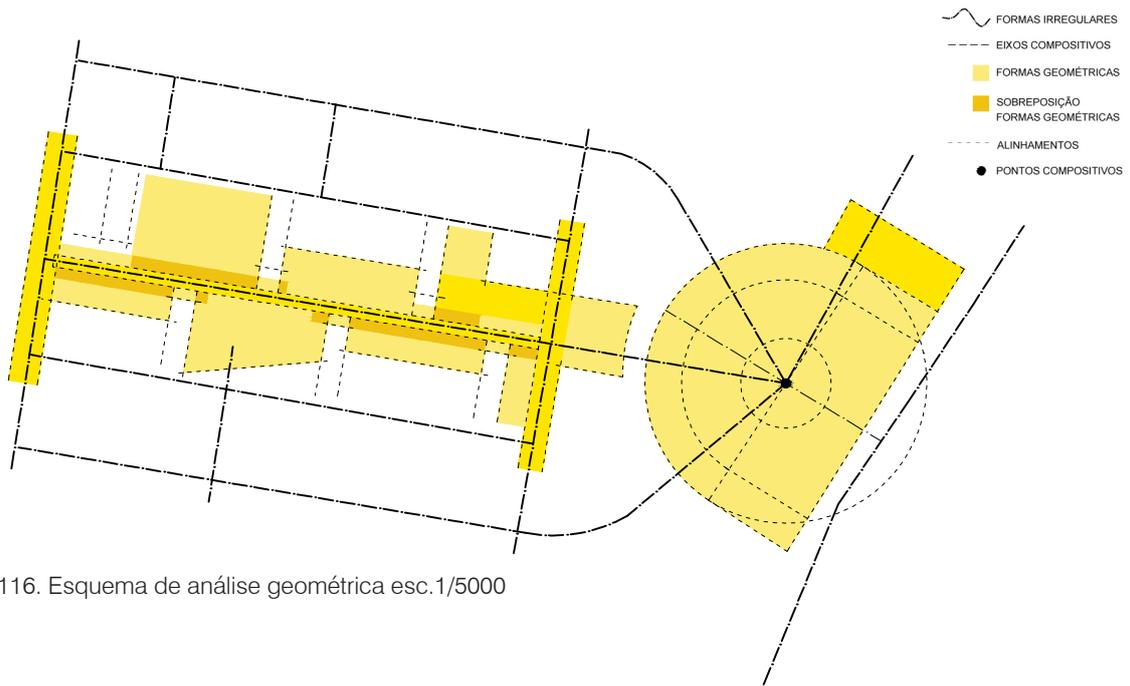
A contiguidade e abertura da Praça Velasques sobre a Avenida Fernão Magalhães (que a limita a Poente) reforça e clarifica a ligação desta unidade ao tecido urbano que a envolve. O prolongamento desta avenida até à estrada da Circunvalação, previsto no Plano Regulador da Cidade de 1952, de Antão de Almeida Garrett, onde é designado de “Via Nordeste”, vêm estabelecer um importante eixo de entrada e de ligação Norte-Sul da cidade. A esta nova via, de grande relevância na articulação da estrutura urbana da cidade, justapõe-se esta nova unidade residencial - beneficiando da acessibilidade e notoriedade que a sua proximidade lhe transmitem, mas afastando dela os edifícios e os seus arruamentos locais. Esta hierarquização da rede viária e protecção do edificado habitacional são conseguidas a partir da distância que a grande dimensão da praça interpõe. A Praça Velasques funciona como um espaço de filtro e mediação entre a escala dos “interesses locais” e da rede de circulação da cidade.

Estrutura espacial

A concretização deste processo de desenho urbano assenta num compromisso entre: o Plano de Losa - traçado das vias e a forma da praça, onde se definem as linhas principais de composição desta unidade; o Plano de Pormenor de Auzelle (cuja equipa de trabalho era dirigida por C. Marques) – onde se conclui a disposição e volumetria dos blocos de habitação da zona central (cuja altura varia entre 4 e 8 pisos, consoante a sua orientação solar) colocados sobre uma área central pedonal ajardinada segregando o tráfico automóvel para as vias periféricas envolventes; e o arranjo final desta área central - onde se última a definição do seu ambiente urbano, pelo desenho de um rectângulo central ladeado por árvores que

⁷⁷ Expressão que usamos para designar a composição livre e abstracta sobre um campo delimitado, como sobre uma tela em branco, das relações entre os diversos volumes construídos. Como exemplo do que está associado a esta expressão, podemos considerar o Plan Voisin de Le Corbusier que propunha a demolição de uma vasta área central de Paris e a construção de uma nova cidade com espaços abertos e edifícios altos.

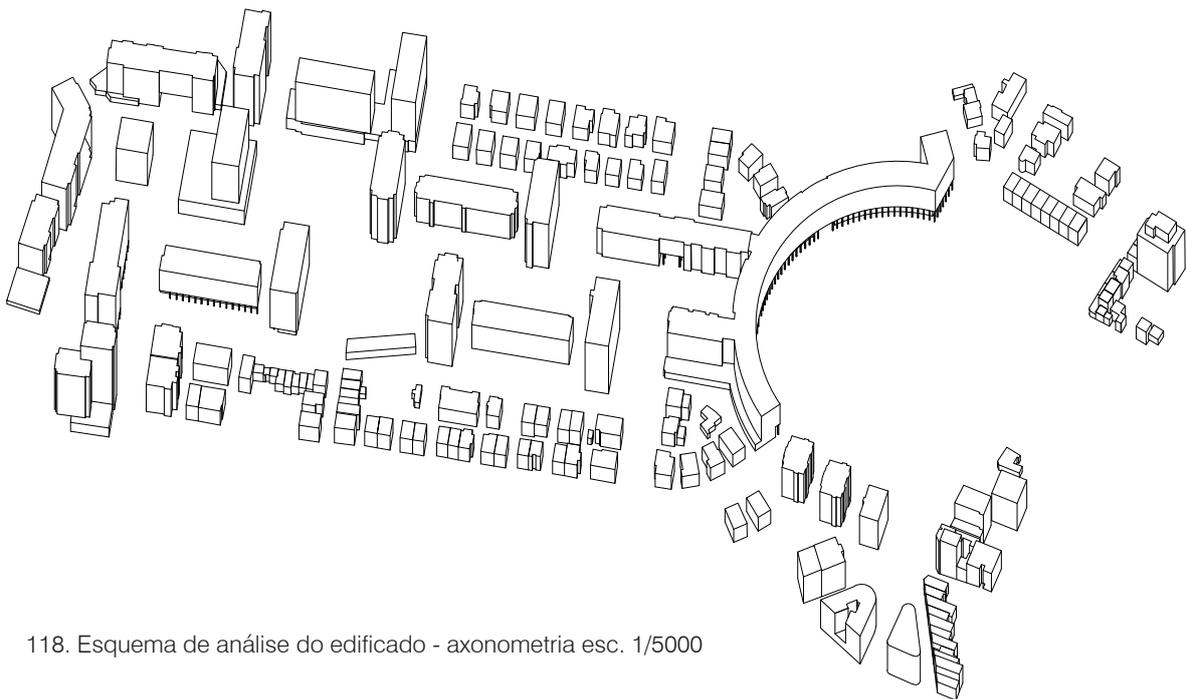
⁷⁸ Mário João Mesquita, *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP, 2000. (p.104)



116. Esquema de análise geométrica esc.1/5000



117. Postal dos anos 60 da Praça Francisco Sá Carneiro



118. Esquema de análise do edificado - axonometria esc. 1/5000

faz a união dos espaços exteriores entre os blocos, conformando uma alameda pedonal ajardinada.

Destacamos o traçado geométrico e a volumetria dos edifícios como os elementos fundamentais que definem e regulam esta unidade.

A geometria ordena, une e hierarquiza todo conjunto. A composição geométrica pode-se separar em dois momentos que se relacionam entre si a partir de um ponto geométrico central:

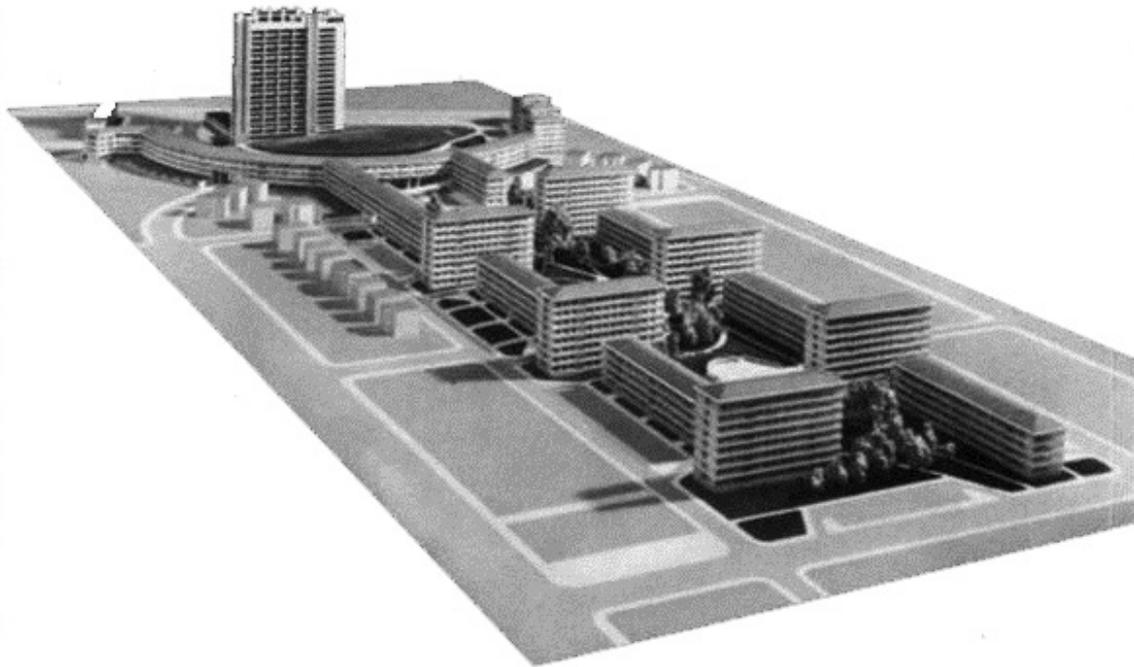
- o desenho de um círculo que cortado pela Av. Fernão Magalhães determina a forma da Praça Velasques, esta intersecção do círculo gera uma direccionalidade, limite Este da praça, sobre a qual é estabelecida, perpendicularmente, um eixo de simetria que ordena o seu desenho de pavimentos.

- do centro deste círculo nascem as linhas directrizes que dão forma as 3 novas vias principais da unidade, paralelas à Av. dos Combatentes, numa composição tríptica onde, ao meio, a Alameda Eça de Queirós se assume como eixo primordial, pois estabelece a simetria do plano de vias.

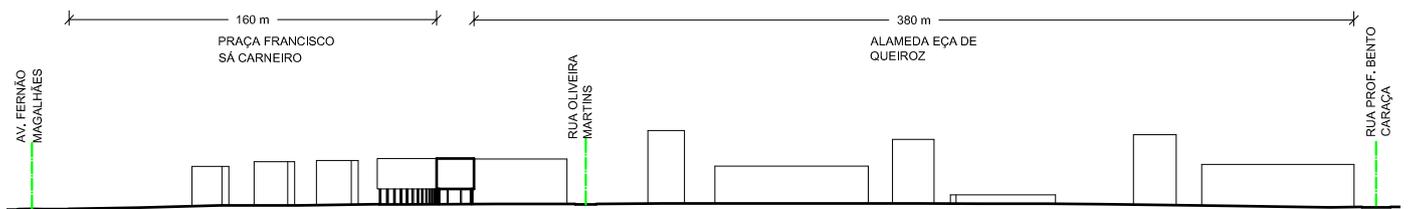
A leitura do traçado geométrico em dois momentos deve-se sobretudo à não coincidência dos seus eixos de simetria, que apenas se unem ao centro da praça,

Na Praça Velasques, a utilização do círculo como forma geométrica base que a desenha, originária, talvez, no posicionamento central de uma Praça de Touros na primeira variante do Plano de Losa, confere-lhe uma clareza formal que fortalece a sua identidade. Um reconhecimento alicerçado na regularidade desta forma geométrica, e na singularidade que a composição do desenho do “chão” alcança a partir da simetria e das várias secções de círculo concêntricas. Ao observarmos o postal da praça dos anos 60, ainda sem nenhum edifício envolvente construído e sem a densidade arbórea que a caracteriza hoje, a geometria da sua forma e pavimentos é bastante para a identificarmos.

Na Alameda Eça de Queirós, o eixo geométrico linear recto que parte do centro da praça, eixo de simetria do sistema de vias, dá estrutura e unidade aos espaços livres em volta dos blocos. Este eixo compositivo, materializado no desenho do rectângulo central da alameda, agrega sequencialmente a diversidade dos espaços a si associados: núcleo central da praça, franjas ajardinadas, pracetas e



119. Fotografia de maquete - Plano Auzelle, 1962, Volume III, Arranjo da Zona a Sul das Antas



120. Esquema de perfil longitudinal ao longo do eixo geométrico que une a Alameda Eça de Queirós ao centro da Praça Francisco Sá Carneiro, esc. 1/3250



121. Vistas sobre o edifício que arco delimita a Praça Francisco Sá Carneiro e sobre os blocos da Alameda Eça de Queirós

jardins. É manifesta a estratégia formal aglomeradora dos espaços segundo um eixo.

A volumetria dos edifícios que conformam estes dois espaços públicos, ponto segundo o qual o Plano de Losa foi mais severamente criticado⁷⁹ fica genericamente determinada no Plano de Pormenor de Auzelle, onde se busca o contraste altimétrico, a verticalidade e a variação por oposição à monotonia, horizontalidade e repetição do plano precedente⁸⁰.

Na Praça Velasques o edificado, segue o desígnio da composição geométrica e, em arco circunda-a, num “único” edifício que a limita a Poente. O eixo que une a praça e os diversos espaços da Alameda interrompe-o apenas ao nível do piso térreo, criando uma maior separação entre os dois momentos da composição (praça e alameda) do que a inicialmente prevista por Losa, que estendia a alameda e a arborização que a ladeia até à praça dispondo os edifícios em função dessa intersecção.

Na Alameda Eça de Queirós os blocos estão dispostos alternadamente ora à direita ora à esquerda segundo um ritmo constante e equilibrado. A variação da altura dos edifícios é estudada em função da sua orientação solar e da análise das características quantitativas da densidade e utilização dos terrenos⁸¹, de acordo com as preocupações de insolação e salubridade da Carta de Atenas.

A disposição dos blocos ao longo da Alameda, afastada da simetria inicial de Losa, é composta de forma aparentemente menos rígida e mais livre. Um balanceamento da composição que conserva no eixo central a linha pela qual se

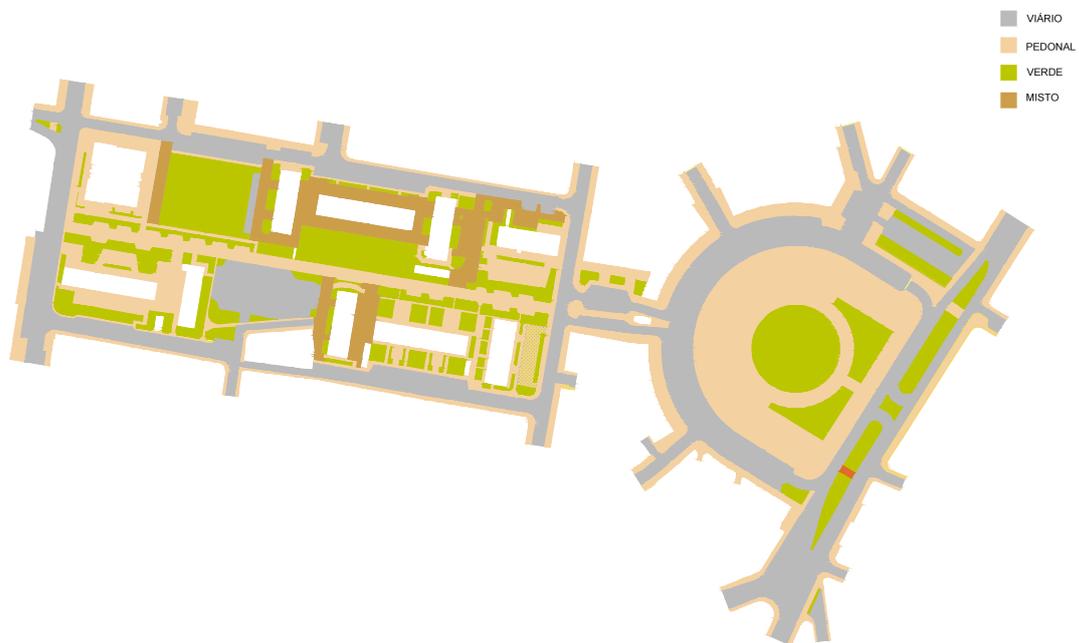
⁷⁹ “O plano de Arménio Losa, é criticado nos estudos do Plano Director porque “limitava os edifícios a 5 pisos, o que aliado ao conjunto de edifícios rigidamente alinhados aumentava a monotonia do conjunto”, porque não satisfaziam “certas disposições sobretudo sobre a rede viária, a localização do comércio e sobretudo a implantação dos edifícios da zona central” e porque o “elemento dominante da composição era então a Praça de Touros cuja construção foi entretanto abandonada.” Esta praça de touros seria o elemento central da praça Velasquez. (...) A nova composição propõe diferenças de altura bastante grandes para obter efeitos plásticos tendo em conta os terrenos municipais.” Para a praça Velasquez é proposto um “grande edifício de 24 pisos” destinado a produzir “um efeito vertical” substituindo a “composição horizontal” da proposta anterior.” Ricardo Figueiredo, *Os Planos para o Porto dos Almadas aos nossos dias 8 (V parte 1). O Plano de Arménio Losa*, http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/05/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos_20.html, [consultado a 9 Junho de 2010].

⁸⁰ Com o afastamento da hipótese da Praça de Touros ocupar o centro da praça, e como forma de rentabilizar os terrenos municipais é proposta a edificação de uma torre de 24 pisos, explorando a verticalidade e o contraste plástico, num terreno amplo e longínquo de edifícios de valor histórico.

⁸¹ Robert Auzelle no seu plano de 1962 para o Porto sistematiza a análise dos diferentes tecidos urbanos pelo estudo de hectares-tipo onde são ponderadas a relação quantitativa entre o número de habitantes, a porção de solo ocupada e as actividades, no seguimento dos seus trabalhos “Documents de l'Urbanisme” (1947-51) e da “Encyclopédie de l'Urbanisme” (1951-1961).



122. Esquema de análise da vegetação esc. 1-5000



123. Esquema de análise funcional dos pavimentos esc. 1-5000



124. Vista sobre a Praça Francisco Sá Carneiro

estabelece a dissimetria⁸² da sua organização – numa alternância entre a volumetria edificada e espaço livre.

Leitura espacial

Da análise desta unidade evidencia-se o exercício de composição urbanística planeado que condicionou todas as decisões ao nível da forma e do programa, não deixando lugar ao acaso ou ao desenvolvimento espontâneo. Um planeamento que, embora estendido no tempo e com diversos intervenientes, nunca abandonou a visão totalitária do conjunto.

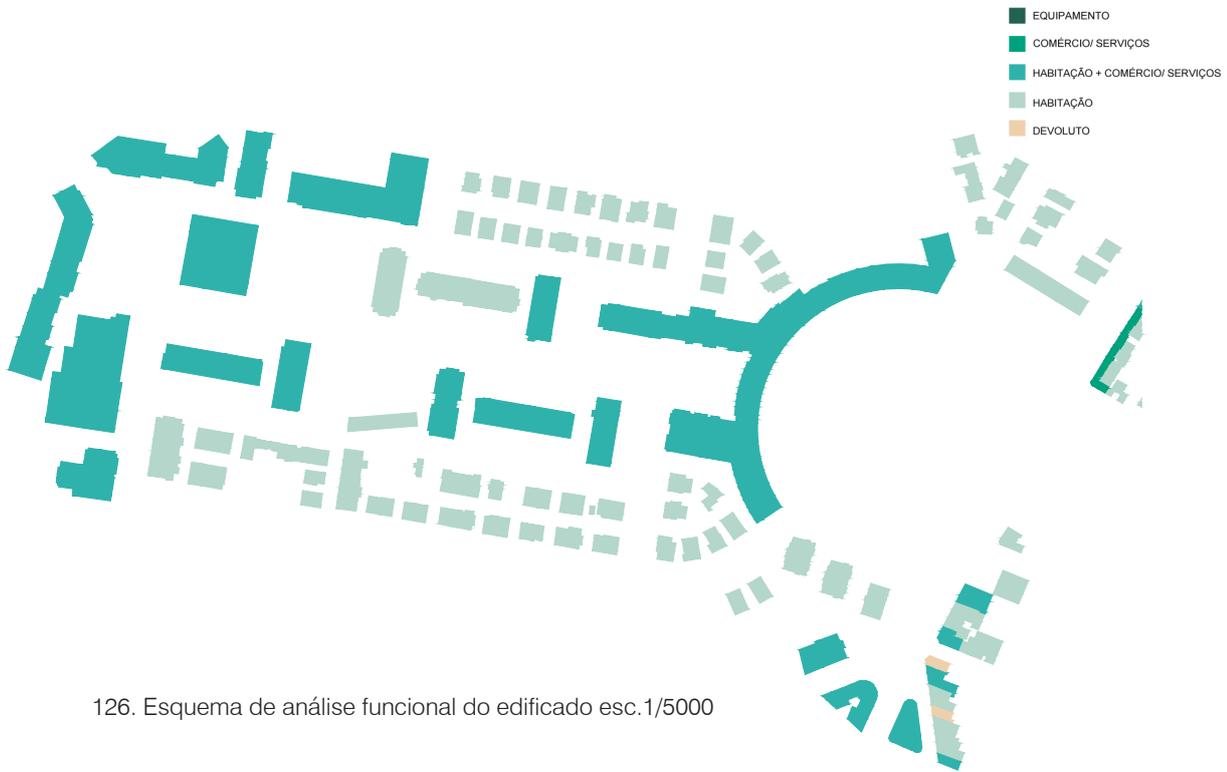
No entanto, o entendimento do seu espaço público reflecte a divisão em dois momentos da composição geométrica, acentuada pelo posicionamento do edificado, anteriormente referidos. A análise dos restantes elementos que compõe esta unidade acompanha esta demarcação:

- a vegetação - em jardim e massa arborizada centrais na Praça Velasques e em alinhamentos de arvores e placas ajardinadas na Alameda;
- os materiais e a divisão funcional dos pavimentos - unitários e estruturadores da imagem e identidade da Praça Velasques e fragmentados e de uso por vezes misto nos diferentes espaços da Alameda (fruto talvez das diferentes épocas e proprietários que a edificaram). No entanto a forte presença do rectângulo central da alameda, em betonilha; ameniza a disparidade dos pavimentos envolventes, funcionando como uma coluna central que sustenta e articula a variação os espaços envolventes.
- o dimensionamento e proporção - um espaço amplo e estático na praça, e um longo percurso longitudinal recto que se dilata e comprime ao serpentear os blocos.
- a estrutura visual - delimitada e constante na praça, com algumas vistas axiais sobre o arranque das vias, e na alameda uma estrutura de vistas sequencial ao longo do seu eixo com fortes variações a partir das diferentes larguras dos espaços e das aberturas sobre a envolvente.

⁸² Expressão que usamos para designar a vontade em não dispor simetricamente os edifícios, mas ao mesmo tempo manter o equilíbrio da composição entre os dois flancos da Alameda.



125. Vistas desde as arcadas sobre o jardim ao centro da Praça Francisco Sá Carneiro e sobre o rectângulo central pedonal da Alameda Eça de Queirós



126. Esquema de análise funcional do edificado esc.1/5000



127. Vistas sobre o jardim ao centro da Praça Francisco Sá Carneiro e sobre a Alameda Eça de Queirós

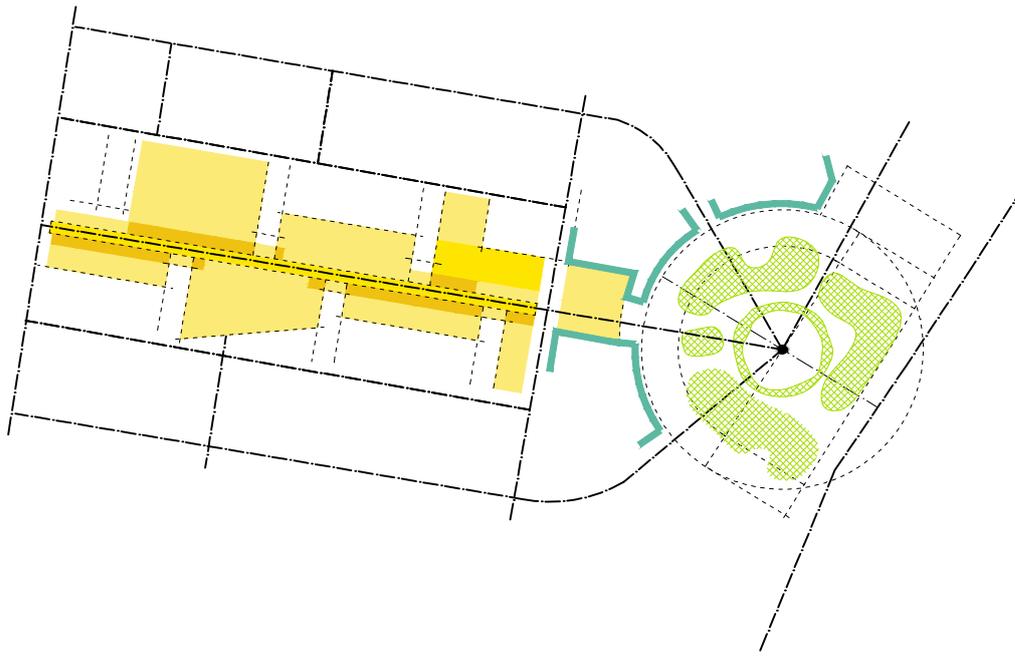
A própria concepção espacial destes dois momentos difere totalmente. Na praça o espaço côncavo é contido pelo edificado, encerrando-o. Enquanto na alameda os blocos e a procura do equilíbrio da composição, num campo delimitado pelas vias periféricas, intercalam espaços côncavos e convexos, espaços fechados e abertos. No plano de Auzelle esta separação era ainda enfatizada pelo arranjo dos espaços exteriores, prevendo uma rede sinuosa de percursos pedonais com algumas dilatações polarizadas. A diversidade dos espaços exteriores entre os blocos fica assemblada, sequencialmente, pela introdução da sua coluna central – retomando os pressupostos iniciais de Losa e declarando a relação axial entre a Praça e a Alameda.

Actividades

Esta unidade predominantemente residencial reserva o piso térreo ao comércio.

Na Praça Velasques o plano de pormenor define que “*edifício curvo terá 325 metros de fachada comercial*”, este facto em conjunto com o desenho de uma galeria com dois pisos de altura, totalmente ocupada por supermercados, bancos, consultórios, escritórios e alguns cafés já emblemáticos na cidade, definem uma utilização muito densa da zona periférica da praça. O limite público e privado ganha um forte carácter na construção do ambiente urbano deste espaço, estimulado pelo uso de arcadas e montras. Separado, pela mediação da rua e lugares de estacionamento, deste primeiro momento que explora em profundidade a transição entre o público e o privado, de densa utilização, surge ao centro um jardim de grandes dimensões exposto sobre a Av. Fernão Magalhães. A fruição destes dois ambientes não se limita apenas aos residentes próximos, a Praça Velasques constitui um polo central de referência na cidade, completado nas suas imediações por outras e novas centralidades (estádio, estação metro, shopping).

Na Alameda Eça de Queirós, embora persista o uso do piso térreo comercial (sobretudo nos blocos construídos mais tardiamente) o seu ambiente urbano e as práticas que aí tem lugar são próprias da esfera local, do usufruto, por parte dos habitantes dos blocos do espaço livre pedonal e ajardinado que têm em frente.



128. Esquema de análise interpretativa da composição - Ensaio de síntese esc.1/5000



129. Aerofotomapa de 1970 da Praça Francisco Sá Carneiro e da Alameda Eça de Queirós



130. Vista aérea actual da Praça Francisco Sá Carneiro e da Alameda Eça de Queirós

Conclusões

Esta unidade de análise, dividida à partida pela toponímia dos seus espaços, é desenhada segundo um plano geral que os relaciona, no entanto parece-nos clara a sua separação em dois momentos bem distintos:

- um espaço estático e completo, côncavo e fechado, onde a clareza geométrica do círculo molda o edificado, com grandes dimensões, e que ultrapassa a escala local de interesses para se assumir como referência ao nível urbano – correspondente à Praça Velasques – características que, entendemos, derivam das premissas iniciais do Plano Parcial de Arménio Losa.

- um espaço sequencial que encadeia uma pluralidade de situações – correspondente à Alameda Eça de Queirós – onde a composição é aberta e livre, mas enquadrada e limitada pelas vias circundantes, uma tela em branco onde o jogo volumétrico se estabelece, procurando outras regras compositivas que não a simetria e a repetição, o equilíbrio do posicionamento dos blocos é alcançado a partir da alternância e variação da sua orientação e altura – marcando um ritmo que densifica e caracteriza o espaço.

A génese compositiva de cada um destes espaços públicos separa-os, demarcando a sua autonomia e identidade. O traçado geométrico agrega-os e permite a leitura de uma única unidade planeada. O entendimento deste gesto regulador único fica efectivado, no final dos anos 80, com o arranjo final do espaço público da Alameda, desenho do seu rectângulo central com arborização lateral. Este projecto, já presente na Carta da Cidade do Porto de 1979, reinterpreta os planos de Losa e Auzelle e introduz o elemento que garante a unidade, coerência e legibilidade do conjunto.



131. Vista da Av. Marechal Gomes da Costa



132. Vista da via de circulação mecânica que circunda o Bairro de Ramalde



133. Vista aérea actual da Praça Francisco Sá Carneiro e da Alameda Eça de Queirós

4. Cotejo dos exemplos

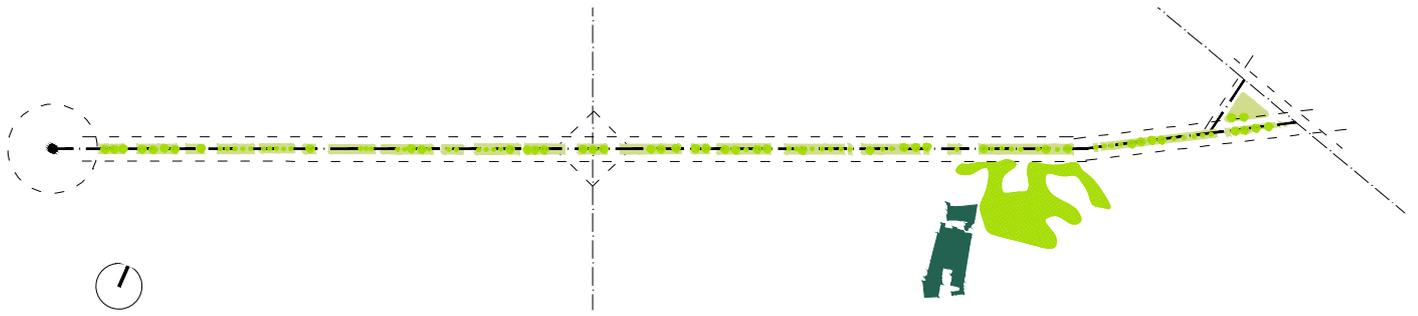
As unidades de análise em estudo neste trabalho foram seleccionadas visando encontrar, dentro do universo de espaços públicos construídos de novo na cidade do Porto entre 1910 e 1974, espaços *reconhecíveis e de qualidade* – com uma forte identidade – que de alguma forma representassem as diferentes épocas de crescimento e transformação do tecido urbano da cidade. Procurando o seu entendimento a partir da contextualização temporal, da indagação do seu propósito, da leitura da sua inserção urbana e da decomposição dos elementos que as estruturam e caracterizam.

Modelo urbano

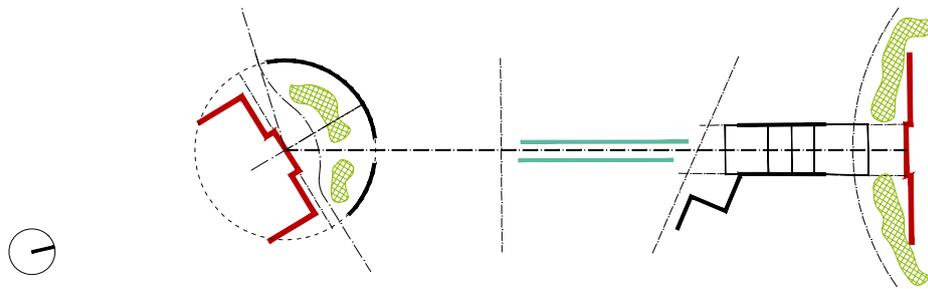
Os 6 casos escolhidos, espalhados ao longo do período em estudo e disseminados pela cidade, espelham diferentes conceitos de desenvolvimento urbano, seus contemporâneos. Desde os modelos mais tradicionais de construir cidade (Av. Marechal Gomes da Costa, Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis, Bairro de casas económicas de Costa Cabral e a Praça D. João I), segundo um sistema composto por espaços públicos de circulação e acesso com edificação marginal associada em quarteirão, e espaços não construídos em logradouro ou jardim; à tardia (1950) instituição/*revolução* em território português do “*contra-modelo modernista*” (Bairro de Ramalde), que em ruptura com o modelo histórico dissocia os arruamentos da edificação e dos espaços livres, propondo novas formas de habitar em blocos colectivos isolados que determinam a composição urbana; ao modelo alternativo de reconciliação entre o moderno e o tradicional (Praça Francisco Sá Carneiro e Alameda Eça de Queirós), onde o sistema de espaços exteriores perde o carácter residual entre os blocos para voltar a ser ordenador, e os edifícios e o sistema viário local voltam a estar associados ⁸³.

A Av. Marechal Gomes da Costa integra-se no movimento de abertura de novas linhas de expansão, “as avenidas novas”, que marcaram no início do século XX o crescimento de Lisboa e Porto, fundadoras de novas áreas de urbanização. Neste caso de estudo o sistema de relações estabelecido no desenho axial e no

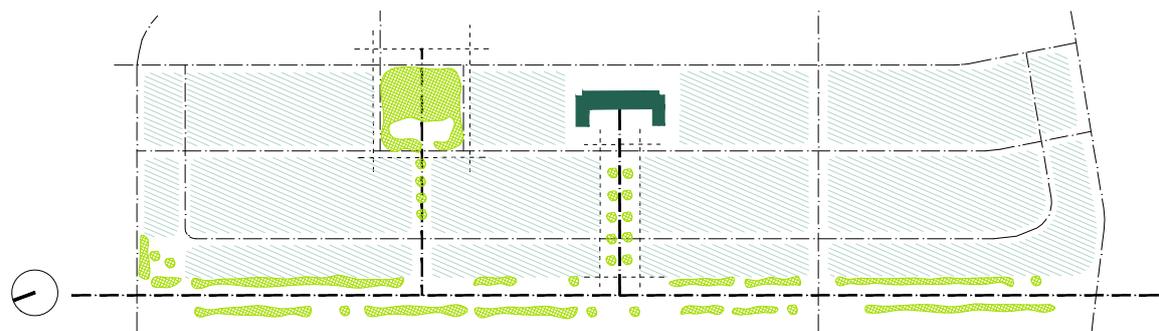
⁸³ Nuno Portas, *Conceitos de desenvolvimento urbano* (1987), in *Os Tempos das Formas, vol.1: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005.



134. Avenida Marechal Gomes da Costa (1922/ 31) - Ensaio de síntese - esc.1/ 10000



135. Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis (1933/ 51) - Ensaio de síntese - esc.1/ 5000



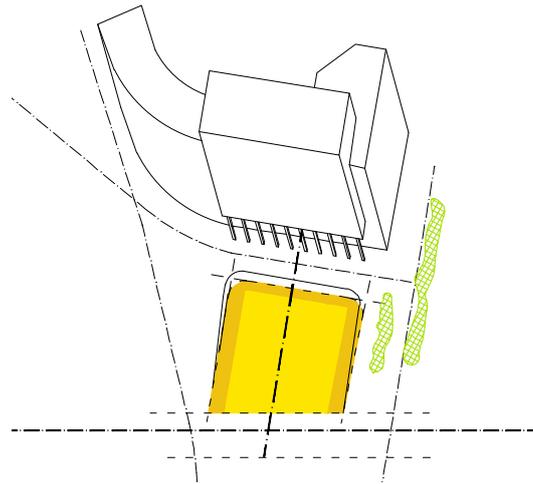
136. Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral (1939/ 42) - Ensaio de síntese - esc.1/ 5000

dimensionamento do espaço público assenta na geometria, no uso funcional dos pavimentos e na arborização central, com um carácter que lembra o “boulevard” de Haussmann, neste caso autónomo da presença da edificação marginal, que tardou muitos anos em consolidar-se. No entanto a ocupação privada é regulada, determinando a tipologia e afastamento dos edifícios, e a sua associação em quarteirão, mantendo o controlo do ambiente urbano “final” da Avenida e a formação de um tecido urbano próximo da “cidade jardim”.

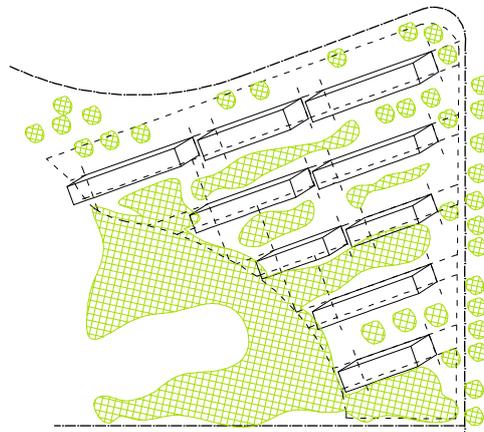
O Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis, formado ao longo do tempo sem um plano de conjunto, surge da necessidade de abertura de espaços públicos que servissem a instalação destes dois equipamentos. Enceta nos anos 30 a ocupação urbana de uma área “recente” e notável da cidade (próxima à Rua da Boavista). Esta unidade insere-se (actualmente) num tecido marcado pela construção em frente urbana contínua e consolidada. O seu sistema de relações assenta sobretudo no alinhamento axial dos espaços de circulação (mecânica e pedonal) e de paragem, segundo um eixo visual e geométrico, que une sequencialmente em linha recta uma grande variedade de espaços exteriores. Os edifícios dos liceus e a excepcionalidade do traçado geométrico dos seus momentos finais concluem e clarificam a legibilidade deste eixo, que associada à topografia lhe garante um carácter monumental.

O Bairro de casas económicas de Costa Cabral resultado de uma operação política que procurou dotar de casa própria os trabalhadores, pode ler-se como seguidor dos conceitos de “cidade jardim” defendidos por Ebenezer Howard nos finais do séc. XIX, ressalvando, contudo, a sua escala e monofuncionalidade, com dimensões de pequeno bairro que intervêm pontualmente na cidade. A definição de uma rede ortogonal de arruamentos, onde se abrem algumas praças regulares, e o estabelecimento de uma tipologia de habitação com jardim associada em pequenos quarteirões é a base do sistema que compõe este e outros bairros. A clareza e simplicidade destes assentamentos garantem a sua legibilidade e permanência na cidade. Articulados, hoje, em continuidade com tecidos urbanos mais densos e complexos, a sua identidade e carácter não se rompem, prevalecendo o seu ambiente urbano de “*bairro jardim*” muito apetecível.

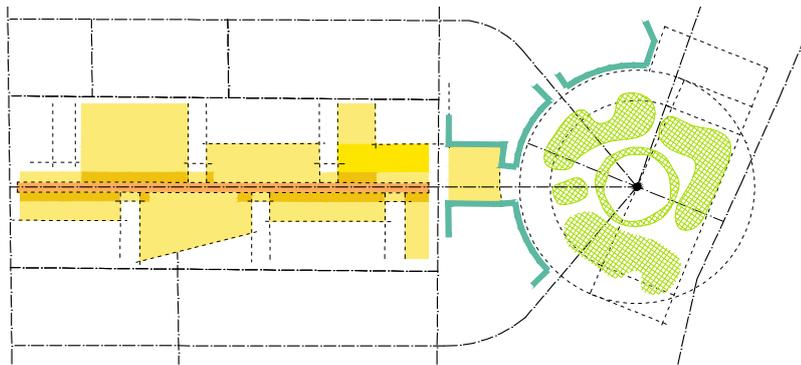
A Praça D. João I rompe um tecido urbano antigo e denso, impondo-lhe uma nova escala e imagem urbana, já iniciada com a abertura da Av. dos Aliados. Esta



137. Praça D. João I (1950) - Ensaio de síntese - esc.1/ 2500



138. Bairro de Ramalde 1ª fase (1952/ 60 - Ensaio de síntese - esc.1/ 5000

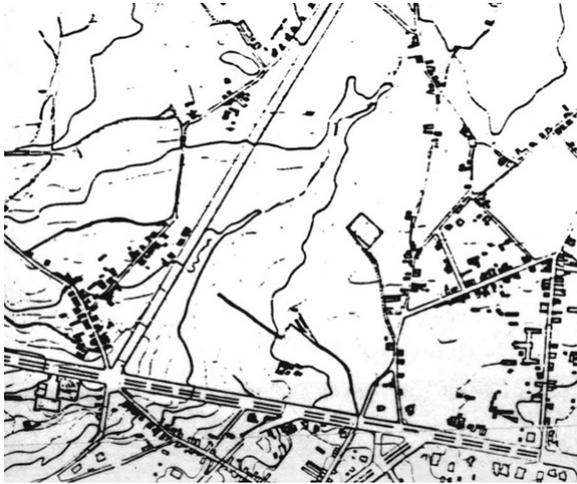


139. Praça Francisco Sá Carneiro (1952) + Alameda Eça de Queirós (1972) - Ensaio de síntese - esc.1/ 6000

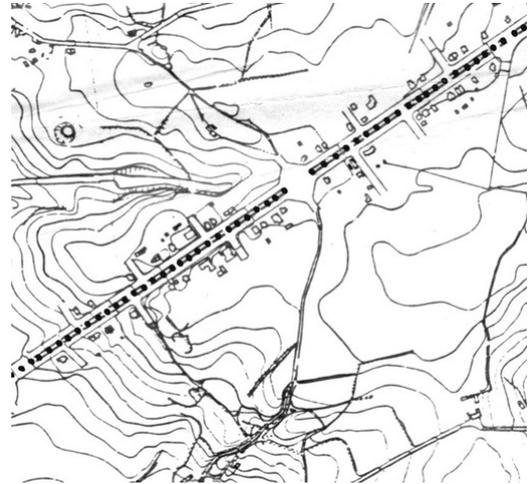
vontade transformadora do tecido urbano, embelezando e monumentalizando o centro da cidade, lembra o movimento de início do séc. XX de “city beautiful” que ocorreu em algumas cidades norte americanas. Surge da reconciliação do traçado planeado para esta zona com a ambição privada de edificar em altura. A sua composição faz-se a partir de um profundo compromisso entre a volumetria do seu edifício principal (o Palácio Atlântico) e o desenho do espaço livre em frente. A identidade e carácter deste espaço público assentam na clareza do seu traçado regular, que envolto por arruamentos com topografias e volumetrias díspares, consegue estabelecer uma composição “simétrica” tridimensional.

A 1ª fase do Bairro de Ramalde põe em prática os pressupostos modernos defendidos por Corbusier e Gropius, segregando a circulação mecânica para o limite exterior da intervenção, privilegiando um sistema de composição autónomo das vias, onde uma malha regular de blocos orientados a Nascente-Poente define, com a sua volumetria e afastamento, sempre iguais, um espaço livre contínuo e salubre – verde e ensoleirado. O rigor do traçado geométrico desta intervenção, a clareza do seu modelo urbano e, apesar da vontade de ruptura e autonomia do seu sistema de relações, a continuidade que estabelece com a cidade que o envolve, garantem a forte identidade do bairro e a legibilidade da sua inserção urbana. Os seus espaços exteriores lêem-se como vazios entre os blocos, a difusidade dos seus limites impede a sua apreensão enquanto unidade física/formal identificável, formam parte anónima do sistema funcional que compõe o conjunto.

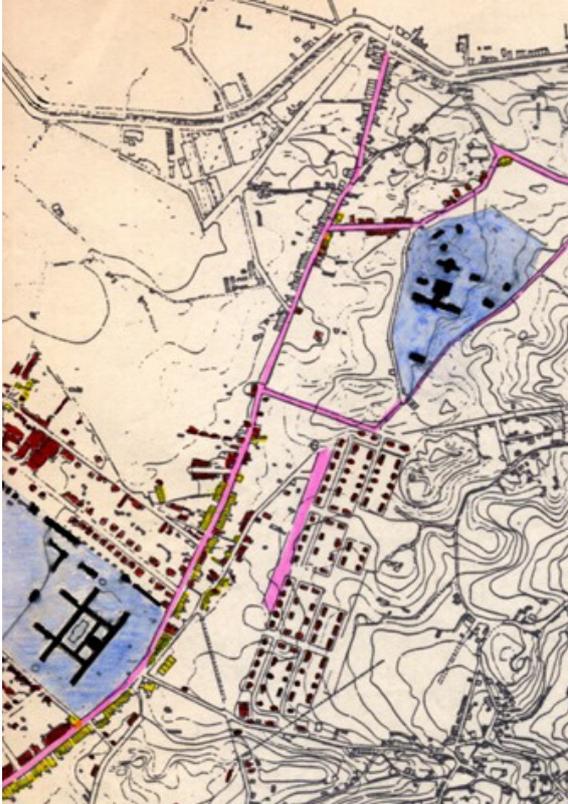
A unidade de análise formada pela Praça Francisco Sá Carneiro e a Alameda Eça de Queirós resulta de um planeamento alargado no tempo com vários autores. Estes dois espaços, com formas e géneses compositivas distintas, entendem-se como dois momentos que se unem sequencialmente a partir do centro da praça e de um eixo longitudinal que estrutura a alameda. A praça apresenta uma forte identidade formal, o seu traçado desenha-se a partir de várias secções de círculos concêntricos, e a forma do edificado que a limita acompanha este gesto determinando a sua concavidade. A Alameda pensada, segundo os pressupostos modernos e higienistas, como um espaço vazio livre e aberto, um jardim de carácter orgânico, que ocupava o espaço sobrance entre o edificado em blocos, toma forma de espaço público reconhecível com o seu arranjo final. A introdução no desenho de pavimentos do rectângulo central arborizado lateralmente, dá



140. Planta de 1948 (parcial) - zona onde foi posteriormente implantado o Bairro de Ramalde.



141. Planta de 1948 (parcial) - zona central da Av. Marechal Gomes da Costa, ainda sem urbanização envolvente.



142. Planta de 1948 (parcial) - zona do Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral, ainda sem a construção do prolongamento da Av. Fernão Magalhães.



143. Planta da época de abertura da Av. dos Combatentes (Mário Mesquita) - zona onde foi posteriormente implantada a Praça Francisco Sá Carneiro e a Alameda Eça de Queirós

corpo ao eixo que a liga ao centro da praça, estabiliza a dispersão dos elementos existentes e confere-lhe o carácter de “alameda”, pedonal e ajardinada garantindo a sua identidade e a coerência geral entre os elementos que formam esta unidade – entre partes de sistemas de composição tradicionais e modernos.

Tecido Urbano

A abertura da Av. Marechal Gomes da Costa ou do Bairro de Costa Cabral representou a inserção num território rural da linha/ malha primária de fundação do actual tecido urbano envolvente. A Praça Francisco Sá Carneiro e a Alameda Eça de Queirós vieram sedimentar e consolidar um tecido urbano já iniciado, introduzindo-lhe uma nova escala mas procurando a continuidade e integração com as pré-existências. O Eixo de ligação entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis e o Bairro de Ramalde ligam o seu sistema viário a importantes eixos da estrutura urbana da cidade (Rua da Boavista, Av. Antunes Guimarães), beneficiando com a sua identidade e acessibilidade, introduzindo no território a base de desenvolvimento e formação da ocupação futura. A Praça D. João I abre-se sobre um tecido denso e já construído, introduzindo-lhe uma nova escala com o aparecimento de um vazio urbano.

A análise do tecido urbano dos exemplos em estudo permite-nos concluir que, embora apresentem características e formalizações muito díspares, ao nível da densidade, escala e sistema de relação entre vias, parcelas e edificado, todos os exemplos, à época da sua abertura geradores, adjacentes ou intrusos da malha urbana estabelecida, encontram-se hoje numa situação de continuidade, articulados no sistema geral da cidade. Arriscamos dizer que parte da sua identidade e qualidade deriva da clareza da sua inserção urbana.

“A qualidade urbana de um certo espaço radica mais na sua capacidade de se inserir no sistema urbano como parte integrante de um todo orgânico, diversificado e articulado por um espaço público legível do que, propriamente, na sua densidade construtiva.”⁸⁴

⁸⁴ Câmara Municipal do Porto, Relatório do Plano Municipal do Porto - Tecidos Urbanos. 2002, Porto (desenvolvido sob a coordenação de Manuel Fernandes de Sá, António Babo, António Lameiras e Manuela Junca)



144. Vistas das arcadas das Praça Francisco Sá Carneiro e D. João I.



145. Postal dos anos 60 da Praça Francisco Sá Carneiro



146. Vista dos anos 50 da Praça D. João I.

Funções

Nos diferentes casos deparamo-nos com uma grande variação na diversidade de funções presentes no edificado, desde a quase total monofuncionalidade do Bairro de Ramalde e Costa Cabral até à intensa plurifuncionalidade da Praça Francisco Sá Carneiro e D. João I. A presença notável de alguns equipamentos também distingue os casos de estudo, sendo por vezes: fundadores do propósito de abertura dos espaços públicos, caso do Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis; diferenciadores da malha urbana, no caso da escola do Bairro de Costa Cabral; ou que incorporaram mais tardiamente a esfera dos interesses urbanos de espaços já consolidados, como é o caso do Parque e Museu de Serralves na Av. Marechal Gomes da Costa.

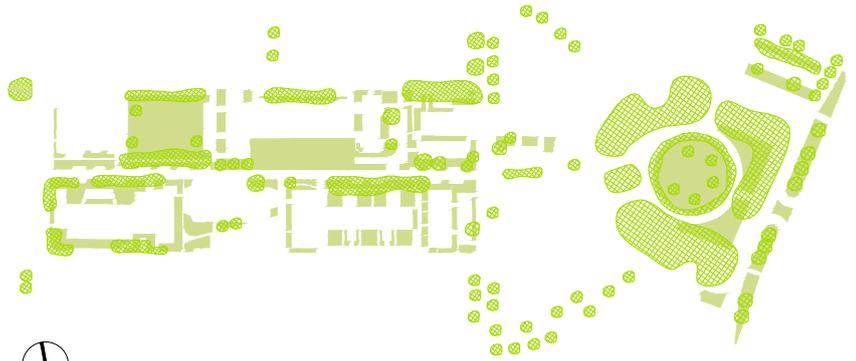
A relação entre o uso comercial do piso térreo e a transparência do limite do espaço público (montras), tal como o seu desdobramento em arcadas é muito directa e parece-nos ser um elemento relevante na caracterização e entendimento de alguns destes espaços Praça Francisco Sá Carneiro e Praça D. João I.

A ocupação funcional do edificado embora não se revele como estruturante da configuração dos espaços estudados, participa na definição da imagem global das unidades. A envolvente plurifuncional (Praça D. João I, Praça Francisco Sá Carneiro e do Eixo entre os Liceus) ou a localização de equipamentos importantes na cidade (escolas e museus) garantem a densidade e multiplicidade de usos do espaço público, construindo parte da sua significação e afirmando-o para fora da esfera local dos interesses dos seus habitantes.

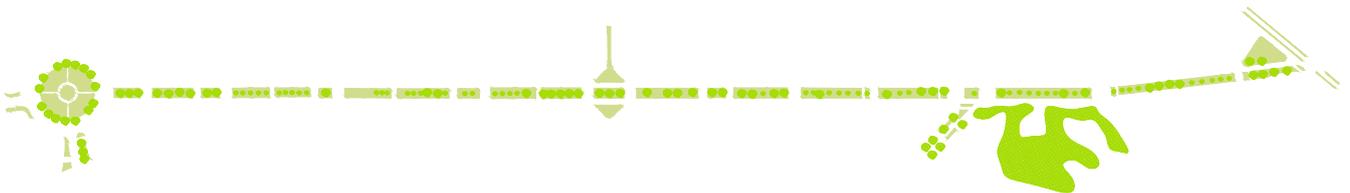
A divisão funcional dos pavimentos reproduz em todos os casos o desenho do chão que compõe estes espaços públicos, revelando a clareza e rigor geométricos dos seus traçados e expondo a sua génese compositiva – com a inclusão ou segregação do traçado viário. No entanto, a associação funcional dos espaços não é essencial na definição da sua identidade, na Praça D. João I a transformação do seu núcleo central num espaço pedonal não alterou a imagem e o reconhecimento deste importante espaço público – apenas potenciou um uso diferenciado.



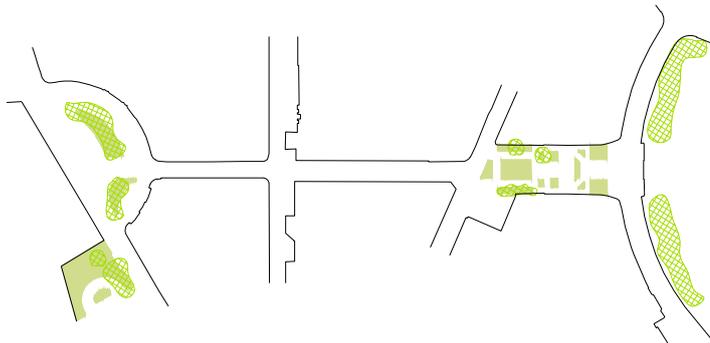
Bairro de Ramalde 1ª fase - esc.1/ 4000



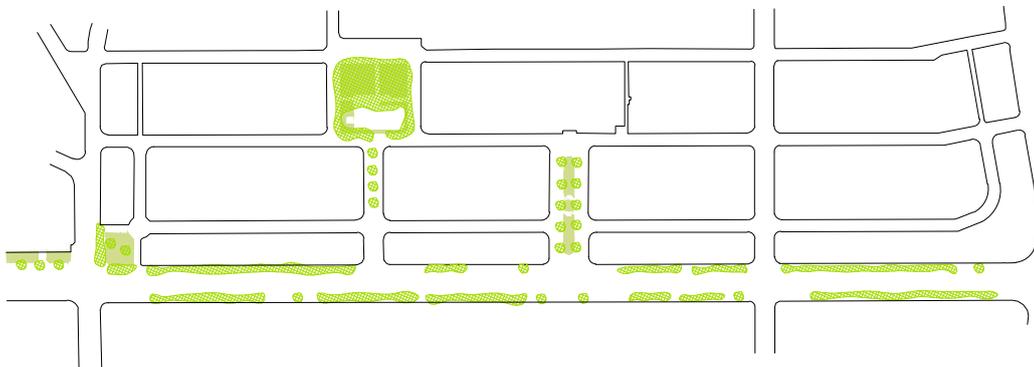
Praça Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós - esc.1/ 6000



Avenida Marechal Gomes da Costa - esc.1/ 10000



Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis - esc.1/ 5000



Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral - esc.1/ 5000



Vegetação.

A presença da vegetação no espaço público é em alguns dos exemplos um desígnio desde a sua formação, sobretudo nos que possuem uma matriz modernista como é o caso do Bairro de Ramalde e da Alameda Eça de Queirós, onde as árvores e jardins ocupam o vazio entre as construções. Outras vezes, surge aliada ao gesto compositivo primordial, na Av. Marechal Gomes da Costa a arborização central linear demarca a sua axialidade. Na Praça D. João I a vegetação é totalmente afastada da caracterização espacial inicial, aparecendo apenas pontualmente em 2001, com a revisão do perfil da Rua de Sá da Bandeira. Nos casos do Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral e no Eixo de ligação entre os Liceus a vegetação é inserida no espaço público por forma a enfatizar momentos já demarcados do conjunto pela sua configuração excepcional (Praça dos Álamos, Jardim de Belém e Praça Pedro Nunes).

A vegetação privada está presente e caracteriza alguns dos espaços analisados, conjuntos habitacionais de baixa densidade, como é o caso da Av. Marechal Gomes da Costa e do Bairro de Costa Cabral. A transparência do limite público/ privado e/ ou a baixa altura dos muros permite a sua visibilidade e introdução destes jardins na imagem destes espaços públicos.

Nos casos em estudo os elementos vegetais garantem por vezes: a diversificação do seu ambiente urbano, em jardins privados que invadem os espaços públicos rompendo a sua monotonia e repetição (Av. Marechal Gomes da Costa e Bairro de Costa Cabral); a qualificação pontual de momentos espaciais mais intensos e complexos, com o posicionamento de maciços arbóreos em áreas de excepção, ocupando os núcleos centrais de praças (Pedro Nunes e Francisco Sá Carneiro), rematando eixos (maciço de árvores em frente ao Liceu Carolina Michaelis; ou afirmando a continuidade compositiva dos espaços, com alinhamentos de árvores ao longo de todo o seu desenvolvimento (Av. Marechal Gomes da Costa), ou com uma mancha verde continua que une as construções (Bairro de Ramalde).

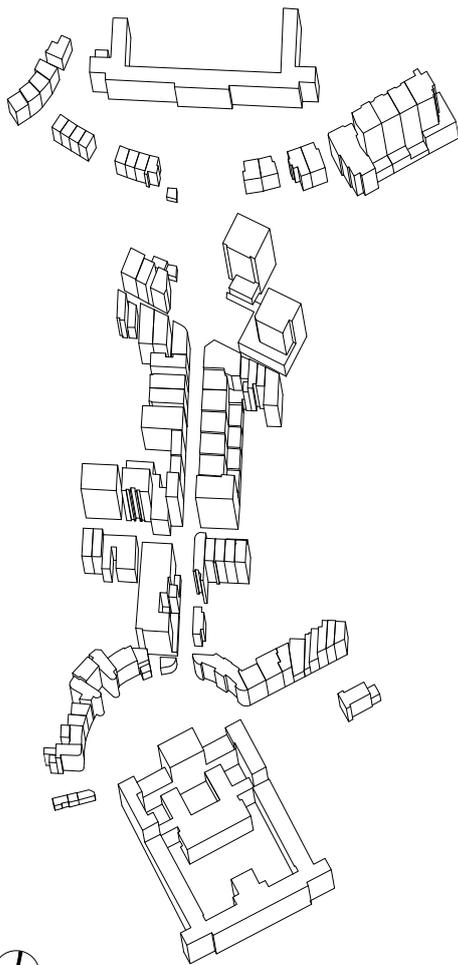
A vegetação é um elemento que caracteriza e particulariza a identidade destes espaços públicos, apresentando uma grande variação na forma como se inclui nas composições – sem dúvida que as qualifica e ajuda ao seu reconhecimento.



148. Vistas das Escadarias Carolina Michaelis

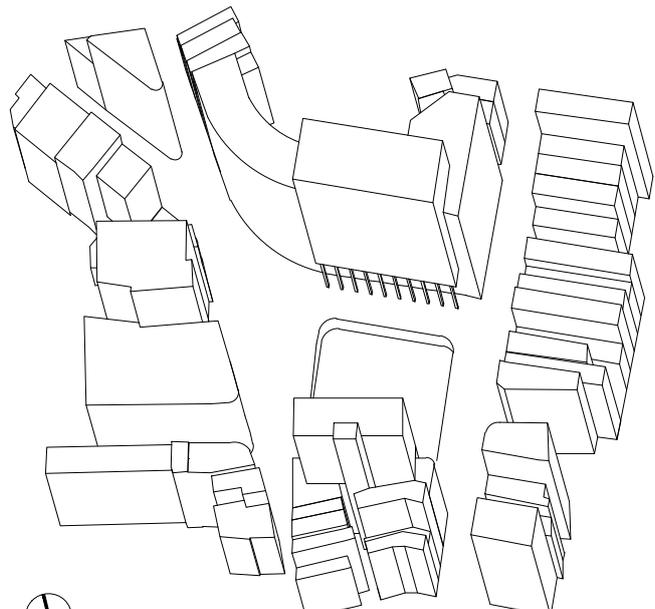


149. Vistas da Praça D. João I



Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis - esc.1/ 5000

150. Esquema de análise do edificado - axonometria (os desenhos não se encontram à mesma escala)



Praça D. João I - esc.1/ 2500

Topografia

A topografia aparece nos exemplos em estudo como um factor determinante da imagem e entendimento de alguns dos espaços. Se no Bairro de Costa Cabral, no Bairro de Ramalde ou na Av. Marechal Gomes da Costa o gesto compositivo apenas apreende e respeita o relevo existente, pousando sobre ele a malha ou eixo geométrico pela qual se gera o espaço público. No Eixo de ligação entre os Liceus e na Praça D. João I a topografia é interpretada e moldada, fazendo parte da estrutura compositiva geral, clarificando a identidade destes espaços.

Edifícios

A volumetria do edificado mostrou-se em alguns dos casos estudados como parte que define e ultima o carácter dos espaços, sempre conjugada ou subjugada ao traçado geométrico da composição. Como nos casos do Bairro de Ramalde, Av. Marechal Gomes da Costa e Bairro de Costa Cabral, onde a massa edificada se dispõe cumprindo as regras urbanísticas e a tipologia planeadas, formando tecido.

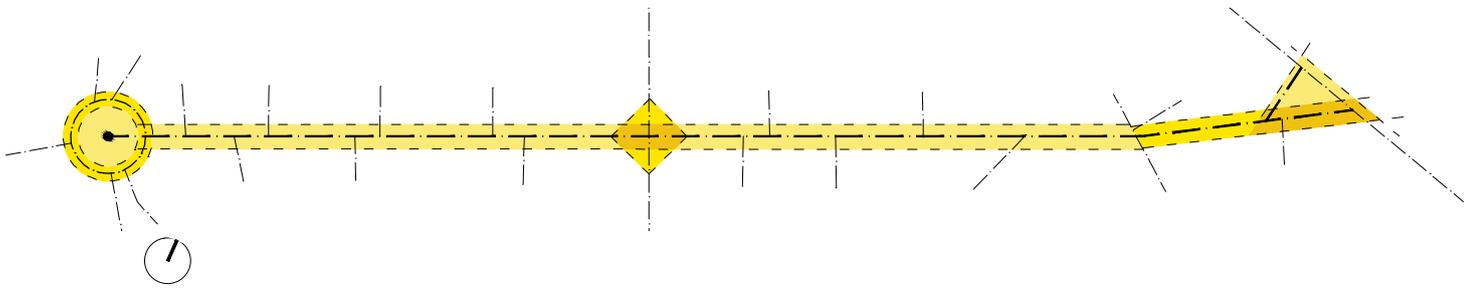
Nos casos da Praça D. João I e no Eixo de ligação entre os Liceus existem construções que se destacam, configurando peças de edificação singular ou simbólica que dominam a composição espacial e o seu entendimento. Temos como exemplo a bipolaridade marcada pelos edifícios dos Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis no eixo que os une, e a ordem que o “Palácio Atlântico” institui no desenho da Praça D. João I. A volumetria, altura, e posição dominante na topografia do lugar fazem com que estes edifícios se “alheiem” do tecido urbano envolvente, e que definam a percepção destes espaços.

Na Praça Francisco Sá Carneiro a subordinação do edificado à geometria que desenha o espaço público é muito relevante e representativa da força do traçado na configuração dos espaços.

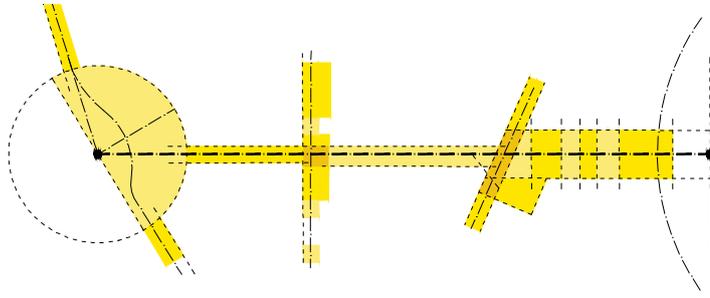
Geometria

Em todas as unidades analisadas o rigor geométrico do traçado destaca-se como base fundamental para o reconhecimento e clara legibilidade das composições espaciais.

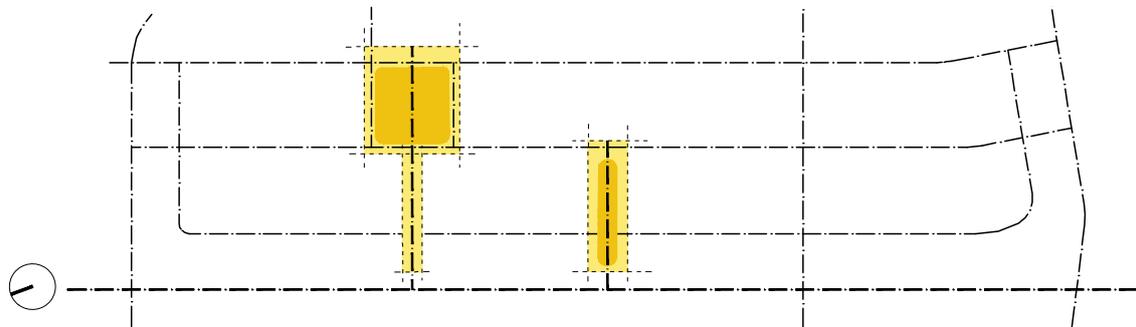
A utilização de formas geométricas regulares na composição dos espaços é um recurso que particulariza os espaços e afirma a sua identidade, temos como



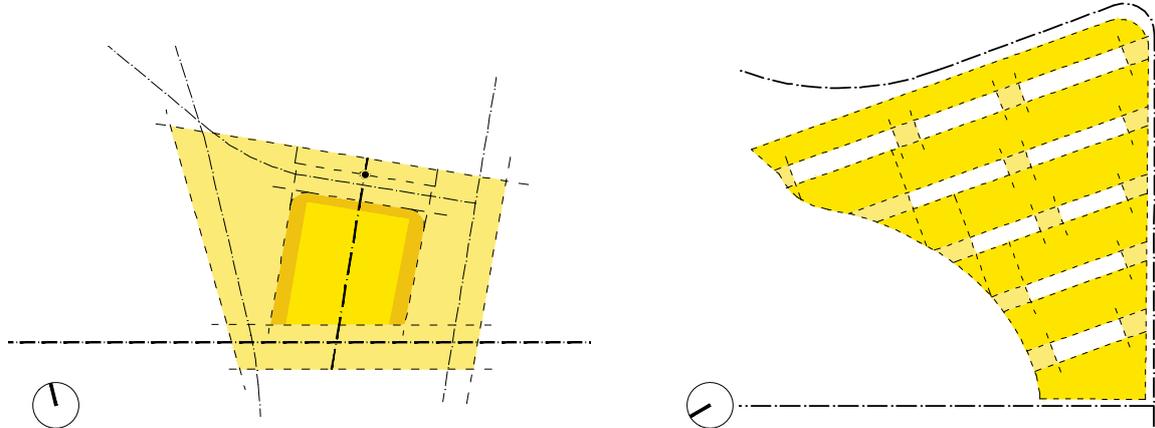
Avenida Marechal Gomes da Costa - esc.1/ 10000



Eixo entre os Liceus Rodrigues de Freitas e Carolina Michaelis - esc.1/ 5000

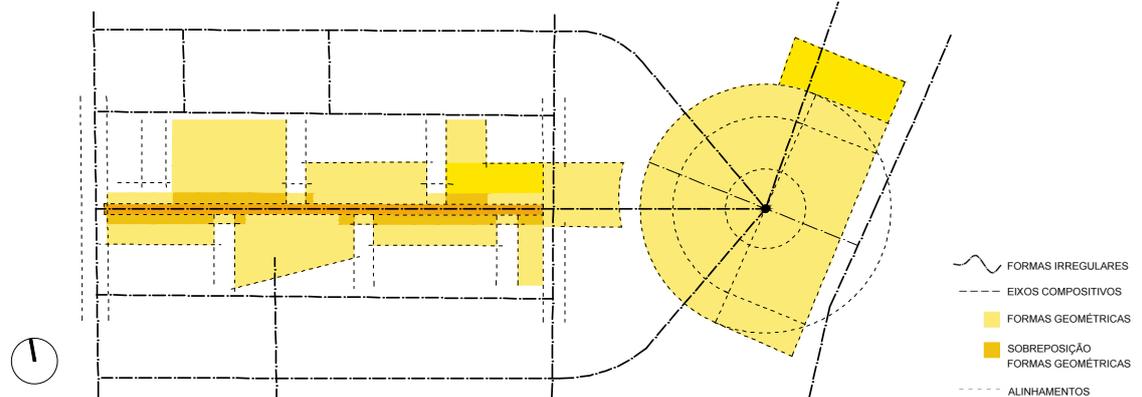


Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral - esc.1/ 5000



Praça D. João I - esc.1/ 2500

Bairro de Ramalde 1ª fase - esc.1/ 5000



Praça Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós - esc.1/ 6000

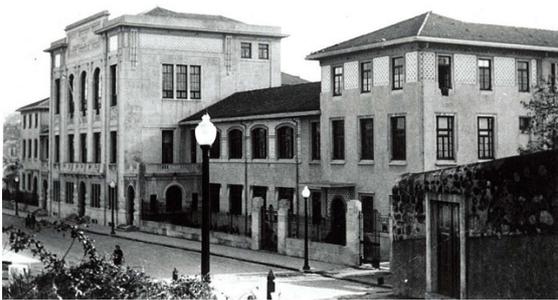
151. Esquemas de análise geométrica (os desenhos não se encontram à mesma escala)

- FORMAS IRREGULARES
- EIXOS COMPOSITIVOS
- FORMAS GEOMÉTRICAS
- SOBREPOSIÇÃO FORMAS GEOMÉTRICAS
- ALINHAMENTOS
- PONTOS COMPOSITIVOS

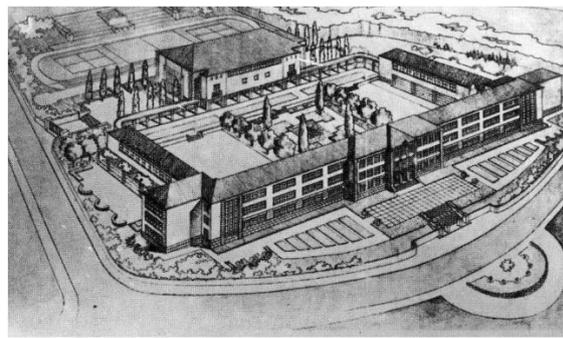
exemplo o uso do círculo no desenho da Praça Francisco Sá Carneiro e da Praça Pedro Nunes. Na Praça D. João I e na Alameda Eça de Queirós a regularidade dos seus rectângulos centrais equilibra e unifica a disparidade dos restantes elementos que as delimitam, clarificando a sua forma e composição.

A agregação dos espaços segundo um eixo visual e compositivo linear recto é também um dos instrumentos que permite uma maior clareza e unidade formal de alguns dos exemplos. No caso do Eixo de ligação entre os Liceus e na Praça Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós, a composição axial consegue unificar sequencialmente o entendimento das suas partes.

A identidade formal de alguns exemplos reside, também, na diferenciação do traçado das suas extremidades. A marcação início/ fim, por meio de alargamento, deformação ou oposição à composição geométrica geral, é no Eixo de ligação entre os Liceus e na Av. Marechal Gomes da Costa um dos aspectos mais relevantes do seu entendimento.



152. Vista sobre o Liceu Rodrigues de Freitas à época da sua inauguração



153. Desenho do projecto do Liceu Carolina Michaelis

5. Conclusões

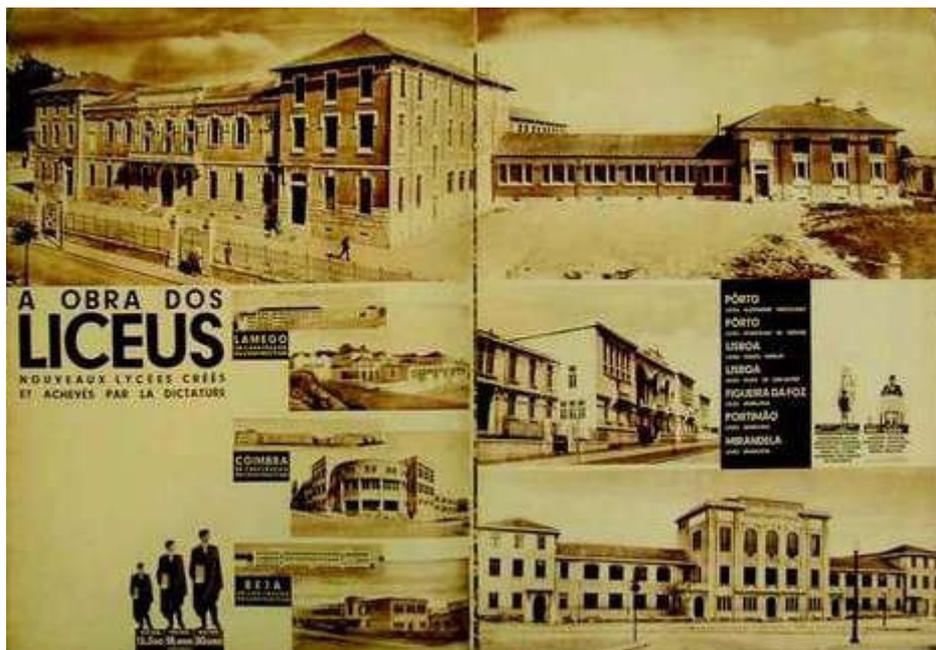
Da análise realizada concluímos os seguintes temas que estabelecem um denominador comum entre os casos de estudo: a predominância da iniciativa pública na sua fundação; a articulação entre os seus sistemas compositivos e o regime político vigente; e a importância que o traçado toma na construção da identidade destes espaços e na sua relevância na cidade.

Fundação

A iniciativa pública domina a fundação dos espaços analisados - abrindo grandes eixos para o desenvolvimento de novas áreas urbanas (Av. Marechal Gomes da Costa), construindo escolas e as suas infra-estruturas viárias (Eixo entre os Liceus), edificando bairros de habitação social (Ramalde e Costa Cabral) e planeando a consolidação de zonas habitacionais já principiadas (Praça Francisco Sá Carneiro + Alameda Eça de Queirós). Apenas com a abertura da Praça D. João I o papel do fundador se articula com a vontade privada, e a construção de um espaço público central na cidade fica associada à sede de grande grupo económico. O regime ditatorial que prevaleceu em Portugal durante o período em estudo, que fechava o país às modas e poderes capitalistas externos, é, porventura, a razão do quase absoluto domínio público na promoção e construção destes espaços.

Conservadorismo

Será também, o conservadorismo do regime político responsável pela instituição de modelos tradicionais e de rigorosas geometrias no desenho destes espaços? Parece-nos clara a sua responsabilidade no “atraso” da aplicação dos princípios modernos na arquitectura nacional, replicando um denominado “estilo português” na construção da habitação social até 1950. A composição do Liceu Carolina Michaelis e do seu espaço público em frente, marcados pela rigorosa simetria da sua fachada e escadaria, e pela afirmação e domínio que o conjunto toma na envolvente a partir do seu posicionamento elevado, poderiam ler-se como a vontade em edificar os equipamentos e os seus espaços públicos como símbolos estáveis e monumentais, representativos do poder político. O Liceu Rodrigues de Freitas resulta da iniciativa política da 1ª República tendo sido edificado já durante a vigência do Estado Novo, e muito embora a composição simétrica da sua volumetria e alçado dominem o espaço da Praça Pedro Nunes, a obliquidade que



154. Propaganda do Estado Novo sobre os liceus construídos

toma em relação à estrutura urbana da cidade (ligação à Rua da Boavista) revela talvez uma menor vontade impositiva. No entanto, não possuímos casos de estudo suficientes para verificar este facto.

Seria, talvez, interessante analisar de forma mais alargada o modo como ao longo do Estado Novo se desenharam os equipamentos e a relação que estabelecem com o tecido urbano envolvente, e comparar com outros períodos históricos, nomeadamente a 1ª e 3ª República ou com regimes totalitários de outros países (Espanha, Itália, Alemanha), seus contemporâneos.

Os espaços públicos que estudamos foram todos construídos durante o período em que vigorou o Estado Novo, embora alguns tivessem sido projectados anteriormente (Av. Marechal Gomes da Costa e parte do Eixo entre os Liceus). Não nos é possível estabelecer um vínculo directo entre os seus princípios compositivos e a vontade totalitária do regime. O que sobressai de comum entre os exemplos é, essencialmente, o rigor e a compreensibilidade dos seus traçados e a forma natural com que geraram ou consolidaram partes da cidade.

Traçado

“O traçado assim entendido é uma alternativa aos convencionais zonamentos (por densidades e índices) que, não tendo grande suporte científico, também não asseguram a continuidade da cidade ou do território nos seus valores de escala e morfologia. O traçado arrisca, para um futuro de incerteza, a disposição genérica da edificação e a sua tipologia e liga o novo às preexistências através do contínuo de espaço exterior público, identificáveis a ponto de poderem ter nome. Porque o espaço físico só é coisa de cultura quando se entende e, quando se entende põe-se-lhe nome.”⁸⁵

A clareza formal/ coerência do traçado dos espaços públicos e a sua integração no tecido que os envolve, tal como na malha urbana geral da cidade são talvez, pelo menos nos casos analisados, os factores que mais contribuem para o enriquecimento da sua identidade. O reconhecimento e a leitura de qualidade do ambiente urbano de um determinado vazio na cidade, estão associadas a características físicas estabelecidas e impostas desde a sua fundação, onde

⁸⁵ Nuno Portas, *Conceitos de desenvolvimento urbano* (1987), in *Os Tempos das Formas, vol. 1: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. p.116

pouco foi deixado em aberto. Os limites do espaço público podem permanecer muito tempo por edificar (Av. Marechal Gomes da Costa), no entanto, a proposição do traçado (geométrico e rigoroso) no território é suficiente para criar uma forma física que amarre as directrizes daquilo que se vier a construir mais tarde.

Julgamos, no entanto, que o arquitecto/ planeador da cidade ao definir a forma dos seus espaços públicos não determina, em última instancia, o seu uso ou programa. São as práticas temporais, as diferentes apropriações e o quotidiano que o alteram e lhe definem o seu carácter e identidade “finais” (Praça D. João I). Mas os espaços urbanos não podem ser deixados em aberto à espera de uma consolidação prática, que sem uma base física sólida e inteligível não se irá desenvolver, é necessário “arriscar” com a definição de um traçado.

Nos casos estudados, o desenho de espaços formalmente reconhecíveis permitiu que se possam reinventar continuamente e sobreviver às alterações de programa e função que os atravessam ao longo dos tempos (Bairro de Costa Cabral e Bairro de Ramalde). A clareza do modelo urbano que dá forma aos espaços analisados - do seu tipo - garante-lhes a sua inserção e relevância na estrutura urbana.

A singularidade formal dos espaços públicos (Praça Pedro Nunes, Praça Francisco Sá Carneiro e Praça D. João I), não estreitece os comportamentos e as apropriações, pelo contrário cremos que atrai uma maior variedade de programas, pessoas, eventos e expressões colectivas. Nos casos estudados a rigidez dos traçados, o seu rigor compositivo e a aplicação de um modelo não significou uma menor flexibilidade ou adaptabilidade a novas práticas espaciais, representando antes a sua permanência como que arquétipos que resistem ao tempo.

Fazemos, no entanto, a ressalva de que não observamos uma amostra alargada, e de que os casos de estudo escolhidos são exíguos em exemplos de carácter modernista, não se podendo considerar representativos da variedade formal das práticas urbanísticas que, em Portugal, sucederam o ano de 1960. Algumas destas experiências, na busca por estruturas abertas e homogéneas segundo uma visão utópica de criar espaços genéricos que as pessoas possam apropriar livremente, como forma de abarcar a diferença e de melhor desenvolver o domínio público, resultaram em lugares difusos e indefinidos, que por vezes deram lugar a apropriações marginais.

Os casos escolhidos para este estudo, maioritariamente “antigos na cidade” e integrados em tecidos consolidados, estão totalmente afastados da indefinição ou difusidade espaciais que marcam actualmente o desenvolvimento de novos territórios urbanos. A sua análise permitiu-nos observar que o seu desenvolvimento temporal, a evolução da sua sedimentação urbana e a afirmação e expressão da sua identidade na cidade derivam e convivem com uma sintaxe exacta, com gestos compositivos que impõe formas regulares, alinhamentos geométricos e sistemas axiais.

A análise dos exemplos que possuem uma matriz modernista, Bairro de Ramalde e Alameda Eça de Queirós, mostrou-nos, apesar da sua distinta concepção espacial (privilegiando o espaço exterior como um vazio aberto e genérico que não é conformado pelas edificações), que as suas composições estão igualmente definidas por um traçado geométrico regular. Uma grelha que se poderia repetir continuamente no caso de Ramalde, e um eixo central enquadrado que estrutura o desenvolvimento da Alameda. Parece-nos que muito embora a difusidade dos limites e a vontade de “*anonimato e indeterminação*” presentes no desenho destes espaços, a sua utilização não leva a apropriações ou comportamentos mais livres do que na malha urbana tradicional. A forma aberta destes dois espaços funciona como um suporte físico e qualificado que incorpora o quotidiano dos seus habitantes, tal como as formas delimitadas, dos restantes casos de estudo, acolhem a vida dos seus ocupantes. A compreensibilidade da forma ou sistema, lida como figura (nos casos de estudo da cidade tradicional) ou como fundo (em Ramalde e na Alameda), assenta na regularidade do seu traçado compositivo – fechado ou aberto, completo ou que se pode prolongar.

Fica por fazer a análise e a confrontação com o estudo de espaços contemporâneos menos regulares, formas da cidade difusa, tentando aferir quais as bases que alicerçam as suas composições e que elementos definem ou impedem a construção das suas identidades – outras geometrias, novas tipologias de espaços urbanos marcadas pelo domínio colectivo, espaços residuais que desorientam e desafiam a um papel activo na sua apropriação, percepções da esfera pública alteradas pelo actual ritmo das deslocações e pela integração das novas tecnologias.

Ainda assim, com o estudo que desenvolvemos, parece-nos que o claro reconhecimento da forma dos espaços públicos e a percepção da continuidade desses elementos físicos e simbólicos na estrutura geral da cidade são as características que determinam a compreensibilidade dos casos analisados e a sua resiliência face às mutações de costumes e programas, sem pôr em causa a amplitude da respectiva fruição e apropriação.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Gerald; MOORE, Charles; *Dimensiones de la arquitectura. Espacio, forma y escala*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili, S.A.; 1978; (1ªed. 1976);
- ARS – Arquitectos; *A Praça de D. João I e o seu Palácio Atlântico*; Porto; 1951.
- AUZELLE, Robert ; *Documents d'Urbanisme présentés à la même échelle*; Paris; Éditions Vincent; Fréal & C.ie; 1947-51.
- BACON, Edmun N.; *Design of cities*; London; Thames & Hudson; 1992 (1ª ed. 1967).
- BANZ, George; *Elements of urban form*; New York; McGraw-Hill; 1970;
- BENEVOLO, Leonardo; *Diseño de la ciudad*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili; 1977;
- CAMPOS, Ezequiel; *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*; Publicações da Câmara Municipal do Porto; 1932.
- CHELKOFF, Grégoire; «*Formes, formants et formalités: catégories d'analyse de l'environnement urbain*», in *L'espace urbain en méthodes*, Marseille ; Editions Parenthèses; 2008.
- COSTA, Jorge da; «*Bairros do Estado Novo*» in *Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001.
- CULLEN, Gordon; *Paisagem Urbana*; Lisboa; Edições 70; 1983 (1ª ed. 1961).
- GEHL, Jan; *La humanización del Espacio Urbano. La vida social entre los edificios*; Barcelona; Editorial Reverté; 2006; (1ª ed. 1970).
- GRANDE, Nuno; «*Funcionalismo Orgânico. Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto*»; in *Jacques Gréber, urbanista e arquitecto de jardins*; Porto; Fundação de Serralves; 2012.
- GREGOTTI, Vittorio; *Território da Arquitectura*; Editora Perspectiva; 2ª edição; 1994 (1ªed. 1972).
- GROSJEAN, Michèle, THIBAUD, Jean-Paul; *L'espace urbain en méthodes*; Marseille; Editions Parenthèses; 2001.
- JACOBS, Allan B.; *Great Streets*; Massachusetts; The MIT Press; 1995;
- JENKINS, Eric J.; *To Scale. One hundred urban plans*; Routledge; 2008;
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia; *Morfologia urbana e desenho de cidade*; Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia; 2ª edição; 2000.
- LOBO, Margarida Souza; *Planos de Urbanização a Época de Duarte Pacheco*; Porto; FAUP Publicações; 1995.
- LYNCH, Kevin ; *A Boa Forma da Cidade*; Lisboa; Edições 70; 1999 (1ªed. 1981).
- LYNCH, Kevin; *A imagem da cidade*; Lisboa; edições 70; 2007 (1ª ed. 1960).
- MEISS, Pierre von; *Elements of Architecture From Form to Place*; Spon Press - Taylor & Francis Group; 2008 (1ªed. 1991).

MENDES, Manuel; «*Rua de Sá da Bandeira. Uma Broadway de cosmopolitismo trivial – imagem, paisagem, tempo*» in *Porto 1901-2001, Guia da Arquitectura Moderna*; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001.

MONIZ, Gonçalo do Canto; *Arquitectura e Instrução. O projecto moderno do liceu 1836-1936*; Coimbra; Departamento de Arquitectura FCTUC; EDARQ; 2007.

MONTANER, Josep Maria; *As formas do século XX*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili; 2002.

MORAIS, A.C. da Cunha; *Os Melhoramentos da Cidade do Porto*; Porto; Typographia Pereira; 1916.

NORBERG-SCHULZ, Christian; *Existencia, Espacio y Arquitectura*; 1ª ed.; Barcelona: Blume, 1975;

NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa; *Liceus de Portugal*; Porto; Edições Asa; 1972.

PANERAI, Philippe ; CASTEX, Jean ; DEPAULE, Jean-Charles ; *Formes Urbaines de l'îlot à la barre*; Marseille; Éditions Parenthèses; 2004 (1ª ed. 1997).

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles ; DEMERGON, Marcelle; *Analyse Urbaine*; Marseille; Éditions Parenthèses; 2005 (1ª ed. 1999).

PORTAS, Nuno; *A Cidade como Arquitectura: Apontamentos de Método e Crítica*; Lisboa; Livros Horizonte; 1969.

PORTAS, Nuno; *Arquitecto Fernando Távora - 12 anos de actividade profissional*; Revista Arquitectura nº71; 1961.

PORTAS, Nuno; *Os Tempos das Formas, vol.1: A Cidade Feita e Refeita*; Guimarães; Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho; 2005.

QUARONI, Ludovico; *La Torre de Babel*; Barcelona; Editorial Gustavo Gili, S.A.; 2ª edição (1ª ed. 1967).

REZENDE, Miguel; *A evolução territorial da Cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais*; Publicações da Câmara Municipal do Porto: 1952.

ROSSI, Aldo; *A arquitectura da cidade*; Lisboa; Cosmos; 2001; (1ª ed. 1977);

SECCHI, Bernardo ; *Première leçon d'urbanisme* ; Marseille; Éditions Parenthèses; 2006 (1ª ed. 2000)

SITTE, Camillo; *L'art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*; Éditions du Seuil ; 1996 (1ª ed. 1889).

SOLÁ.MORALES, Manuel de; *De cosas urbanas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2009.

SOLÁ.MORALES, Manuel de; *Las formas del crecimiento urbano*, Barcelona, Ediciones UPC; 1997.

TARDUCHY, María José Rodríguez; *Forma y Ciudad. En los límites de la arquitectura y el urbanismo*; Cinter Divulgación Técnica SLL; 2011.

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*; Porto; FAUP Publicações; 4ª edição; 1999; (1ª ed. 1962);

Documentos policopiados

BORBA, Catarina Guerreiro; *Avenida Marechal Gomes da Costa, Porto e a Arquitectura do Anos 30*; Prova Final para Licenciatura em Arquitectura apresentada à FAUP; 2003

CMP, *Relatório do Plano Municipal do Porto - Tecidos Urbanos*; Porto; Câmara Municipal do Porto; 2002

FRANCA, Ana da; *A habitação colectiva moderna do Porto: 1925-1965*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP; 2006.

MESQUITA, Mário João; *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP; 2000.

PAIXÃO, João Letra; *Um bairro intemporal no Porto: unidade residencial de Ramalde*; Dissertação de Mestrado Integrado apresentada a FAUP, 2011.

Internet

FIGUEIREDO, Ricardo; *Os Planos para o Porto dos Almadás aos nossos dias 6. O Prólogo ao Plano da Cidade do Porto por Ezequiel de Campos 1932*; in <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>; [consultado a 20 Agosto de 2012].

FIGUEIREDO, Ricardo; *Os Planos para o Porto dos Almadás aos nossos dias 8 (V parte 1)*. O Plano de Arménio Losa; in http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/05/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos_20.html; [consultado a 9 Junho de 2010].

FIGUEIREDO, Ricardo; *Os bairros sociais no Porto III*; in <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>; [consultado a 11 de Agosto 2012].

MILHEIRO, Ana Vaz; Prefácio, *Habitar em Colectivo. Arquitectura Portuguesa antes do SAAL* in http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Departamentos_-_V%C3%A1rios/catalogo_habitar_em_colectivo.sflb.ashx; 2009; [consultado a 1 Agosto de 2012].

Referências das imagens

Nota: todas as figuras não referenciadas foram obtidas ou elaboradas pela autora deste trabalho.

Arquivo Histórico do Porto (**fig. 1**)

ARS – Architectos; *A Praça de D. João I e o seu Palácio Atlântico*; Porto; 1951 - (**figs. 71, 72, 76 e 77**)

BACON. Edmun N.; *Design of cities*; London; Thames & Hudson; 1992 (1ª ed. 1967) - (**fig.9**)

CMP, *Relatório do Plano Municipal do Porto - Tecidos Urbanos*; Porto; Câmara Municipal do Porto; 2002 - (**fig.2**)

CULLEN, Gordon; *Paisagem Urbana*; Lisboa; Edições 70; 1983 (1ª ed. 1961) - (**fig. 6**)

GRANDE, Nuno; *Funcionalismo Orgânico. Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto*; in Jacques Gréber, urbanista e arquitecto de jardins; Porto; Fundação de Serralves; 2012 - (**figs. 14 e 16**)

<http://doportoenaoso.blogspot.pt/> - (**figs. 10, 11, 12, 13, 15, 49, 50, 51, 52, 66, 67, 68, 69, 70, 94, 96, 108, 110, 111, 112, 114, 117, 140, 141, 142, 143, 145, 152, 153 e 154**)

<http://ruasdoporto.blogspot.pt/> (**figs. 87, 90, 146**)

<https://maps.google.pt> (**figs. 124 e 130**)

Instituto Geográfico do Exército - (**fig. 130**)

JORGE, F.; *O Porto visto do céu*; Lisboa; Argumentum, Edições Lda; 2000 - (**fig. 74**)

LYNCH, Kevin; *A imagem da cidade*; Lisboa; edições 70; 2007 (1ª ed. 1960) - (**fig.5**)

MENDES, Manuel; *Rua de Sá da Bandeira. Uma Broadway de cosmopolitismo trivial – imagem, paisagem, tempo in Porto 1901-2001*, Guia da Arquitectura Moderna; Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001 - (**fig. 75**)

MESQUITA, Mário João; *Processo e forma urbana no Porto: 1880-1980: formação e consolidação do tecido urbano na zona das Antas*; Dissertação de Mestrado apresentada à FAUP; 2000 - (**fig. 115**)

PAIXÃO, João Letra; *Um bairro intemporal no Porto: unidade residencial de Ramalde*; Dissertação de Mestrado Integrado apresentada a FAUP, 2011 - (**fig. 93**)

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles ; DEMERGON, Marcelle; *Analyse Urbaine*; Marseille; Éditions Parenthèses; 2005 (1ª ed. 1999) - (**fig. 8**)

[www. bing.maps.com](http://www.bing.maps.com) - (**figs. 62, 63 e 95**)